

ANTROPOLÍTICA

Nº 14

1º semestre 2003

ISSN 1414-7378

Antropolítica

Niterói

n. 14

p. 1-157

1. sem. 2003

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense - Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-000 - Niterói, RJ - Brasil - Tel.: (21) 2629-5287 - Telefax: (21) 22629-5288 - http://www.uff.br/eduff -E-mail: eduff@vm.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Normalização: Ana Gawryszewski

Edição de texto: Rosely Campello Barrôco

Projeto gráfico, Diagramação e capa: José Luiz Stalleiken Martins

Editoração Eletrônica: Vivian Macedo de Souza

Revisão: Sônia Peçanha

Supervisão Gráfica: Káthia M. P. Macedo

Coordenação editorial: Ricardo B. Borges

Sumário em inglês: Ana Amélia Cañez Xavier

Tiragem: 500 exemplares

Catologação-na-fonte (CIP)

A636 Antropolítica : Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. — n. 1 (2. sem. 95). — Niterói : EdUFF, 1995.
v. : il. ; 23 cm.
Semestral.
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.
ISSN 1414-7378
1. Antropologia Social. 2. Ciência Política. I. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política.
CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor

Cícero Mauro Fialho Rodrigues

Vice-Reitor

Antônio José dos Santos Peçanha

Pró-Reitor/PROPP

Sidney Luiz de Matos Mello

Diretora da EdUFF

Laura Garziela Gomes

Comissão Editorial

Célia Frazão Linhares

Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Ivan Ramalho de Almeida

Luiz Antonio Botelho Andrade

Magnólia Brasil Barbosa do Nascimento

Marco Antonio Teixeira Porto

Marlene Gomes Mendes

Regina Helena Ferreira de Souza

Rogério Haesbaert da Costa

Sueli Druck

Vera Regina Salles Sobral

Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

Comitê editorial da Antropolítica

Delma Pessanha Neves (PPGACP / UFF)

Eduardo R. Gomes (PPGACP / UFF)

Simoni Lahud Guedes (PPGACP / UFF)

Gisálcio Cerqueira Filho (PPGACP / UFF)

Secretária:

Solange Pinheiro Lisboa

Conselho editorial da Antropolítica

Alberto Carlos de Almeida (PPGACP / UFF)

Argelina Figueiredo (Unicamp / Cebrap)

Ari de Abreu Silva (PPGACP / UFF)

Ary Minella (UFSC)

Charles Pessanha (IFCS / UFRJ)

Cláudia Fonseca (UFRGS)

Delma Pessanha Neves (PPGACP / UFF)

Eduardo Diatahy B. de Meneses (UFCE)

Eduardo R. Gomes (PPGACP / UFF)

Eduardo Viola (UnB)

Eliane Cantarino O'Dwyer (PPGACP / UFF)

Gisálcio Cerqueira Filho (PPGACP / UFF)

Gláucia Oliveira da Silva (PPGACP / UFF)

Isabel Assis Ribeiro de Oliveira (IFCS / UFRJ)

José Augusto Drummond (PPGACP / UFF)

José Carlos Rodrigues (PPGACP / UFF)

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE)

Laura Graziela F. F. Gomes (PPGACP / UFF)

Lívia Barbosa (PPGACP / UFF)

Lourdes Sola (USP)

Lúcia Lippi de Oliveira (CPDOC)

Luiz Castro Faria (PPGACP / UFF)

Luis Manuel Fernandes (PPGACP/UFF)

Marcos André Melo (UFPE)

Marco Antônio da S. Mello (PPGACP/UFF)

Maria Antonieta P. Leopoldi (PPGACP/UFF)

Maria Celina S. d' Araújo

(PPGACP/UFF-CPDOC)

Marisa Peirano (UnB)

Otávio Velho (PPGAS / UFRJ)

Raymundo Heraldo Maués (UFPA)

Renato Boschi (UFMG)

Renato Lessa (PPGACP / UFF -IUPERJ)

Renée Armand Dreifus (PPGACP/UFF)

Roberto Da Matta (PPGACP/UFF-

University of Notre Dame)

Roberto Kant de Lima (PPGACP / UFF)

Roberto Mota (UFPE)

Simoni Lahud Guedes (PPGACP / UFF)

Tânia Stolze Lima (PPGACP / UFF)

Zairo Cheibub (PPGACP / UFF)

SUMÁRIO

NOTA DOS EDITORES, 7

DOSSIÊ: ESPORTE E MODERNIDADE

APRESENTAÇÃO: *SIMONI LAHUD GUEDES*, 11

EM TORNO DA DIALÉTICA ENTRE IGUALDADE E HIERARQUIA:

NOTAS SOBRE AS IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DOS
JOGOS OLÍMPICOS E DO FUTEBOL NO BRASIL, 17

ROBERTO DAMATTA

TRANSFORMING ARGENTINA: SPORT, MODERNITY AND
NATIONAL BUILDING IN THE PERIPHERY, 41

EDUARDO P. ARCHETTI

FUTEBOL E MÍDIA: A RETÓRICA TELEVISIVA E SUAS
IMPLICAÇÕES NA IDENTIDADE NACIONAL, DE GÊNERO E RELIGIOSA, 61

CARMEM SÍLVIA MORAES RIAL

ARTIGOS

AS CONCERTAÇÕES SOCIAIS NA EUROPA DOS ANOS 90:
POSSIBILIDADES E LIMITES, 83

JORGE RUBEN BITON TAPIA

A (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E TRADIÇÕES:
O RURAL COMO TEMA E CENÁRIO, 117

JOSÉ MARCOS FROELICH

A PILULA AZUL: UMA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES
SOBRE MASCULINIDADE EM FACE DO VIAGRA, 133

ROGÉRIO LOPES AZIZE E EMANUELLE SILVA ARAÚJO

HOMENAGEM

RENÉ ARMAND DREIFUSS, 155

POR EURICO DE LIMA FIGUEIREDO

NOTÍCIAS DO PPGACP

CONVÊNIO CAPES/COFECUB – JANEIRO DE 1998 A FEVEREIRO DE 2002, 161

POR ROBERTO KANT DE LIMA

DISSERTAÇÕES, 173

ARTIGOS PUBLICADOS E SÉRIES INICIADAS, 197

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS, 207

SUMMARY

EDITOR'S NOTE, 7

DOSSIER: SPORT AND MODERNITY

APRESENTATION: SIMONI LAHUD GUEDES, 11

ON THE DIALECTS BETWEEN EQUALITY AND HIERARCHY:
NOTES ON THE IMAGES AND REPRESENTATIONS ABOUT THE
OLYMPIC GAMES AND WORLD CUP IN BRAZIL, 17
ROBERTO DAMATTA

TRANSFORMING ARGENTINA: SPORT, MODERNITY AND
NATIONAL BUILDING IN THE PERIPHERY, 41
EDUARDO P. ARCHETTI

SOCCER AND MASS MEDIA: THE TELEVISION RHETORIC AND ITS IMPLICATIONS ON
NATIONAL GENRE AND RELIGIOUS IDENTITY, 61
CARMEM SILVIA MORAES RIAL

ARTICLES

THE EUROPEAN SOCIAL CONCERNATIONS IN THE NINETIES:
POSSIBILITIES AND LIMITS, 83
JORGE RUBEN BITON TAPIA

THE (RE)CONSTRUCTION OF IDENTITIES AND TRADITIONS:
THE RURAL AS THEME AND SCENERY, 117
JOSÉ MARCOS FROEHLICH

THE BLUE PILL: AN ANALYSIS ON REPRESENTATIONS
OF MASCULINITY IN FACE OF VIAGRA, 133
EMANUELLE SILVA ARAÚJO E ROGÉRIO AZIZE

TRIBUTE

RENÉ ARMAND DREIFUSS, 155
By EURICO DE LIMA FIGUEIREDO

PPGACP News

CAPES/COFECUB AGREEMENT – JANUARY 1998 TO FEBRUARY 2002, 161
POR ROBERTO KANT DE LIMA

THESIS, 173

EDITED BOOKS AND INITIAL SERIES, 197

RULES ON PAPER PUBLICATION, 207

NOTA DOS EDITORES

Com este número de *Antropolítica*, iniciamos uma segunda fase de nossa revista, com uma nova apresentação gráfica e uma organização distinta. Ao completar sete anos de atividades ininterruptas, reafirmamos nossa proposta de publicar textos que possam contribuir de modo significativo para as ciências sociais e, em particular, para as linhas de pesquisa desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, da Universidade Federal Fluminense. É nesta direção que projetamos as novas seções de *Antropolítica*. Destacaremos, de agora em diante, em cada número a ser publicado, uma temática relacionada a estas linhas de pesquisa, compondo um *dossiê*, organizado por um pesquisador do Colegiado do PPGACP e expondo a perspectiva de especialistas – brasileiros ou estrangeiros – na temática. Além disso, criamos uma nova seção, denominada Notícias do PPGACP, na qual, além de relacionar as dissertações e, em breve, as teses defendidas no programa, apresentaremos, em cada número, as principais propostas e atividades dos grupos e núcleos de pesquisa.

Registramos, ainda, nosso profundo pesar pela perda do nosso colega, o professor René Armand Dreifuss, cuja memória homenageamos nas palavras do professor Eurico de Lima Figueiredo.

Finalmente, com este número, temos a certeza de continuar disponibilizando para os pesquisadores da área de ciências sociais reflexões da mais alta qualidade.

A Comissão Editorial



DOSSIÊ:

Esporte e modernidade

APRESENTAÇÃO

Muitos antropólogos, nas duas últimas décadas, têm contribuído para a compreensão do lugar dos esportes na modernidade, revelando dimensões decisivas dos sistemas socioculturais atuais.¹ Mas, sem qualquer sombra de dúvida, os três aqui reunidos neste primeiro dossiê da *Antropolítica* vêm contribuindo de modo particularmente relevante para o debate internacional sobre o tema. A reflexão sobre as práticas corporais que, a partir de meados do século XIX, foram compreendidas como “esportes” (ELIAS, 1992), penetrando sob tal formato nos mais diversos espaços sociais, tem, nos textos deste dossiê, a demonstração plena de seu potencial e de seu vigor. Após deixar de ser uma temática acadêmica menor, explorando alguns aspectos das franjas e resíduos dos sistemas socioculturais, eventualmente folclorizados, o território que hoje já poderíamos chamar uma “antropologia do esporte” evidencia as possibilidades de renovação da reflexão antropológica, fornecendo novos ângulos para questões clássicas e trazendo novas questões para o debate. Construída na esteira do inesgotável clássico de Marcel Mauss (1968), *Les Techniques du Corps*, que, em 1934, elaborava um programa de pesquisas ainda pouco percorrido, a “antropologia do esporte” lança um olhar mais detido à produção social dos corpos e das *performances* corporais, mas o faz dentro dos mesmos princípios sociológicos maussianos, recusando uma visão fragmentada da vida sociocultural.

Na antropologia brasileira, nunca será excessivo destacar o pioneirismo e a originalidade da reflexão de Roberto DaMatta, expressos também na análise dos esportes. A organização e introdução, em 1982, do livro *Universo do futebol*, estabeleceu um marco para tais

estudos no Brasil (DaMATTA et al., 1982). O presente texto insere-se, de um lado, no contexto analítico de sua produção que gosto de pensar como a versão do “Brasil pelo avesso” (carnaval, futebol, jogo do bicho, procissões), ou seja, tudo o que parece irrelevante mas que, como o autor nos vem ensinando, é o que nos define e nos explica, e, de outro lado, em sua perspectiva crítica e comparativa da produção socioantropológica. Traz à baila, através de uma comparação entre os diferentes significados atribuídos aos Jogos Olímpicos e às Copas do Mundo de Futebol, uma questão absolutamente central da antropologia, de certo modo a própria questão que constitui este campo de reflexão: a relação entre o universal e o local (ou nacional). As práticas esportivas apresentam-se como práticas corporais mundializadas, caracterizadas exatamente por sua regulamentação estrita e minuciosa, que as tornam reconhecíveis onde quer que sejam praticadas. Submeter-se a normas internacionais é condição *sine qua non* para a realização de qualquer prática esportiva, sendo as inovações muito rapidamente submetidas a novas regulamentações transnacionais, como, por exemplo, podemos ver acontecer atualmente com a modalidade denominada de “futevôlei”. Esta é uma dimensão fundamental dos esportes, implicando em seu valor como veículo de construção de identidades e como operador hierarquizante (dos povos, das etnias, das nacionalidades, das regiões etc.), na medida em que propiciam, permanentemente, através das competições entre unidades estruturalmente semelhantes, escalonamentos sempre avaliativos. Entretanto, as diferentes modalidades esportivas têm demonstrado ser, simultaneamente, objeto de apropriações muito distintas. Através da análise da dialética entre individualismo e hierarquia como se apresentam nestes embates esportivos internacionais, Roberto DaMatta propõe também uma interpretação da dialética entre o universal e o local, relativizando elaborações teóricas que se pretendem universais.

O antropólogo argentino Eduardo Archetti, professor da Universidade de Oslo, igualmente pioneiro nesta reflexão, também persegue o “avesso” da Argentina. Tematiza o tango, a *milonga*, o gaúcho, o futebol, o pólo... O artigo com o qual colaborou para este *dossiê* insere-se num amplo projeto de mapeamento da construção da diferença e da identidade argentinas pela análise do que denomina as suas “zonas livres” (ARCHETTI, 1999, 2001), espaços que são arenas para a elaboração de linguagens e práticas diversificadas. Neste artigo, examina a apropriação do futebol, do pólo, do automobilismo e do boxe na Argentina, de sua introdução em fins do século XIX até o fim do regime peronista, em 1955. Argumentando que, com a disseminação dos es-

portes modernos a partir da Europa, mais especificamente da Inglaterra, foram também disseminados “estereótipos de performances e esquemas simbólicos” que podem ser lidos como um projeto radical de modernidade, ainda em atuação, Archetti analisa, através da introdução e apropriação dos quatro esportes selecionados, o que poderíamos chamar a “interpretação platina” dessa modernidade. Neste caminho, nos proporciona uma reflexão sobre formas de inclusão de países periféricos na ordem capitalista internacional no século XX, *pari passu* com a produção do nacionalismo através da produção de heróis nacionais esportivos. Argumenta, além disso, que a apropriação platina de alguns esportes e a produção de heróis nacionais valorizados no cenário internacional propiciaram a costura da heterogeneidade sociocultural do país em uma representação de nação. Abordando uma das temáticas mais caras à antropologia do esporte – as potencialidades das diferentes modalidades esportivas em disponibilizar-se como veículos para os nacionalismos modernos –, Archetti complexifica o debate demonstrando a complementaridade simbólica entre tais práticas no caso argentino. O estilo *criollo*, valorização da interpretação argentina da hibridação, produzido nas suas “zonas livres” e valorizado internacionalmente nestes esportes, constitui-se também numa interpretação local da modernidade e em um passaporte para sua inclusão na transnacionalidade. Todo este processo constitui-se, do mesmo modo, em uma discussão sobre a produção diferencial da masculinidade.

Quero destacar, ainda, uma importância adicional do trabalho de Archetti para a antropologia do esporte no Brasil, incorporando como fundamental a proposta comparativa e crítica trazida por DaMatta. A extensa produção de trabalhos no Brasil, dentro dessa temática, ocorrida nas duas últimas décadas (TOLEDO, 2001), sugere, já, uma fertilização pela comparação com as formas de apropriação dos esportes em outros espaços sociais. Os trabalhos de Archetti e de Pablo Alabarces (1996, 1998, 2000, 2001) sobre a Argentina, já conhecidos dos pesquisadores brasileiros em antropologia do esporte, são fundamentais pontos de partida. A opção de Archetti, neste trabalho como em outros, de não limitar-se à análise do futebol, incorporando outros esportes igualmente apropriados de modo significativo na Argentina, também sugere algumas alternativas interessantes. Do mesmo modo, a reflexão de Roberto DaMatta, incluindo o que não é valorizado no Brasil (os Jogos Olímpicos) em comparação com a extrema valorização das Copas do Mundo de Futebol, propicia um olhar mais acurado, mais penetrante, sobre o processo de construção de diferenças no contexto de práticas que são, por definição, mundializadas.

Não há como se falar de esportes e modernidade sem falar da mídia.² Todos os que, de uma maneira ou de outra, se dedicaram à temática referiram-se aos veículos de difusão. Na verdade, como sabemos, a difusão dos esportes no século XX é coetânea da aceleração da comunicação, graças à sofisticação e ao crescimento dos meios de difusão. Uma parte substantiva do material utilizado pelos cientistas sociais foi produzida pelos jornais, pelas revistas, pelo rádio, pela televisão. Entretanto, muito pouco se tem feito em termos da análise destas linguagens específicas. Abordando a linguagem televisiva na Copa do Mundo de Futebol de 2002, acontecimento cuja audiência acumulada ultrapassa em muito a população do planeta, Carmem Rial nos traz uma colaboração preciosa. Demonstra como, através de opções que parecem exclusivamente técnicas e neutras (enquadramento, distância, posição da câmera para as imagens; tom e velocidade das narrativas, vocabulário), os estoques de significados são delimitados. Acentuando o papel ativo dos espectadores na apropriação destes significados, afastando visões reducionistas, evidencia também o que as escolhas técnicas disponibilizam e a interferência dessas escolhas nos desempenhos dos protagonistas dos jogos de futebol. O artigo de Rial, inserido também em um projeto mais amplo de análise das imagens, explicita a importância do exame antropológico das linguagens através das quais os esportes são difundidos. Trabalha, como os outros autores, a construção das identidades nacionais e aborda, através das imagens, formas diversificadas de viver o nacionalismo. Demonstra, ainda, a emergência de uma outra masculinidade nesta Copa do Mundo e a presença marcante da religiosidade nas imagens esportivas. Algumas dessas imagens ultrapassam em muito o contexto em que são produzidas, cristalizam-se, transformam-se, elas mesmas, em sínteses de significados.³ O artigo de Carmem Rial nos ajuda a começar a compreender, por exemplo, tudo o que se encerra na imagem extremamente emblemática do capitão do selecionado brasileiro, Cafu, no dia 30 de junho de 2002, elevando o troféu, num gesto já tornado clássico nas Copas do Mundo, após a conquista do campeonato, no estádio de Yokohama no Japão. Visto naquele momento por milhões, talvez bilhões de pessoas, o capitão da seleção brasileira de futebol conecta o topo do mundo com o retorno ao seu “local” de origem, o Jardim Irene que cada um de nós traz no peito. Sua imagem é a condensação do que esses autores vêm afirmando. Tal como Cafu, não podemos perder de vista, na análise da transnacionalização e internacionalização, o local, o lugar, o específico. Cabe a nós, cientistas sociais, compreender as formas e caminhos que os homens construíram para viver em um mundo ampliado, cada vez

mais conectado, sem, de fato, sair do lugar. Esta é, do meu ponto de vista, a contribuição fundamental desses três autores.

Entramos, assim, com este primeiro dossiê, em uma nova fase da *Antropolítica*, de modo muito auspicioso. Certamente, os artigos aqui reunidos sob o tema “esporte e modernidade”, inaugurando esta proposta, muito irão contribuir para o debate de antigas e novas questões das ciências sociais, estimulando os diversos investigadores que têm contribuído para a temática.

REFERÊNCIAS

ALABARCES, Pablo. *Fútbol argentino: un cacho de cultura(s)*. In: ALABARCES, Pablo; RODRIGUEZ, María Graciela. *Cuestión de pelotas: fútbol, deporte, sociedad, cultura*. Buenos Aires: Atuel, 1996.

_____. Fútbol y academia: recorrido de un desencuentro. In: ALABARCES, Pablo; DI GIANO, Roberto; FRYDENBERG, Julio (Comp.). *Deporte y sociedad*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

_____. *Fútbol y patria: el fútbol y las narrativas de la nación en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2001.

_____. (Comp.). *Peligro de gol: estudios sobre deporte y sociedad en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

ARCHETTI, Eduardo. *Masculinities: football, polo and tango in Argentina*. Oxford: Berg, 1999.

_____. *El potrero, la pista e el ring: las patrias del deporte argentino*. Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BROMBERGER, Christian. *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*. Paris: Bayard, 1998.

DAMATTA, Roberto et al. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

ELIAS, Norbert. Introducción. In: _____.; Dunning, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MAUSS, Marcel. *Les techniques du corps: sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1968.

TOLEDO, Luiz Henrique. Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, São Paulo, n. 52, 2001.

NOTAS

- ¹ De fato, tanto mais decisivas quanto mais concebidas como referidas a aspectos residuais, periféricos dos sistemas socioculturais. Nesse sentido, o título de um dos livros de Christian Bromberger (1998), especialista francês no tema, vai direto à questão: *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*.
- ² Da mesma forma, creio, não há como se falar de mídia sem falar de esportes. Os meios modernos de difusão encontraram nas diferentes práticas esportivas – mais em algumas que em outras – um de seus objetos privilegiados. Há uma relação estreita entre esporte e mídia. Basta citar, por exemplo, as recentes alterações nas regras dos jogos de vôlei, explicitamente vinculadas à facilitação da transmissão dos jogos pela televisão.
- ³ Assim ocorre, por exemplo, com a imagem de Maradona, no último jogo em que participou, pouco antes de ser excluído da Copa do Mundo de 1994, nos Estados Unidos, cuja expressão facial ficou registrada como um momento único.

R O B E R T O D A M A T T A *

UNIVERSIDADE DE NOTRE DAME

EM TORNO DA DIALÉTICA ENTRE IGUALDADE E
HIERARQUIA: NOTAS SOBRE AS IMAGENS E
REPRESENTAÇÕES DOS JOGOS OLÍMPICOS
E DO FUTEBOL NO BRASIL **

Este ensaio objetiva discutir o espaço simbólico dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol na sociedade brasileira. Para responder a essas questões, apresenta uma crítica da visão universalista e linear da esfera do esporte, avaliando as propostas de dois autores influentes no campo, e examina algumas questões básicas para uma sociologia comparativa do esporte. Focaliza, de modo especial, a dialética do individualismo e da hierarquia, na medida em que possibilita compreender o significado do esporte e, no caso, de certas competições esportivas, sem, entretanto, partir de um ponto de vista universal e essencialista relativamente a essa esfera da vida social.

Palavras-chave: *sociologia do esporte; comparação; hierarquia; individualismo.*

* É também professor titular licenciado, sem vencimentos, da Universidade Federal Fluminense.

** Uma versão preliminar deste trabalho foi originalmente publicada em inglês, como "Hierarchy and Equality in Anthropology and World Sport: A Perspective from Brazil." In: KANG, Shin-yo; MacALOON, John; DaMATTA, Roberto (Org.). *The Olympics and Cultural Exchange*. Coréia: Instituto de Estudos Etnológicos da Universidade de Hanyang, 1987.

Em 1984, graças à diligência e ao verdadeiro espírito olímpico de meu colega e amigo John MacAloon, da Universidade de Chicago, tive a oportunidade de testemunhar os Jogos Olímpicos de Los Angeles.¹

A originalidade do projeto era proporcional ao problema até então jamais discutido abertamente: o que “observar” e, posteriormente, escrever com relação a esse grande evento esportivo. Antropólogos sabem – ou devo dizer, dado o estado lamentável de invenção da roda e de descoberta do fogo por uma certa antropologia pós-moderna – “sabiam” escrever sobre povos exóticos, costumes curiosos, rituais bizarros e tribos indígenas, para os quais inventaram várias receitas que dizem o que falar, como falar e de onde falar. Mas os Jogos Olímpicos nos colocavam diante de uma esfera dominada por outros discursos profissionais, entre os quais avultava o dos chamados “jornalistas esportivos” e isso contribuía enormemente para nos tornar inseguros como adolescentes e mudos como estátuas.

O modo, digamos, usando todas as aspas, “clássico”, de escrever antropológicamente se fazia escolhendo alguma coisa, pessoa, relação ou instituição que surgia como estranha, esquisita, irracional ou – usemos a fórmula um tanto etnocêntrica do crítico literário Roberto Schwarz – “fora de lugar”. Algo que, por feitiço e definição, era classificado como distante e opaco – possessão, totemismo, uluri, classificação fora do comum de certos parentes consangüíneos, totens, ausência de igreja ou de sacrifício, canibalismo, magia, clientelismo, rituais orgiásticos – escapando do nosso entendimento.²

Assim, dentro da “tradição antropológica” sabíamos exatamente o que observar, mas o que “antropológicamente” destacar diante de um festival esportivo moderno, globalizado e de massa, como os Jogos Olímpicos? Um evento tão “nosso” a ponto de somente provocar emoções (quem vai vencer ou perder, que recordes serão batidos, que países irão ocupar os primeiros lugares e conquistar o maior número de medalhas de ouro, que marcas de sorvete ou sabonete irão vender), jamais curiosidade ou razoável estranhamento sócio-lógico e intelectual?

De fato, observar os Jogos Olímpicos era estar enjaulado no que se pode chamar de “maldição de Geertz”, já que ali tínhamos apenas o “ponto de vista nativo” (GEERTZ, 1983), o que conduzia a discussões sobre imperialismos de países e a demonização do *mass media* no seu uso abusivo do esporte para propósitos de *marketing* de certos produtos e promoção política, sobretudo de formas crassas de nacionalismo. Temas que, apesar de sua importância, não apresentavam nenhuma no-

vidade política ou sociológica. Realmente, bastava ligar a televisão ou ler os jornais para constatar a discussão dessa problemática. E o mais grave era a consciência de que, nesse tipo de especulação, os jornalistas eram melhores e estavam obviamente muito mais bem informados que nós.

A mim, pelo menos, parecia uma arrogante ingenuidade passar três semanas em Los Angeles para, no final, produzir numa “Antropologia dos Jogos Olímpicos” que, a despeito do nome pomposo, repetia formulações feitas pelos jornalistas sobre o poder do dinheiro e da indústria de comunicação de massa como expressões vigorosas de um capitalismo tentacular cujo objetivo era o de transformar cidadãos em bonecos – ou *props* (suportes, máscaras, cenários) – como dizia um dos membros do nosso grupo.

O que, então, observar e discutir? Como contextualizar e emoldurar de uma perspectiva sociológica, crítica e comparativa, a experiência dos Jogos Olímpicos?³ Que caminho seguir para justificar a minha presença *como antropólogo* naquele evento fundamental da vida esportiva e do mundo moderno, um evento cujo estudo antropológico se contava nos dedos?

Procuro responder a essas questões nas páginas que seguem. Nelas, tento compreender por que os esportes olímpicos e a própria idéia de Olimpíada não despertam muito entusiasmo no Brasil, em contraste com o que ocorre com a “Copa do Mundo” que, como diz a música, “é nossa!”.

Assim sendo, o primeiro objetivo deste ensaio é discutir o espaço simbólico dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol na sociedade brasileira. Para tanto, faço uma pergunta simples, direta, mas crucial: por que as Olimpíadas não são capazes de capturar nossa imaginação e o nosso entusiasmo do mesmo modo que a Copa do Mundo?

Na tentativa de responder a essas questões, apresento uma crítica da visão universalista e linear da esfera do esporte e examino algumas questões que considero básicas para uma sociologia comparativa do esporte. Focalizo de modo especial a dialética do individualismo e da hierarquia porque acredito que ela ajuda a pôr em foco o significado do esporte e, no caso, de certas competições esportivas, sem, entretanto, partir de um ponto de vista universal e essencialista relativamente a essa esfera da vida social.

Um dado trivial nas “sociologias do esporte” produzidas por pesquisadores do mundo anglo-saxão e europeu ocidental é a sua parcial ou total incapacidade de distinguir os significados locais ou nacionais de certas modalidades esportivas. Universalistas, esses pesquisadores – mesmo quando focalizam o esporte (ou alguma modalidade esportiva) a partir de sua coletividade – assumem que o “esporte” tem um mesmo sentido, exprimindo um conjunto comum de dramatizações sociais. O fantasma de um velho e pouco falado “etnocentrismo” (ou “socio-centrismo”) ressurgue claramente quando o fenômeno a ser estudado não é mais algo que só o estudioso conhece (como um período histórico específico ou uma sociedade amazônica ou africana), mas faz parte de nossa experiência diária (como um jogo de basquete, tênis ou futebol) porque não se pode passar por cima dos sentidos específicos que o esporte assume em lugares diferentes, produzindo opiniões, ligações e motivações diferenciadas, relativas ao que evocam naquela comunidade.

O que se observa nitidamente na paisagem das sociologias do esporte, então, é uma transformação implícita do local em universal. De fato, o clamor teórico é tanto mais grandioso, quanto mais o pesquisador dilata a experiência local – americana, francesa, italiana ou inglesa – tomando-a como base para algo que seria essencial ou intrinsecamente humano. Que isso não seja dito com todas as letras, não importa muito. O fato é que autores do chamado “primeiro mundo”, os que praticam a arte de teorizar sociologicamente, raramente qualificam suas sociologias do esporte (ou do mito, do ritual, da família ou da economia) como sendo locais ou como tendo por alvo discernir as suas singularidades naquele lugar, contexto ou situação. Conseqüentemente, o que ocorre na sociedade do observador é projetado como um traço, disposição ou tendência de toda a espécie humana.

O resultado desta, digamos, “predisposição cultural” (ou ideológica) é que o mundo fica muito parecido (em motivação, interesse e modo de atuação) com os “países desenvolvidos” ou com as chamadas “democracias consolidadas” o que faz com que certos esportes sejam tomados como expressões implícitas ou explícitas de “verdades” universais.

Para os propósitos desta discussão, será suficiente tomar dois exemplos desse universalismo assumido ou postulado e de como ele impede uma visão mais precisa do campo esportivo como uma forma privilegiada de sociabilidade e cultura. O primeiro, é o livro *The Joy of Sports*, escrito pelo moralista americano Michael Novak (1976); o segundo é o con-

junto de ensaios reunidos por Norbert Elias e Eric Dunning (1986), cujo expressivo título (para o que estou denunciando aqui) é *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process* (traduzido para português pela Editora Difel).

Tomemos primeiramente o livro de Novak, uma obra cujo marco paradigmático é a história social dos Estados Unidos. A despeito da extraordinária originalidade e da perspectiva fenomenológica que, em muitos aspectos, lembram a *démarche* de Nelson Rodrigues,⁴ Novak, não obstante, reduz o esporte a uma modalidade de religião. No momento, não cabe avaliar essa trivial modalidade de “resolução sociológica” baseada na redução de uma dimensão social a outra. A magia já foi reduzida a uma ciência primitiva; rituais foram lidos como repetições neuróticas ou como expressões de misticismo; laços e termos de parentesco foram interpretados em suas matrizes de “sangue” e o esporte foi lido como uma sublimação para pulsões agressivas e guerreiras, do mesmo modo que Novak o toma como uma modalidade de religião. Só que, com isso, não se resolve o problema, pois fica-se com a tarefa de explicar a dimensão social à qual a atividade em foco foi reduzida.

Se o esporte pode ser reduzido à religião, como quer Novak, temos agora que lidar com o que é “religião”? Por que abandonar as formas regulares de entrar em contato com o sagrado e com liturgias, preces, oferendas e uma hagiologia estabelecidas, para “religar” por meio do espetáculo esportivo, onde o público, diferentemente da esfera religiosa – eis um ponto não considerado por Novak –, é a um só tempo fiel e celebrante, influenciando decisivamente no resultado do evento-jogo-competição-ritual?

Neste sentido, o que mais chama atenção em *The Joy of Sports* é a questão tipicamente americana de entender por que e como algo tão antiutilitário, expressivo, auto-referido como o esporte organizado pode dominar a atenção e, em certos momentos, englobar (e englobar forte e apaixonadamente) a identidade de acadêmicos como Michael Novak. Então, se o livro tem como alvo manifesto o universo esportivo, o seu objetivo real é, entretanto, compreender o fascínio que faz com que um time de beisebol como os Dodgers (“dodger” significa aquele que sabe evadir-se com destreza, aquele que foge fundado no truque e na malandragem) ou um time de futebol como o Notre Dame (onde, por sinal, Novak estudou) tire do sério (domine a consciência, perturbe o tônus emocional e redefina a identidade) um bem acabado acadêmico. Um sujeito que, no contexto da cultura acadêmica americana, deveria

estar mais preocupado com o mundo prático-real ou – o que talvez dê no mesmo – com coisas de sua especialidade e da “alta cultura”.⁵

Não surpreende, portanto, que Novak tome a visão de mundo americana como um umbigo do mundo e fale de sua experiência com o “*baseball*” e com o “*football*” (o futebol que os americanos consideram real) por meio de um viés apocalíptico, bíblico-cívico, bem no estilo estadunidense de comentar as coisas da vida, na linha da atitude: o que é nosso é mundial e, por suposto, natural e moralmente exemplar. É isso que justifica (e explica) a nossa adoração por uma atividade antiprática que, como ocorre com a arte, é inteiramente auto-referida e autocontida.

Se o livro é admirável como uma perspectiva pessoal do contexto esportivo americano visto por um nativo, ele é, por isso mesmo, revelador de uma visão ingênua, senão francamente insensível ao sentido (ou sentidos) de certos esportes em outros países, lugares, situações e contextos.

É o que ocorre com o nosso “futebol”, discutido por Novak junto com o hóquei sem, em momento algum, falar de aspectos que qualquer brasileiro tomaria como parte importante dessa modalidade esportiva, como o fato crítico de ela ser também (e principalmente) um “jogo”.

Conforme veremos mais adiante, na América do Sul, em geral, e no Brasil, em particular, o futebol é considerado um jogo, e um jogo, como têm mostrado os estudos de Eduardo Archetti, tipicamente masculino. Talvez essa concepção que adiciona ao esporte elementos aleatórios e probabilísticos (conforme tenho acentuado nos meus ensaios) seja o principal obstáculo a impedir o seu uso abertamente político ou ideológico. Mas Novak (1976, p. 96), lendo-o somente através da óptica puritana (que coloca religião e – sejamos weberianos – ascetismo laico em todas as esferas da vida), diz que o futebol é um esporte que pode ser praticado indiferentemente por homens e mulheres.

Eis uma declaração esdrúxula já que, no Brasil, apesar dos progressos e variações locais e regionais, continuamos a afirmar que “futebol é jogo pra homem!”. Claro que mulheres também jogam futebol no Brasil, mas sofrem apupos da torcida, criam um evento com tonalidades irrealis e carnavalescas e, mais revelador talvez que tudo isso, são obrigadas a proceder como “homens”, sendo englobadas por um conjunto de posturas “masculinas”, tal como esse “masculino” é concebido na arena futebolística brasileira.⁶

O caso de Norbert Elias é mais complexo, mas vale assinalar sua convicção igualmente universalista de que o esporte moderno é uma atividade humana controladora dos instintos e de uma violência original e primitiva sendo, portanto, um instrumento inibitório, sublimador e freudianamente “civilizador”. Sua abordagem do mundo esportivo segue paralela e serve como ilustração para o que denomina de “processo civilizatório”, uma progressão na qual “modelos sociais de conduta e sensibilidade, particularmente em alguns círculos das classes sociais altas, começam a transformar-se muito drasticamente, numa direção específica, desde o século XVI em diante” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 41).

Que direção é essa? Para qualquer antropólogo versado no evolucionismo, a resposta é clara: trata-se de um “aperfeiçoamento” da vida emocional no sentido da inibição de motivos pessoais, relacionais e contextuais, que começam a ser governados por um conjunto de normas fixas e universais – isto é, aplicáveis a todas as pessoas e situações. Nas palavras de Elias, normas orientadas para um rigor, uma abrangência e uma moderação dos “excessos da autopunição” e da “autocomplacência”. É isso que Elias define, invocando Erasmo, como “civilidade”.

O ponto de vista comparativo, ausente em Elias, ajuda a ultrapassar essa perspectiva. Mesmo porque o domínio do esporte segue apenas em parte esse movimento de controle, quando libera, invertendo as regras, precisamente os excessos emocionais que para Elias seriam apanágios do “processo civilizatório”. Isso para não falar da dificuldade de encaixar no modelo sociedades constituídas por outras tradições culturais nas quais é complicado separar nitidamente cerimonial de esporte, religião de lazer e ritual de vida social rotineira.

Apesar do etnocentrismo evolucionista, Elias tem a virtude de focalizar sua investigação historicamente e de realizar uma pergunta crucial: por que os esportes modernos têm sua origem na Inglaterra?

Sua resposta toma como foco a história política e assume que os jogos competitivos restringem a violência – o que me parece um erro. Ainda que de inspiração hobbesiana, a narrativa de Elias é simples, atraente e precisa. O universo violento e sedicioso da sociedade inglesa, quando da passagem do poder absoluto do rei para um Parlamento democrático, equivale, num plano mais abstrato, à aceitação de regras fixas, válidas para todos, capazes de sustentar uma paz social duradoura. Há, para ele, um paralelo entre o debate parlamentar e o confronto espor-

tivo. O seu denominador comum seria a capacidade de controle da violência por meio do que chama de “tensão mimética” e “controlada” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 72; c. 4), graças a um conjunto de regras. Com isso, uma universal “busca de excitação” (ou de um aristotélico “entusiasmo”), que seria parte da natureza humana, encontraria um lugar privilegiado (porque controlado e contido por normas) de sorte a aliviar as tensões engendradas pela operação das normas civilizatórias. O modelo, diga-se o mínimo, é tipicamente funcional e utilitarista. A pulsão emocional contida (e engendrada) por normas de civilidade se extravasa no campo do esporte onde finalmente se legitima um tipo especial de excitação, mediadora dos confrontos entre o prazer e a sua restrição (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 44).

Tal como ocorre com Novak relativamente aos Estados Unidos, Elias não ultrapassa o plano do esporte e do futebol tal como ele se desenha na Inglaterra. Daí a ênfase num viés interpretativo utilitarista (ou prático), no qual o papel do esporte seria o de controlar a violência sem cogitar a hipótese de a violência ser, ao contrário, uma criação do próprio esporte.⁷

Daí também a total ignorância sobre a temática que rodeia e recheia o esporte e, sobretudo, o futebol na sociedade brasileira. Refiro-me, é claro, às idéias de infortúnio (coincidência, sorte e azar, bruxaria, feitiço, destino e poder místico ou sobrenatural) que surgem claramente na esfera do esporte *precisamente* porque essa esfera social é regida por regras fixas, transparentes e válidas para todos. Se, então, as massas brasileiras, conforme tenho enfatizado nas minhas interpretações do futebol, são atraídas pelo igualitarismo-democrático do esporte, um igualitarismo que joga tudo no desempenho e não na cor da pele ou no nome de família; o resultado não-previsível da operação dessas normas, levando à derrota ou à vitória, é também uma fonte inesgotável de questões. Chama atenção, portanto, no Brasil, que o futebol seja um instrumento privilegiado para discutir tanto problemas de justiça na aplicação das regras (como faz prova a importância da figura do “juiz” imparcial), quanto dos imponderáveis promovidos por esse sistema basicamente igualitário, quando as motivações do time e da torcida são traídas pela imprecisão e pelo infortúnio.

De fato, sabemos como é impossível, no Brasil, falar de futebol, sem lançar mão de um sistema elaborado de alocação do infortúnio que, a despeito de aceitar a dimensão técnica e física, serve também como um fator determinante para a derrota ou vitória, ao mesmo tempo que invoca fatores éticos e estéticos. Ou seja, no caso da sociedade brasilei-

ra, os elementos probabilísticos – expressivos dos atributos morais ou do significado humano dos eventos sociais, como apontavam, respectivamente, Evans-Pritchard e Henri Bergson (DaMATTA, 1969) – do esporte são tão salientes quanto as suas disposições contratuais, normativas, técnicas ou constitucionais. Como salientei acima, elas são as duas faces de uma mesma moeda, reproduzindo, no campo do esporte, dilemas e ambigüidades encontradas em toda a vida social brasileira onde – dependendo da pessoa e da situação – a aplicação direta da lei é quase sempre paradoxal e dilemática.

No Brasil, é rotineiro atribuir a um fator moral a vitória ou a derrota de um time ou pessoa. Ganhamos – graças a Deus, ou a Nossa Senhora da Penha, ou aos orixás, ou a nossa fé etc... – ou perdemos (por falta de garra, por ausência de altruísmo, desmedido individualismo e puro ou simples e terrível “azar”). Se o sistema de regras fixas, como diz a boa e velha teoria democrática, abre as possibilidades de transparência e de escolha individual, ela também traz à tona a idéia de escolhas inexoráveis, provas expressivas de um futuro desenhado como *destino*.

Ademais, os jogos são descritos como “bons” e “bonitos”. Assistir a um “belo espetáculo de futebol” revela uma expectativa que situa esse esporte como capaz de invocar e exprimir algo poético e “bonito”, numa conjunção um tanto inesperada entre o técnico, o utilitário, o racional e a dimensão estético-moral-religiosa da existência. Cada jogo do selecionado brasileiro, conforme explicou num riquíssimo conjunto de crônicas, Nelson Rodrigues, o Brasil entra numa pauta de julgamento ético coletivo e cósmico, pagando ou recebendo (“carmicamente”) tudo o que teria realizado de negativo ou positivo.

Aliás, o que fascina no caso de uma sociologia do esporte é precisamente a constatação de como um mesmo jogo torna-se universal justamente porque permite apropriações sociais específicas em sociedades diferentes. Em outros domínios sociais (basta pensar na política, na economia e nas etiquetas que governam o cotidiano), essas variações são muito mais problemáticas.

– II –

Para um observador imbuído de espírito comparativo, essas diferenciações surgiam claramente em Los Angeles. De saída, a própria idéia de participação tem diferentes sentidos para os países que tomam parte numa Olimpíada. Analisando a cobertura feita pela imprensa brasileira, fica patente que nações como o Brasil tomam parte nos jogos com aspirações muito limitadas. Nesses casos, a idéia de participação se re-

duz a desempenhar um papel efetivamente legitimador do evento e, por causa disso, verdadeiramente Olímpico, porque eles não têm a menor chance de disputar sequer os dez primeiros lugares.

Bitolada por essa perspectiva, a imprensa brasileira mencionava, em 1984, as chances do Brasil no basquetebol, no remo, no iatismo, no ciclismo, no voleibol, na natação, na corrida e, naturalmente, no futebol; observando entretanto – dentro da lógica “antinarcisista” que domina a nossa autopercepção – as “magras” possibilidades de vitória e criticando asperamente a desorganização de alguma equipe com a qual, supunha-se, o Brasil teria oportunidade de boa colocação, como foi o caso do basquetebol (onde fracassamos totalmente) e do futebol (onde tivemos sucesso, conquistando uma medalha de prata).⁸

Então, para países como o Brasil, participar nos Jogos Olímpicos já seria uma vitória. Como se o fato de estar entre as “nações olímpicas” fosse um sinal de que – apesar de tudo que pensamos de nós mesmos – pertencemos ao conjunto de “países adiantados”. Mas é claro que para o Brasil (e para outros países com uma problemática nacional semelhante à nossa), a participação nos jogos se faz certamente com um sentimento básico de *noblesse oblige*. Como a participação nas feiras mundiais, nas quais os países periféricos e as sociedades tribais desempenhavam um importante papel coadjuvante, simplesmente representando o seu próprio atraso ou primitivismo, fato tanto mais digno de nota, quando se verifica que isso ocorria no contexto de um inevitável confronto com o extraordinário progresso dos “povos mais adiantados”, promovendo a distância que praticamente demonstrava e legitimava a idéia de evolução e o ideal de progresso. “Já fomos assim”, “poderíamos ter sido assim” e “graças a Deus não somos assim”, “eu pensava que fosse pior”... eram expressões que certamente escapavam dos “romeiros-expectadores” de uma feira mundial quando comparavam as amostras dos vários povos e países ali representados.

Em 1984, falou-se de um grande boicote olímpico, ocasião em que a União Soviética deixaria de competir. Diante, porém, do argumento apresentado acima, entende-se que o verdadeiro boicote olímpico não será certamente o de uma grande potência contra a outra, mas aquele que os países periféricos não ousam fazer, já que são eles que desempenham o papel de fiéis diante dos deuses. E os deuses, conforme nos ensinaram Durkheim e Mauss, precisam tanto dos homens quanto estes precisam deles.

O fato é que, enquanto para as potências mundiais participar significa a possibilidade de vencer, para as nações periféricas esse mesmo espetáculo representa apenas a possibilidade de competir com dignidade, fazendo número e aparecendo simpaticamente no cerimonial de abertura dos jogos.

Talvez uma distinção sociológica ajude a compreender essa participação olímpica ambígua e complicada. Quero me referir, como tenho feito já tantas vezes em outros lugares, ao fato de que há pelo menos dois modos pelos quais o Brasil se manifesta como coletividade. No primeiro, ele surge como sociedade; no segundo, esse mesmo Brasil aparece como uma coletividade radicalmente diferente: como Estado-nacional ou país. Essa distinção é importante porque, como sociedade, o sistema se manifesta pela lógica das lealdades e das relações pessoais, mas, como nação, o Brasil se mostra como uma ordem fundada em leis escritas (mas não inscritas nas pessoas), num território e no indivíduo como sujeito moral do sistema. Haveria, então, como sugere Marcel Mauss (1972) num ensaio clássico que inspira essa minha diligência teórica, duas pessoas políticas numa única comunidade.

A primeira se exprime através do que os antropólogos chamam de sociedade (ou cultura); a segunda no que os economistas e cientistas políticos chamam de Estado-nacional. A cultura é governada pelos “hábitos do coração” e por práticas sociais personalistas e hierárquicas; o Estado-nacional é gerenciado por normas explícitas e escritas: leis que se ordenam igualmente, devendo valer para todos.

Como sociedade, conforme tenho tentado mostrar no meu trabalho (DaMATTA, 1979, 1982, 1985, 1986), o valor básico do sistema é a hierarquia; como Estado-nacional o sistema se informa pela igualdade. Mais: os dois princípios operam simultaneamente, de modo que situações podem ser diferentemente definidas, caso sejam “lidas” pelo viés “nação” (com sua ética moderna baseada no individualismo e na igualdade); ou pela óptica da “sociedade”, quando são classificadas pelos códigos tradicionais da pessoa, das relações e da hierarquia.

De modo geral, tudo o que diz respeito ao mundo contemporâneo, como é o caso dos Jogos Olímpicos, promove e estimula um elo direto com essa vertente nacional, individualista e igualitária. Mas isso não faz com que a esfera das relações e da hierarquia deixe de operar e seja automaticamente excluída. Daí, sem dúvida, os sentimentos aparentemente descontraídos relativos ao Jogos Olímpicos por parte de certos setores da coletividade brasileira. Em tese, há a vontade de o Brasil

como país participar em tudo que seja definido como “moderno”, “adiantado” ou “civilizado” – algo que demonstra efetivamente como *chegamos* à era da alta tecnologia, da sofisticação relativamente aos meios de comunicação de massa, da familiaridade com as práticas da democracia representativa e, naturalmente, com os Jogos Olímpicos que, evidentemente, são um índice de tudo isso e representam, legitimam e asseguram uma imagem inovadora do sistema.⁹ Mas essa representação que freqüentemente está associada ao “governo” e ao “Estado”, nem sempre é correspondida pela sociedade. Assim, nos Jogos Olímpicos há um contraste entre a vontade do Estado-nacional (obrigado a fazer o Brasil tomar parte nas Olimpíadas) e uma quase indiferença da sociedade. No caso do futebol, porém, a relação modifica-se radicalmente e temos nos Campeonatos Mundiais de Futebol um dos raros momentos nos quais sociedade e “nação”,¹⁰ “povo” e “governo” seguem na mesma direção e compartilham do mesmo evento com um mesmo e irrestrito entusiasmo.

Não tenho dúvidas de que era precisamente esse desencontro entre “nação” e “sociedade” que a imprensa do Terceiro Mundo revelava em Los Angeles. Sentimento, aliás, que eu tive a oportunidade de perceber de perto porque estava participando ativamente deste grupo como comentarista da Rede Manchete de Televisão, o que obviamente me permitia discernir de que forma os jogos estavam sendo “definidos” ou “digeridos” para o público brasileiro.

Para a maioria dos jornalistas, as atenções voltavam-se somente para as “estrelas” (Joaquim Cruz e Ricardo Prado) e para os esportes coletivos. Modalidades esportivas menos populares ou desconhecidas do grande público brasileiro, como o iatismo, o judô, o tiro etc. recebiam uma cobertura jornalística que oscilava entre a patronagem arrogante e uma deplorável condescendência.¹¹

Por tudo isso, quando alguns atletas brasileiros tornaram-se heróis olímpicos, surgiram comentários ambíguos, reveladores de como era (e ainda é) complicado, no caso da sociedade brasileira, lidar com uma “ideologia do mérito” (sobretudo do desempenho individual) que certamente caracteriza os Jogos Olímpicos. Assim, mesmo depois de Joaquim Cruz e Ricardo Prado terem ganho, respectivamente, medalhas de ouro e prata, ambos foram acusados de imaturos e de egoístas por jornalistas brasileiros que tinham dificuldades para compreender a natureza de modalidades esportivas individualizadas onde o atleta conta apenas com seus próprios recursos e, como consequência, controla melhor sua imagem pública.

Isso nos conduz a um problema sociológico interessante, qual seja: o fato de os Jogos Olímpicos terem um forte componente individualista, criando uma moldura valorativa que toma o “atleta-herói” como uma imagem acabada do indivíduo moderno, dotado de autonomia, escolha e direitos, como centro moral da sociedade.¹²

Neste sentido, não deixa de ser curioso que o ritual de reconhecimento olímpico, quando o atleta recebe sua medalha, tenha uma estrutura dramática que destaca o indivíduo, mas que fica inteiramente deslocado quando o vencedor é uma equipe. Premiar o herói olímpico é, pois, equivalente a glorificar o indivíduo como um personagem crítico do nosso mundo social. Esse “indivíduo” carregado de heroicidade que, acreditando em si mesmo e nos seus recursos, treinou e esforçou-se solitariamente, quase sempre contra tudo e todos, inclusive contra seus eventuais defeitos físicos, sociais e emocionais para, no final, ver sua crença em si mesmo recompensada.

Não parece haver dúvida que o grande ideal olímpico moderno exprime recorrentemente esse atleta perfeito que é, simultaneamente, a própria imagem do indivíduo ocidental na sua plenitude.

- III -

Tudo isso contrasta com a maneira de representar o Campeonato Mundial de Futebol. Basicamente porque, como sugeri acima, não há dúvida de que o entusiasmo pelo futebol e a indiferença pelos Jogos Olímpicos se relacionam à ética social brasileira que até hoje oscila entre “individualismo” e “personalismo”, igualdade e hierarquia, sociedade e Estado-nacional, como categorias sociais contrastivas e, até certo ponto, antagônicas, mas complementares no caso do Brasil.¹³

Aprofundemos esses aspectos.

Um dos pontos mais salientes do contraste entre os Jogos Olímpicos e o Campeonato Mundial de Futebol fala do modo pelo qual cada um desses ritos esportivos elabora o elo entre o universal e o local. Campeonatos mundiais e olimpíadas são ocasiões em que o ideal de igualdade universal é dramaticamente elaborado e celebrado. Só que cada um desses cerimoniais faz isso concretamente (vale dizer: culturalmente) a seu modo.

Os Jogos Olímpicos realizam a mediação entre a diferença social e política “real” existente entre as unidades que entram na competição salientando fortemente o ideal de igualdade. Principalmente porque as Olimpíadas têm que dar conta de duas diferenças cruciais: a que existe

entre os países no nível estrutural e a das modalidades esportivas convocadas no nível estruturante. Não é fácil incorporar novos e velhos esportes numa tendência reveladora de um viés universalista. Essa disposição universalista que inibe diferenciações entre esportes prestigiosos e de massa e modalidades fracas, elitistas e recentes obriga, também, a não distinguir esportes individuais e coletivos. No plano ideal (ou oficial), os jogos seriam um concurso de países e de modalidades esportivas equivalentes.

Mas mesmo no plano oficial, sabemos que há uma hierarquia porque o acontecimento básico dos Jogos Olímpicos são os eventos do atletismo que simbolizam todos os episódios da competição dentro de supostos ideais gregos clássicos. Neste sentido, a culminância das modalidades atléticas tradicionais no quadro dos Jogos Olímpicos serve para conciliar a idéia contemporânea do esporte como um instrumento de ascensão social individualista, com o velho ideal olímpico do concurso altruísta e agonístico, ou seja: da competição pela competição e da disputa como um fato social total. Um fato que, conforme ensinou Marcel Mauss, vai além da mera troca esportiva, política, financeira, técnica ou física de vitória e derrota (ou de vantagem ou desvantagem), implicando numa consciência da disputa como uma doação moral que, no fundo (eis o milagre da sociabilidade pura num mundo marcado pelo utilitarismo!), não demanda retorno ou recompensa.

Tal estrutura, então, articula, em muitos níveis, coletividades competidoras fortes e fracas, bem como modalidades esportivas individuais e coletivas, além de esportes altamente técnicos e jogos em que a incerteza desempenha um papel fundamental. Tudo isso tendo como pano de fundo ideológico a oposição crítica entre o singular e o universal. O ditado olímpico e maussiano que afirma que competir é mais importante que vencer estabelece uma hierarquia entre a disputa pela disputa e o mero desejo individualista de glória, vitória ou enriquecimento. O englobamento da vitória (com sua ênfase individualista) pela competição (com sua ênfase na disputa enquanto tal, com suas agonias e êxtases) paradoxalmente enfatiza o coletivo num leque competitivo cujo centro, convém reiterar, são eventos individuais (as provas do atletismo inspiradas na Grécia).

Desse modo, os Jogos Olímpicos reúnem ritos universalistas (as cerimônias de abertura e encerramento), ritos cívico-nacionalistas (todas as vitórias são marcadas pelo “direito” de celebração dos símbolos do país vencedor, quando a bandeira nacional é hasteada ao som do seu hino nacional), além de ser também um festival folclórico e um *show*.

Nos jogos, valores como a fé, agonia, a vontade pessoal (mobilizada pela coletividade) e a técnica se misturam em doses variadas, em momentos diferentes.

Não é, pois, ao acaso que todos os eventos dos jogos se estruturam em dois momentos críticos e bem marcados, conforme enfatizou John MacAloon (1981, 1984): o tempo do cerimonial e a competição propriamente dita. Aliás, como um espetáculo, a Olimpíada é inaugurada e encerrada por meio de grandes rituais que dramatizam coletividades, mas que são relativizados por ritos de vitória (e derrota) que salientam individualidades e, com elas, singularidades culturais, sociais e, sobretudo, nacionais. Por causa disso, no plano prático da política de sua produção, o equilíbrio entre universalismo e nacionalismo sempre foi um tema importante e uma das grandes preocupações de Pierre de Coubertin, o grande renovador dos ideais olímpicos (MacALOON, 1981).

Tudo isso contrasta com um Campeonato Mundial de Futebol. Aqui também temos uma ritualização do universal, mas o seu foco não é o indivíduo, mas uma coletividade – uma equipe – que compete pela vitória representando uma nação. Se, então, numa Olimpíada tudo se passa como se o local e o nacional fossem vistos como intrusos – como hóspedes não-convidados que se insinuam, contrariando os verdadeiros ideais olímpicos –, no caso da Copa de Futebol, o universal é que pode ser um problema no decorrer de uma disputa na qual se exige uma enorme concentração e um dramático enraizamento dentro da equipe que, neste contexto, é – como dizia Nelson Rodrigues –, “a pátria de chuteiras”, uma metáfora viva da nacionalidade viva e do país. Usemos uma fórmula estruturalista, certamente fora de moda, para reiterar que, num Campeonato Mundial de Futebol, os times são metáforas dos países no início da disputa. Na medida, porém, em que alcançam sucesso, as cores do seu uniforme, a atuação de cada jogador, o estilo do time e o modo como se estabelecem como vencedores fazem com que se transformem em metonímias da nação (e da sociedade) que representam. O sucesso conduz a uma ultrapassagem do formalismo metafórico, dado na mera união das cores da bandeira impressa no uniforme com os jogadores, realizando uma verdadeira *fusão* dos emblemas coletivos (camisas e cores expressivas da coletividade) com o corpo, o sangue, a “raça” (como se diz no Brasil) e a alma dos atores. Vale dizer: uma junção do continente com o conteúdo. Passa-se, assim, da metáfora (que é sempre uma hipótese no início da disputa) à metonímia (que é a confirmação valorosa e ativa da hipótese) nas Co-

pas do Mundo de Futebol. Se o “selecionado” perde e, dada a estrutura dos jogos numa copa do mundo, é desclassificado, diz-se, provando esse ponto, que “o time *usou* mas não *vestiu* a camisa”. Como se “usar” denunciasse um elo superficial e significativamente utilitário com o símbolo da coletividade; enquanto que o vestir revela uma junção física, união corporificada cujo sinal mais claro é aquele “suar a camisa” que confunde o uniforme com a pessoa. E prova que time, país, sociedade, jogadores e torcida englobaram-se mutuamente, dissolvendo as suas barreiras físicas, morais e ideológicas – daí, sem dúvida, a emergência do “carnaval da vitória”.

Nos Jogos Olímpicos, o universal parece ser o foco e o alvo do espetáculo. Mas nos Campeonatos Mundiais de Futebol, o centro do drama é o particular, o singular e o específico. O fato de estarmos diante de uma mesma modalidade esportiva faz com que se percebam os estilos locais de praticar o futebol. Como se estivéssemos testemunhando várias orquestras tocando (e disputando) uma mesma partitura. Do mesmo modo, a disputa em torno de uma mesma modalidade esportiva desenha com nitidez ganhadores e perdedores. Nela, conforme sabemos, só há lugar para um ganhador, não havendo a possibilidade de vitórias parciais, quando um país pode se consolar por ter sido vencedor de alguma disputa esportiva, como ocorre nas Olimpíadas.

Tudo indica, portanto, que a construção do universal numa Copa do Mundo se faz por meio de singularidades que são parte da própria estrutura do acontecimento. Neste tipo de disputa, o país anfitrião tem poucas obrigações rituais, num concurso onde a parte cerimonial está totalmente englobada pela competição. Aliás, nesse evento, os ritos de abertura não dramatizam a universalidade humana, mas – isso sim – o cívico-nacional.¹⁴ O ritual de uma Copa do Mundo se reduz, de fato, ao hasteamento de bandeiras e ao toque do hino nacional dos países disputantes. É como se fosse o prelúdio de uma guerra.¹⁵ Não há rito de abertura nem rito de encerramento.

Nas Olimpíadas, ao contrário, e para confirmar o que venho examinando, o rito de abertura é uma parada na qual os países surgem como tal, englobados pelo seu nome, suas cores e bandeiras. Já no rito de encerramento, os atletas desfilam dissociados dos seus pavilhões nacionais, formando uma multidão de individualidades, numa ênfase e representação mais do que satisfatória (de um ponto de vista ocidental) do universal e do igualitário. Nesse sentido, a Copa do Mundo de Futebol salienta sempre a equipe, o time e a coletividade que a sustenta e

para a qual se joga e disputa; ao passo que a Olimpíada começa com equipes-países, para terminar no indivíduo livre das peias sociais e comunitárias. Tudo se passa como se, ali, a nacionalidade, a equipe, a bandeira etc. fossem um acidente e uma escolha do indivíduo. Nesta dramatização, é óbvio, os atletas não estão mais honrando seus países e suas equipes, mas os próprios Jogos.

Os prêmios refletem claramente essas dimensões. Na Olimpíada, o atleta recebe uma coroa de louros e uma medalha que duplamente destacam as partes mais importantes do seu corpo – a cabeça e o coração – pelos símbolos da vitória olímpica. Na Copa de Futebol, as medalhas, que também singularizam os indivíduos como ícones da humanidade, não são importantes. Aqui, o que conta é a posse da taça (da Copa) que tradicionalmente tinha uma forma feminina, sendo uma representação da “vitória alada” — fugidia e difícil de conquistar dentro da tradicional concepção de mulher do Ocidente.

Entende-se, pois, por que os jogadores de futebol do Brasil se permitiram sempre beijar carinhosa e sensualmente a boca dessa “vitória alada”, quando se tornaram campeões mundiais. Mas aqui o prêmio era para uma equipe que, por sua trajetória no campeonato, conquistou o direito a ser uma “superpessoa”, um “time” como se diz sem saber e coloquialmente no Brasil. Um time que, por isso mesmo, passa a ser creditado com propriedades mágicas, como o dom da vitória. Nesse sentido, a taça e a vitória que ela expressa são, no contexto dos valores individualistas que dominam a civilização Ocidental, dramatizações muito poderosas de um grupo de indivíduos que ganhou uma incontestável unidade.

O Campeonato Mundial de futebol articula o nacional com o universal privilegiando, contudo, o singular e a comunidade que pratica o esporte. Creio que é permitir esse enraizamento dramático no nível local, mas sem perder de vista as regras universais, que faz com que ele seja tão popular em países como o Brasil e outras sociedades do chamado “Terceiro Mundo”.

Por que se privilegia tanto o futebol? Convém repetir uma resposta que disse alhures (DaMATTA, 1982, 1986). O futebol é coletivo, é jogado com os pés (o que permite um alto grau de imprecisão), funda-se na continuidade e é jogado em um ritmo crescente, destinado à explosão agônica do êxito ou do fracasso e da perda da oportunidade. Tudo isso ajuda a compreender por que o futebol tem sido – pelo menos no caso do Brasil – um dos instrumentos dos mais efetivos na difícil mediação

entre sociedade e país, povo e governo, regras impessoais válidas para todos os cidadãos e teias de relações pessoais que distinguem as pessoas umas das outras numa complexa hierarquia.

Se a história do Brasil revela sempre uma grande dificuldade de transitar do impessoal ao pessoal, do hierárquico ao igualitário, do local ao universal, o futebol cria um espaço onde isso se faz de modo tranqüilo, marcado por lances de grande vigor e beleza.

- IV -

Acredito que esses argumentos ajudem a compreender por que os Jogos Olímpicos não despertam o mesmo grau de interesse dos campeonatos mundiais de futebol no Brasil. A par das óbvias limitações materiais, insisto que uma interpretação correta tem de levar em conta problemas ligados a valores culturais que, não obstante estarem presentes em todos os países contemporâneos, permeiam diferencialmente essas coletividades, atingindo diferentemente o Estado-nacional ou a sociedade e o seu quadro de valores. Assim, se é correto afirmar que todas fizeram suas constituições inspiradas pelo Código de Napoleão ou pela Constituição dos Estados Unidos, nos quais o cidadão-indivíduo é o sujeito central, daí não decorre automaticamente que o sistema legal-constitucional tenha apagado ou englobado outras instituições sociais e políticas vigentes nestas sociedades em todas as situações. Realmente, tem sido minha tese que esse “indivíduo” ocidental moderno, denunciado por Louis Dumont (1970, 1985) na sua magnífica obra, não tem a mesma importância entre diferentes nações modernas. O estudo do caso brasileiro tem revelado que uma sociedade pode adotar o indivíduo como sede do seu aparato jurídico-político e, paradoxalmente, a despeito e por causa disso, continuar operando com valores e elos morais antagônicos ao individualismo.

Como um espetáculo reconstituído a partir da experiência moderna e individualista, os Jogos Olímpicos parecem dramatizar essa dialética, salientando alguns desses paradoxos. De certo modo, eles fazem mais uma mediação entre um universalismo internacionalista, fundado na idéia do indivíduo como representação da humanidade, e as forças locais e regionais do nacionalismo que, paradoxalmente, o próprio individualismo desperta, provoca, estimula e mantém. Não parece haver dúvida de que a concepção da Olimpíada como um acontecimento que pretende orquestrar um verdadeiro *jardim zoológico* ou *feira mundial* esportivos (na realidade um “universal do esporte”) revela uma surpreendente identidade com a ideologia individualista que concebe a socie-

dade como sendo uma resultante das ações individuais. Dentro deste quadro, os Jogos Olímpicos seriam uma perfeita expressão destes valores. Neles temos representados todos os “mercados” e todas as regras que permitem estabelecer a experiência do “jogo” dentro de uma moldura competitiva. Tudo indica, portanto, que nos jogos o universal engloba o local e o nacional. Em outras palavras, todas as competições modernas (esportes que deixaram de ser “jogos”, danças ou rituais) são arbitradas e legitimadas em contextos em que o universal tem predominância e poder englobador. Se o localismo surge em eventos importantes durante o decorrer das competições Olímpicas, ele se dissipa dentro das ritualizações universalistas que a todo o momento colocam o disputante (e o espectador) não apenas como membros de uma nação, mas também como indivíduos autônomos. Quando falamos dos grandes atletas olímpicos, falamos de um indivíduo ou de um país?

Mas, quando a disputa gira em torno de uma só modalidade esportiva, como no caso da Copa de Futebol, tudo muda. Aqui, o universal também existe, mas ele se atualiza englobado pela experiência da singularidade dada por uma única modalidade esportiva. Tudo se passa como se nos Jogos Olímpicos estivéssemos lidando com um universalismo esportivo abstrato, de estilo francês, quando se considera, como diz Dumont (1985, p.138), que se é “homem (= indivíduo) por natureza e francês por acidente”, e se compete pela glória do esporte. Mas, na Copa do Mundo, em que redescobrimos a lógica de sociedades onde individualismo e holismo relacionam-se de modo muito mais complexo. Numa copa, aprendemos que só podemos ser universalistas porque estamos todos (jogadores e público) profundamente amarrados ao futebol de um dado país. Aqui vivemos a lógica dos pensadores românticos, segundo a qual só podemos fazer parte da humanidade porque somos, antes de tudo, membros de uma comunidade específica (DUMONT, 1985, p. 138-139).

Competições esportivas fundadas num só esporte tendem a negar a dimensão universal da ideologia individualista, apresentando tanto o esporte em disputa quanto os times como realidades dramaticamente concretas. Em sociedades em que a ideologia individualista opera de modo parcial, e onde o universalismo cosmopolita que sustenta a idéia dos Jogos Olímpicos tem uma nítida associação com certas classes sociais e estilos de vida, estando muito longe de ponderáveis setores da população, as Olimpíadas podem chamar atenção e despertar algum interesse. Jamais, entretanto, conduzem àquela motivação apaixonada que permite juntar o país abstrato com seus governos quase sempre lidos

como incorrigivelmente incompetentes e a sociedade concreta e certamente boa de se viver, com seus prazeres singelos e sua sempre renovada esperança.

Notre Dame, 21 de maio de 1988 e 24 de abril de 2003.

ABSTRACT

This essay discusses the symbolic space of the Olympic Games and the World Cup of Football in the context of Brazilian society. In order to answer these questions, the essay criticizes the universalistic view of sports as a social phenomenon taking to task the proposals of two eminent sociologists as it focus on some fundamental questions for a comparative view of sport. It concentrates on the dialectics of individualism and hierarchy as the two concepts helps to value the meaning of sport and of certain competitions avoiding an essentialist position relative to this domain.

Keywords: sociology of sports; comparison; hierarchy; individualism.

REFERÊNCIAS

DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

_____. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. Intuitional, emotional and intellectual explanation. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 4, no. 3, 1969.

_____. Antropologia do óbvio. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, p. 10-17, jun./ago. 1994. Dossiê Futebol.

DaMATTA, Roberto. Relativizando o interpretativismo. In: CORRÊA, Mariza; LARAIA, Roque (Org.). *Roberto Cardoso de Oliveira: uma homenagem*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

_____. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: _____. (Org.). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1982.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992.

_____. *Quest for excitement: sport and leisure in the civilizing process*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

GEERTZ, Clifford. From the native's point of view: on the nature of anthropological understanding. In: _____. *Local knowledge: further essays in interpretive anthropology*. New York: Basic Books, 1983.

MacALOON, John. *This great symbol: Pierre de Coubertin and the origins of the modern olympic games*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

_____. Olympic Games and the Theory of Spectacle in Modern Society. In: _____. (Org.) *Rite, drama, festival, spectacle*. ISHI Press, 1984.

MALINOWSKI, Bronislaw. The role of magic an religion. In: LESSA, William A.; VOGT, Evon Z. (Org.) *Reader in comparative religion*. New York: Harper & Row, 1979.

MAUSS, Marcel. La Nación. In: _____. *Sociedad y ciencias sociales: obras III*. Barcelona: Barral, 1972.

_____. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974. v. 2.

NOVAK, Michael. *The joy of sports: end zones, bases, baskets, balls, and the consecration of the american spirit*. New York: Basic Books, 1976.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973. (Coleção Antropologia).

_____. Taboo. In: LESSA, William A.; VOGT, Evon Z. (Org.) *Reader in comparative religion*. New York: Harper & Row, 1979.

NOTAS

¹ Na realização dessa curiosa e difícil tarefa, estive acompanhado de um "time" de ilustres colegas: Don Handelman, da Universidade de Jerusalém, Israel; Bruce Kapferer, da University College, Londres, Inglaterra [hoje em Bergen, Noruega], e James Peacock, da Universidade de North Carolina, Estados Unidos.

² "Entendimento" que significa, entre outras coisas, uma apreensão "racional" do objeto em termos de boas respostas para as perguntas que, a despeito de sua sofisticação, se relacionam aos nossos "hábitos do coração": ao modo como vemos o mundo, ao nosso senso-comum. Ao que, para nós, seria "natural" como as questões do tipo: para que é realizado e para quem serve? No nosso esforço para entender os outros, parece-me

iniludível a redução do que é observado aos termos de uma lógica pragmática, utilitária, individualista e essencialista, bem como a fuga de qualquer dimensão emocional. Responder “para que serve”, “qual é a sua função”, ou “como e para que funciona” tem sido mais importante do que discutir se é “bonito”, “intenso”, “gostoso” ou “bom” e “bem-feito”. A explicação-interpretação utilitária e/ou prática sempre englobou eventuais perspectivas emocionais e estéticas, o que levou a desentendimentos sérios, sobretudo no campo dos estudos religiosos e rituais.

- 3 Nessa frase, eu situo o que considero os elementos fundamentais de uma “interpretação antropológica”: contextualização (que obriga a procurar e situar esferas de ações, motivações e interesses, bem como enredos, mapas e modelos), molduras (que remetem a princípios de classificação de pessoas, eventos, motivos, relações etc...); e, finalmente, a comparação que permite enxergar tudo isso em perspectiva, situando e relacionando os sistemas uns relativamente aos outros e permitindo liberar certas instituições sociais de um isolamento que certamente é um traço crucial para certas formas de vida coletiva — sobretudo as que se tomam como superiores ou centrais. É a comparação que permite a real dialética do singular com o universal e mais básico ainda e, para além de Geertz (1983), do que aparece como explícito e hegemônico com o que está implícito, é dominado, tem que ser escondido e não pode ser mencionado.
- 4 Chamei atenção para esse mesmo ponto já num ensaio publicado em 1982. Cf. DaMATTA, 1982, p. 24, nota (1).
- 5 Nos Estados Unidos, os professores universitários são “acadêmicos” e não “intelectuais” como ocorre na Europa, na América Latina e no Brasil. No primeiro caso, trata-se de legitimar-se por meio do domínio de uma sabedoria e de tencionalidades acima de quaisquer suspeitas. As universidades americanas são normalmente habitadas por peritos, técnicos e cientistas que falam uns com os outros e, eventualmente, com o que eles chamam de “homem da rua” — a pessoa comum. No Brasil, a academia está muito mais dominada por uma visão do “professor” como um “sábio” e “teórico”. Um luminar que por certo conhece de sua disciplina, mas que tem opiniões instigantes sobre o sentido do mundo. Talvez por isso, exista na Europa e, sobretudo, na América Latina e no Brasil, uma ponte conspícua entre o intelectual e a “política”; enquanto que, nos Estados Unidos e no universo anglo-saxão em geral, o acadêmico tenda para o lado mais “frio” e técnico da realidade. Para um esboço dessa discussão, veja DaMATTA, 1992.
- 6 É claro que cada sociedade tem o seu “masculino” ou sua variedade de “masculinos”. Parece-me importante notar que o masculino de um jogo de futebol é diferente do de um balé ou competição de natação. No caso do futebol brasileiro, o “jogador” anda de pernas abertas, consulta sistematicamente seus órgãos genitais (revelando sua inequívoca presença durante o desenrolar da partida) e usa de um idioma corporal de agressão e força todas as vezes que se movimentam. Dir-se-ia que aqui o “homem” tem que englobar o jogador, mesmo que ele seja uma mulher! É claro que na natação ou no voleibol, para ficarmos apenas em dois esportes, o masculino e feminino se exprimem de outro modo e estão muito mais próximos. Em outros termos, a polaridade sexual aguda é uma demanda de certas esferas, mas essa demanda não tem a mesma intensidade ou valor.
- 7 O que evoca, para o antropólogo social profissional, a famosa disputa sobre a função dos rituais, ocorrida entre Malinowski e Radcliffe-Brown. O primeiro, defendendo a posição funcionalista-utilitária rotineira, segundo a qual a pesca em alto-mar conduzia a maiores ritualizações do que a pesca nas lagoas, porque ela implicaria em maior risco e ansiedade. O segundo, ao contrário, argumentando que a ansiedade decorria do “valor” atribuído ao rito naquela sociedade. Não era a ansiedade que induzia ao rito; era, ao contrário, o ritual que produzia a ansiedade. Cf. Malinowski (1931) e Radcliffe-Brown (1939), ambos publicados em LESSA; VOGT, 1979.
- 8 Refresquemos a memória, confirmando o que digo: em Los Angeles tivemos o melhor desempenho nos Jogos Olímpicos até então, ficando em 17º lugar entre 139 nações concorrentes, conforme disse com euforia o semanário *Manchete* (nº 1.688, de 22 de agosto de 1984).
- 9 O exemplo da Coreia é revelador desta sugestão. Durante os Jogos Asiáticos, em agosto de 1986, já se discutia a questão da transição para a democracia em função de uma imagem nacional que seria examinada de perto por visitantes estrangeiros. Tal discussão se acelerou muito no ano seguinte e parece que provocou resultados no sentido de “descongelar” e promover alguma modificação no sistema político. O caso coreano mostra como são profundas as relações entre esporte e democracia. Conforme escrevi alhures, democracia e esporte compartilham de um profundo respeito pelas regras do jogo o que, num caso e no outro, garante o rodízio do poder, bem como a dignidade da disputa, do derrotado e a conseqüente institucionalização de um igualitarismo fundamental (DaMATTA, 1982, 1986, 1994).

- ¹⁰ Ocioso acentuar que se trata de uma categoria carregada de sentido e que precisa ser — com a licença de Benedict Anderson — elaborada de uma posição sociológica e maussiana. Entre nós, a palavra “nação” parece designar os aspectos jurídicos e constitucionais da coletividade. Neste sentido, “nação” e “país” podem ser usados como sinônimos. “Governo” parece definir o lado “pessoal” do “país”, indicando sua administração num sentido palpável e concreto, como conjunto de personalidades cuja presença é mais visível. “Povo”, finalmente, fala igualmente deste lado mais pessoal da coletividade e, neste sentido, pode ser usado como sinônimo de “cultura”. Tenho trabalhado esses pontos ao longo de trabalhos mais recentes.
- ¹¹ Neste contexto, vale a pena mencionar a reação da imprensa aos meus comentários. Fui acusado de incompetente porque meus comentários revelavam aspectos originais ou desconhecidos dos jornalistas, salientando aspectos rituais e simbólicos dos eventos que observava.
- ¹² A glória esportiva imediatamente se traduz em extraordinário ganho financeiro no mundo contemporâneo. A individualização dos atletas olímpicos é uma fonte de conflito entre o esporte pelo esporte (escrito como ideal olímpico) e o esporte como fonte de renda. Com isso, atletas célebres que defendiam a bandeira de regimes fechados (caso dos países do Leste europeu) ou de ditaduras (como a Rússia, a Romênia e Cuba) tinham de ser fortemente vigiados.
- ¹³ O leitor que conhece meu trabalho sabe que tenho investigado sistematicamente essas oposições e duplicidades no caso do sistema social brasileiro. (DaMATTA, 1979, 1985, 1986).
- ¹⁴ Parece muito diferente partir de uma bandeira nacional ou de uma dança para exprimir o universal. Em Los Angeles, 1984, no grande ritual de abertura dos jogos, os americanos se fizeram representar pela música da Broadway e pelo *mis-en-scene* de Hollywood. Na abertura dos Jogos Asiáticos de 1986, a Coreia representou-se por danças folclóricas. Claro que países difusores de bens culturais, como os Estados Unidos, têm a vantagem de contarem com o entendimento de alguns dos seus dramas coletivos, fazendo com que eles passem como espécies de universais de supermercado: prontos para levar. Uma Olimpíada no Brasil seria fatalmente aberta por sambistas, mulatas e escolas de samba.
- ¹⁵ E assim é interpretada pelos cronistas esportivos, esses fazedores de mitos e eventos que, digerindo sem crítica o que observam (bandeiras, cores e hinos dos seus países), ficam tomados de uma verdadeira fúria nacionalista. Isso é muito claro no caso do Brasil, onde o humilde futebol permite não só juntar positivamente sociedade e nação, Estado e governo, gente do povo e marajás do poder e do dinheiro; mas, igualmente, traz à tona um nacionalismo altamente reprimido justamente porque a sociedade tende a se defender da nação.

E D U A R D O P . A R C H E T T I *

UNIVERSITY OF OSLO

TRANSFORMING ARGENTINA: SPORT, MODERNITY AND
NATIONAL BUILDING IN THE PERIPHERY

By 1914 the sports introduced by the British were national practices that made possible the expansion of the incipient civil society (clubs, associations and organized competitions). The practice of sports was concomitant to the rapid process of urbanization and modernization of Argentina. The construction of the “national” through the bodily practices, created outside the country, can be seen as an example of a radical modernity that allowed Argentina to be integrated in the process of consolidation of a global sport arena. The sports discussed are football, polo, car racing and boxing that brought to great success to the nation and produced key sport idols. The great heroes, Fangio in car racing, Monzon in boxing and Maradona in football, were national but also furnished a transnational sport imaginary. Following those sports the article argues that through sports the social and cultural heterogeneity of the nation was formed in a kind of complex collage.

Keywords: *sports; nation; modernity; heroes; nacionalization.*

* Antropólogo argentino, professor e pesquisador da Universidade de Oslo, Noruega

From the end of the nineteenth century and through the first three decades of the twentieth century, Argentina became integrated into the global scene of massive world commodity exchange, vast international migrations, rapid urbanisation, new images of urban consumption, and circulation of mass cultural products. Between 1890 and 1914, Argentina became one of the great immigrant nations in the modern world. Buenos Aires, the city capital, grew dramatically from 260,000 inhabitants in 1880 to 1,576,00 in 1914. In 1914 almost half of the population of Buenos Aires were aliens. Spanish and Italian immigrants constituted the bulk of the immigration. The British with 30,000 immigrants represented less than 2 per cent of the total foreign population (SOLDERG, 1970, p. 33-61). By 1930 the city had almost 3 million inhabitants, one-third of whom were European immigrants. This historical context is important for a proper understanding of the relations between sport and modernity in a peripheral country.

In Europe, in the second half of the nineteenth century, the shaping of modern masculinity was related to normative standards of appearance, health and bodily performances and care. After the end of the civil wars in the 1860s Argentina entered into a process of modernisation where European trends were sources of inspiration for the political elites. Argentina imported the two competing models of bodily and moral care: the Germanic, based on gymnastics, and the English, based on games and team sport (MOSSE, 1996, p. 40-47). Gymnastics was confined to the military barracks and schools while team sport developed in private clubs, in working places and in regulated public spaces. The British immigrants brought not only capital and technology to Argentina. Their boarding schools, with their emphasis on the practice of new sports, and their clubs, where leisure time was occupied with sport activities, have played a key role in the construction of identities in the making of modern Argentina. The expansion of sport consolidated a civil society at the margins of the State and created by 1930 a national space of sport competition dominated by Buenos Aires. The written press and especially the radio in the 1920s were crucial in the social and symbolic unification of a vast territory.

Since the first Olympic Games of 1896 the rapid expansion of a global space for sport competition can be seen as a radical project of modernity because it created stereotypes of performances and symbolic schemes that are still in function. Sport was a creator of mirrors, human myths and powerful images open to any nation and its citizens. Thus, Argentina could be seen and placed in the world through their

sportsmen concrete performances. In this paper my emphasis will be on football, polo, car racing and boxing because Argentines had very early outstanding international results. One of my central hypothesis is that a process of nation building through sport must contain all the social fragments, all the dislocated and mismatched identities that arise from the changing character of the groups which inhabit its territory. I will argue that these different sport practices were conditioned by class origins and regional historical developments. Certainly, sports like tennis, golf, basketball or rugby were nationally important, but not until late in the twentieth century and only incidentally did Argentina produce good players or teams in these branches. Therefore, they did not play a decisive role in nation building like the four disciplines chosen. My paper covers a period from the end of the nineteenth century until the end of the Peronist regime in 1955.

FOOTBALL: A SPORT WITHOUT FRONTIERS

Some the most important football clubs were founded in the 1880s sprang from British schools. In 1883, Alexander Watson Hutton, founder of the Buenos Aires English School, was the first president of the Argentine Association Football League and the first “national league” was organised in Buenos Aires. The board of the association was entirely composed of British citizens. The association kept English as the official meeting language until 1906. Not until 1934 was “football” replaced by the Spanish “fútbol”, when the new and definitive association was created (SCHER; PALOMINO, 1998, p. 25).

Not only was the game an import from Britain, but so were the standards and the quality of the play. During the first decade of the twentieth century and until the First World War, Argentine football grew under the influence of the excellent teams that came to play in Buenos Aires. Southampton, Nottingham Forest, Everton and Tottenham, all of them professional teams, visited Argentina with great success. In a global landscape articulated through the visit of British teams, the myth of the invincibility of British football was born. The local clubs, Lomas Athletic Club and Alumni, with roots in the British boarding schools and players of British origin, dominated the national league. Thus a hegemonic local British football tradition was established. A new way of playing was to develop in relation to what was perceived as British style.

Football became very popular in Buenos Aires and all over Argentina. From 1900, a great number of football clubs have been founded in Buenos Aires and surrounding industrial cities.¹ Provincial leagues were also organized. The majority of the new clubs rapidly incorporated European immigrants and their sons, or were directly founded by them. It is possible to define the competition between British teams and the new “mixed” clubs as a growth point for inventive creolization. The British were the founders of the game; they codified the rules, they developed a morality based on fair play, they constructed a style of playing and exported it all over the world. The native Argentines and the immigrants accepted and incorporated football as an important physical leisure-time activity and as a ritual context for competition and the emotional display of loyalty and engagement.

The turning point in creating a creole football was the victory of Racing Club in the national league in 1913. The victory was defined as the “creole victory” and Racing Club was called and popularly perceived as the “first creole team”. In this context, “creole” was associated with the fact that almost all the players had Spanish and Italian names. The exceptions were three marginal players with names like Wine, Loncan and Prince (ARCHETTI, 2001a, p. 8). Alumni, “the great British team”, was dissolved in 1912 and almost automatically became the symbol of the “British period”. The victory of Racing in 1913 almost coincided with democratic changes, like the extension of civil rights and voting, and the incorporation of the immigrants in political life brought about by the Radical party, that won the national elections in 1916 and stayed in power until 1930. While focusing on the importance of football, sports journalism and the popular press articulated new images and representations based on creolization and the important contribution of the immigrants in defining a national style (ARCHETTI, 2001b). This even can be measured by the names given to the football clubs. Until 1910 names related to places and neighbourhoods (like Boca Juniors, River Plate, Barracas Central, San Telmo, Chacarita, Tigre, Sportivo Barracas, Colegiales, Almagro, Lanús or Quilmes) or with clear youthful allusions (like Estudiantes, Estudiantil, Unión, Argentinos Juniors, or Juventud) predominated. Since this year will be more common to use names of national heroes and commemorations (like Almirante Brown, Vélez Sarsfield, Belgrano, Leandro N. Alem, Juan José de Urquiza, Liniers, General Lamadrid, San Martín, 25 de Mayo, 9 de Julio or Sol de Mayo) (SCHER; PALOMINO, 1998, p. 239-239).

The narrative of a “creole” or “national” style was created as opposed to the British founding style. In this narrative, the British style was

seen as being based on solid collective work, high team morale, long passes, speed, physical strength and lack of individual dribbling. It was defined as an “aerial style”. On the contrary, the “creole style”, called euphemistically “creole foundation”, was a “terrestrial style” based on short passes, precision, the ball preferably on the ground, slower than the British and with an emphasis on creative dribbling.² Through this foundation, Argentine football was supposed to be liberated from the British cage and a new form was developed. This process was consolidated through the international victories of Argentine clubs and the national teams during the 1920s. Boca Juniors, one of the great clubs of Buenos Aires, visited in 1925 several countries in Europe, among them Italy, Spain, France and Germany, played more than twenty matches and returned undefeated. In 1928 in the Olympic Games in Amsterdam the Argentine national team reached the finals and lost against Uruguay in two homeric matches. In the first World Cup in 1930 in Montevideo, Uruguay, the same national teams played the final with the same result: the victory of the Uruguayans. The South American cups were also dominated by Argentines and Uruguayans teams. During this decade Argentine football was not a local phenomenon, it was recognized as something different and very competitive. The emigration of local players to Italy began in 1926 and was accelerated after 1930. Argentine players, most of them midfielders or forwards, were seen in Europe as representing a new style of playing football, as a way of playing a more artistic football (BRERA, 1979, p. 98; PAPA; PANICO, 1993, p. 158-163) For Argentines, the Italian and Spanish styles were perceived as different but not in a systematic contraposition to their own style (ARCHETTI, 1999).

During the same decade football will be consolidated as the most popular spectacle that crisscrossed class boundaries. It was a national passion anchored in local communities and neighbourhoods where the clubs and their stadiums were located. Professionalism was introduced in 1931 and favoured the rich clubs of Buenos Aires, the so-called “five great teams” (*los cinco grandes*): Boca Juniors, Independiente, Racing, River Plate and San Lorenzo. All five between them had 55,000 members and in their installations other sports were practised as well as dance or theatre. We can say that clubs were very successful in organising the leisure-time of middle-class and working-class Buenos Aires neighbourhoods. The clubs of the Argentine provinces were less well-off or decided to remain apart, like the great clubs of Rosario, the second city of Argentina and capital of the province of Santa Fe, Newell's Old Boys and Rosario Central that joined the professional league only

in 1938. With the clear domination of Buenos Aires the clubs of the other provinces functioned as a kind of poor hinterland providing talented players. In order to consolidate this supremacy it was obligatory for professional teams to travel systematically to the provinces playing exhibition games. In this process, catalysed by radio transmissions of the matches played in the 1930s by the five great teams, football aficionados of the interior became supporters of the teams of Buenos Aires. This hegemony, both emotional and symbolic, increased during the following decades. Football was, in this sense, one of the main vehicles of creating a national space, integrating the most remote places and creating, for the first time, real national audiences. The loyalty towards the Buenos Aires clubs was also possible due to the fact that local provincial players were bought and became national figures. Professionalism made possible social and regional mobility.

By 1936, the five great teams had 115,000 members and a capital of almost 4 millions pesos. The other ten professional teams had 55,000 members and a modest capital of 1.3 millions. During the 1930s the spectators attending football matches increased from 2 to almost 4 millions a year. The building of underground and the expansion of the tramway and sub-urban trains lines in Buenos Aires made attendance to the stadiums more easy. At the same time, many stadiums were modernised and the new big arenas of River Plate and Boca Juniors were terminated in 1938 and 1940, respectively. The rivalry of these two clubs developed in the 1940s and until today marks the Argentine championships.

After the end of the second World War the world market of players was open again and many Argentines emigrated to Italy, Spain and France. They continue the pattern opened by many of the great players of the 1930s like Libonatti, Cesarini, Orsi, Monti, Demaría and Guatia. The expansion reached Mexico and Colombia where dozens and dozens of good players continued their careers when professionalism was introduced. The exodus was accelerated after the general strike of 1948 organised by the Association of Football Players that was founded in 1944. The main aims of the strike were: to get the right to have “free and renegotiable contracts” with the clubs and to have a guarantee of a minimum wage for all players, independently of their individual contracts. These demands were satisfied a year later.

The migration process was not only in one direction because Argentina received in this period European coaches, British referees and South American players. Paradoxically enough and in spite of these continu-

ous exchanges, the Argentina Football Association decided to boycott the World Cups because Argentina did not get the World Cup in 1934. This boycott continued until 1958 when Argentina sent a national team to the World Cup in Sweden.

Nevertheless, we can say that the 1940s were a kind of “golden age” of Argentine football. The national teams dominated the South American Championships and teams like River Plate and San Lorenzo had successful tours in Latin America and Europe. The Argentine style was again displayed in the world. San Lorenzo in 1946 made an impressive impact in Europe, especially in Spain. The “essence” of short passes and sudden changes of rhythm fascinated the Europeans (LAGUINECHE; UNZUETA; SEGUROLA, 1998). The national team toured Europe several times with very positive results. The ambition of winning over England was, however, never fulfilled. Argentina played against England at Wembley and the English team was clearly superior winning 2 to 1.

From the above we can conclude that in the period covered by this paper (1880-1955) the beginning was dominated by the obsession of creating a style different from the British and ended with an ambiguous confirmation of its superiority. We cannot deny that in almost a century football became the national sport of Argentina and that during these years the country exported hundred and hundreds of players who were seen as models of a way of playing. The confirmation of a supposed excellence was only achieved with the first World Cup obtained in 1978, more than a century after the first football match was played in Buenos Aires in June 1867 (ARCHETTI, 1999, p. 45-48). Football contributed to the integration of the immigrants in the clubs and to the growth of a self-awareness of the importance of a national football style and identity. These two processes were important for a peripheral nation striving towards modernity. The emigration of Argentine players, sons of immigrants, to Europe greatly contributed to the production of an imagery of the way Argentine played football.

POLO: LANDLORDS, HORSES AND WORLD HEGEMONY

In 1875, the first polo match was played in Argentina. All the players were British (LAFFAYE, 1989, p. 23). The first polo club was founded in Buenos Aires in 1882. By the 1890s, polo was mostly played in the provinces of Buenos Aires and Santa Fe in *estancias* owned by landlords of British origin. In 1892, delegates of the existing British clubs founded

the Polo Association of the River Plate in Buenos Aires. By the First World War, polo was rather exclusively practised by British ranchers and their sons and by some Argentine cavalry officers. The first “creole club”, El Palomar, was founded in late 1915 (LAFFAYE, 1989, p. 54). After this, polo expanded and became a popular sport among the landed Argentine elite. This process culminated with the foundation of an Argentine polo association in 1921, the Federación Argentina de Polo. The old British polo association joined the new organisation in 1922.

By the end of the nineteenth century, the rise of organised equestrian sport in the pampas followed the demise of the gaucho and of his traditional contests and pastimes. The gauchos had a number of rugged and violent games, contests and plays which required a good deal of strength and courage in both man and horse, as well as great speed. Accidents were common in the course of these competitions. In contrast, polo was considered to be a civilised spectator sport and a sign of modern times. The enthusiastic adoption of polo by the native landed aristocracy was seen as an expression of a well-achieved civilising process (SLATTA, 1986). The British pioneers also perceived that in Argentina the riding style of the natives and the quality of their horses were a clear advantage for developing this sport. Ceballos, a very important figure in the Argentine association of the 1920s, commented that from the first years of polo, the British in Argentina did not hesitate in thinking that polo would become a great sport due to the fact that the country “was a land of centaurs, where the fields are as even as chess-boards and the horses show exceptional characteristics and a predisposition for the struggle” (CEBALLOS, 1969, p. 22; ARCHETTI, 1999, p. 82-87).

From 1896 the British landowners and polo players living in Argentina took part in the big tournaments in Britain with great success. Each participation implied an impressive mobilisation of maritime resources: five or six players, the peons (called *petiseros*) and between 20 and 30 horses with all the fodder needed for crossing the Atlantic Ocean. Usually they embarked in Buenos Aires in February or March in order to be in good shape for the summer tournaments in Europe that began at the end of May. Success and victory were also business because the best horses, relatively cheap in Argentina, were sold in Britain. It was common that the best players were the owners of the best horses and gradually Argentine “creole” horses gained international fame. Moreover, an international circuit developed and the good players were invited to play in different countries with teams organised by British and European

aristocrats or American millionaires. 1922 is a foundational year for Argentine polo. The new association decided to send an “official” team to England. The team had six “*anglos*” – sons of British immigrants – and two “creole” players. They won the most tournaments in England, including the Hurlingham Open. Invited by the United States Polo Association they continued their victories winning the North American Open. With this event the Argentine polo was recognised as a powerful tradition.

Paradoxically, some of the best world players in this transnational arena of the 1920s, like John Traill and Louis Lacey, were raised and lived in Argentina but as British citizens they played with the British national team (LAFFAYE, 1989, p. 73-88). The fact that Argentina was unable to utilise these players in international competitions contributed to the “nationalisation” of polo. Traill and Lacey would not join the Argentine team in the Olympic Games in Paris in 1924, the first great victory of the Argentine national team and the definitive recognition of their different playing style.

In the Paris Olympics the Argentine “creole style of playing” was founded. The Argentine team, consisting of three “*anglos*” – sons of British immigrants, Nelson, Keeny and Miles, and one “*criollo*”, the captain Padilla, won the Olympic title defeating the favourite teams of the United States and Great Britain – without Traill and Lacey because they refused to play against Argentina (ARCHETTI, 1999, p. 90-95). Suddenly, the “world discovered” a new way of playing based on a gentle and determined riding style and the speed and marvellous movements of the ponies (LAFFAYE, 1989, p. 96). The victorious team was received in the harbour of Buenos Aires by thousands of people: they had won against the two big economic world powers, they were “champions of the world”, as Olympic gold medallists were usually called, and they had amazed the sophisticated Parisians and the European aristocracy. The image of an original “creole style” came back to Argentina and confirmed, in many ways, the existing self-image. Argentine players were not surprised by this victory, they were expecting it (ARCHETTI, 1999, p. 95-102).

In the 1930s Argentine polo was dominated by the Santa Paula club which was defined as the “first great creole” or “melting-pot” team, composed by two Argentine aristocrats, the brothers Reynal, the “gaucho” Andrade and Gazzotti, descendant of Italian immigrants. The hegemony of past “British” clubs like North Santa Fe, Las Rosas, Hurlingham and Santa Inés ended. Santa Paula had three important

tour in the United States, from 1929 to 1931, and they won the Open twice. The Santa Paula style was seen as expressing all the vigour of the riding style of the gauchos and open the North American market for the Argentine ponies. At the end of the 1930s the international polo of high handicap was reduced to three countries: United States with 2,590 players, Argentina with 1,755 and Great Britain with 1,153. In India and Pakistan polo was still important but the poor quality of the horses hindered a successful competition with the dominating new nations: Argentina and United States.

In 1928 the *Copa de las Américas* (Cup of the Americas) confronting the national teams of Argentina and the United States was played for the first time. The United States won two matches out of three that year, and, with the same result, the second Cup disputed in 1932. In 1936 in Berlin polo returned as an Olympic sport. The Argentine team with two *anglos*, Cavanagh and Duggan, the “gaucho” Andrade and Gazzotiti won easily. This victory was facilitated by the withdrawal of the powerful team of the United States. The Argentine team after this victory travelled to the United States for playing the third Cup of the Americas. For the first time the Argentines won in two straight matches. The Cup was played again in 1950 and the Argentines won again. In Buenos Aires, the year before, the first World Polo Championship was played and the host country won. The hegemony of the Argentine polo was thus consolidated. The identification of polo with the pampas and the gaucho tradition was in the period under consideration definitively established. The strategy of localising sport practice in concrete territories was indeed more than successful in this case: polo became a symbol of the country and an expression of the abilities of the landed aristocracy in a sport where class, money and distinction were so important. Argentine polo players entered this world as privileged performers.

MOTOR RACING AND MODERNITY: LANDSCAPES, MACHINES AND MEN

The Argentine Automobile Club (AAC), founded in 1904, had, among its main goals, to develop motor racing in the country. In 1910 the first town-to-town race was held from Buenos Aires to Córdoba, approximately 500 miles away, setting a pattern for long-distance over-the-road races in Argentina that would endure for half a century. The first car reach Córdoba after four days, struggling in roads without signs,

but with excess of water and mud. This race continued until 1932. The context for these type of races, in Argentina called *Turismo de Carretera* (TC), was poor roads, long legs, a great public impact, pilots full of courage and mechanics able to do the most difficult repairs in short time. The romanticism related to extreme conditions was accompanied by the idea that motor racing was the supreme expression of modernity, the perfect unity between industrial products – cars – and individual performers – pilots. Another important element was the concrete recognition by Argentines of the national landscape when, at the end of 1920s but especially in the 1930s, the most important races were transmitted by radio with the help of airplanes (ULANOVSKY; MERKIN; PANNO; TIJMAN, 1995, p. 186-191).

During this period the pampa region was by far the most developed in Argentina with the rapid expansion of modern agriculture. Modern traction machinery needed a technical infrastructure that this area provided. Cars and trucks become vital to Argentina's sprawling rural economy, which depended on the ability to move products from farm to market. The Americans set up assembling plants in Argentina. By 1924 Ford's Buenos Aires branch could assemble 45,000 vehicles a year. Fords and Chevrolets were the most popular cars and trucks in Argentina, although other European firms were also able to export vehicles in smaller numbers.

Car race circuits were established in the pampa region in the 1920s in the towns of Rafaela, Esperanza and Rosario in the province of Santa Fe, Laboulaye, Villa María y Moldes in the province of Córdoba, and La Plata, San Martín, Bahía Blanca, Coronel Suárez, and Mercedes in the province of Buenos Aires (PARGA, 1995, p. 57). All these circuits had different length, from a few miles to the classic 500 miles of Rafaela, but always in ameliorated dirt roads. Raúl Riganti, one of the great Argentine racing names of the pioneer time, was Rafaela's first winner in 1926. He was the first Argentine sportsman to race seriously abroad, competing in the Indianapolis 500 in 1923 (Bugatti), 1933 (Chrysler) and 1940 (Maserati). The long-distance TC racings were consolidated by the establishment of the *Gran Premio de Carreteras* (GP) in 1928 when 40 drivers participated and 19 car producers makers were represented (PARGA, 1995, p. 136).

This was a period of technical experimentation. The racing cars were real hybrids, a mixing of parts and engines assembled with the intention of obtaining more speed while keeping the necessary stability. One clear example was the car of Domingo Bucci, a modified Hudson, called

the “Bestium” for its capacity of 4800cc and its particular appearance. In order to obtain good results it was crucial to have access to a garage as well as access to economic resources. The drivers usually got support from the agencies importing cars or representing Ford and Chevrolet or from especial organised local committees of their home towns. This was also a period of tragic accidents. Many good drivers were killed, among them Giannini, Bóssola, Blanco, Gaudino, Riganti and Bucci.

The cars for long-distance competitions were radically modified in 1935 with the introduction of reinforced and more solid structure. The racing cars looked like ordinary cars and the security of the drivers was increased (SOJIT; MISOLI, 1956, p. 246). At the same time the circuit of the GP was increased, covering a great part of the vast Argentine territory and replacing the traditional Buenos Aires-Córdoba. Not only was the nation united, in 1936 the GP reached Chile with a length of 3,400 miles. Argentine drivers and cars were then displaying mechanical modernity in neighbouring countries. The GP of 1937 and 1938 covered two-thirds of the Argentine territory with the intention to prepare for the most ambitious race of its kind Argentina ever attempted to realise. In 1940 the racers would roar north-west from Buenos Aires through the Andes to Lima, Peru, then back again, a round trip of almost 6,000 miles. This was done in exactly 16 days. The winner was Juan Manuel Fangio with a Chevrolet. For more than a decade, the TC was dominated by the rivalries between him and the brothers Juan and Oscar Gálvez, representing Ford. Argentina was divided for a long time: the *Fangistas* against the *Gálvistas* and the *Chevroletistas* against the *Fordistas* (LUDVIGSEN, 1999, p. 14).

The long-distance racings were followed by a large number of shorter circuit competitions. In 1937 the so-called *Mecánica Nacional* (MN) with open cars, similar to the European Grand Prix cars, had a very intensive programme. In that year 70 competitions were organised in different parts of the country, a record that demonstrated the maturity reached by motor racing in Argentina. This development was, however, interrupted by the Second World War. The import of cars, tires and parts was heavily restricted, and severe restrictions on the use of petrol were also implemented.

After the war an important change in car racing occurred. In 1947 the Argentine Automobile Club (AAC) attracted some European drivers and racing cars to the Buenos Aires summer to race against the best local talents and machinery – MN cars. Among the Argentines, Fangio

and Gálvez, and among the Europeans, stars like Varzi and Villoresi in their Maseratis. The Europeans won easily all the races, and it was clear that the Argentine MN could not compete with the best European cars. The following year the AAC bought two Maseratis and one of them was given to Fangio. Again the Argentines were overpowered by the Europeans drivers and their cars. However, in the last two races Fangio borrowed a light Simca-Gordini from one French driver and almost won. He demonstrated that with a good car he could give some fight. The leader of the Alfa Romeo team commented that “Fangio should be put at the wheel of a first-class car and then he would surely do great things” (LUDVIGSEN, 1999, p. 16). Two years later, in 1950, this happened. Fangio won a race in Mar del Plata with a inferior engined Maserati in a frenetic battle with the Maserati star driver Ascari. A crowd of 300,000 watched the race and among them 30,000 from Balcarce, the town where he was born. From then on Europe was open for his career.

In the meantime, the AAC organised in 1948 the impossible: a TC race Buenos Aires–Caracas–Buenos Aires, almost 12,000 miles. The original idea was to include the best European drivers but not a single one accepted the invitation. Finally, 22 South American drivers took part against 119 Argentines. The AAC saw the race as a privileged mean to promote Argentine technology while others defined this enterprise as “colonising process”, a way of showing the Argentine superiority in the most modern sport competition (PARGA, 1995, p. 472). The result was in many ways a catastrophe: seventy percent of the cars did not reach Caracas. The return was shortened in 3,000 miles and additional rest days were given. Out of the 141 inscribed cars only 26 were able to accomplish the race. The Argentine superiority was not confirmed and the plans for an even most gigantic project, a TC race Buenos Aires–New York–Buenos Aires, was forever abandoned. Circuit racing became the turning point of success for Argentine drivers.

Let us come back to Fangio. He was born in 1911 in Balcarce, a town of 40,000 in the province of Buenos Aires wher potato farming was the main economic activity. He was the fourth child of Italian immigrants. His father was a stonemason and a painter. At the age of 11, he began to work, first as a blacksmith and later as an apprentice in a local car-repair workshop. He moved to Balcarce’s Studebaker agency where he learned to repair, rebuild and even build cars from the scratch. He then became a fitter of the newly imported cars. In 1936 he began his career as a racing driver, first in minor MN competitions and from

1938 in long-distance TC. Driving a Chevrolet he became a symbol of this mark as Gálvez brothers were for the Ford. Fangio was Argentina's TC champion in 1940 and 1941. During his career as a TC driver he always had the support of the potato-growers of his home-town. TC racing was a central activity in the semi-rural towns of the pampa region as we have seen above. The drivers represented a local community and the relation between Balcarce and Fangio was not an exception. The modest origin of Fangio as well as his occupational record were also prototypical. Car drivers in the 1930s and 1940s had a "*chacarero*" (farmer) and immigrant background.³

Fangio went to Europe in 1948 but his success was limited. The 1949 season was the beginning of his international exploits. He won four races with a Maserati financed by the AAC and the Argentine government. Europeans found Fangio's entourage large, rich and efficient and his mechanics first class (LUDVIGSEN, 1999, p. 36). He also won with a Simca-Gordini in Marseille and with a Ferrari in Monza. All these races were transmitted by radio to Argentina and followed with great passion. Fangio was showing the kind of superiority that Argentines expected, and in this process he became the symbol of a "modern nation" able to compete with Europe. His return to Buenos Aires in August 1949 was spectacular. He was received by a huge crowd, that included all the *Gálvistas*, and when the following day he visited the President Perón, the public accompanying him counted several thousands.

In 1951 Fangio won his first Grand Prix World Championship with the new Alfetta model of Alfa Romeo. Between 1951 and 1957 he was World Champion five times, a record still to be beaten, with four different cars: Alfa Romeo, Ferrari, Maserati and Mercedes-Benz. He was a reliable driver, combining endurance, courage and technique. In a time of fatal accidents, he was always fast and prudent, taking risk only when it was needed. He was defined as a master and "compared to his capabilities the entire world elite is blown into the second rang" (LUDVIGSEN, 1999, p. 162). Stirling Moss, the great English driver and one of Fangio's most tenacious rivals, believed that his physical strength, product of many years of TC in Argentina, and tactical intelligence were Fangio's most incisive virtues. Moss wrote that this combination transformed him into an "absolute genius" (MOSS, 1991, p. 130). Without any doubt the expansion of motor sports – and modernity – in Argentina culminated like in a happy dream with the great achievements of Fangio.

BOXING: THE FISTS OF THE NATION

The great Argentine writer Bioy Casares tells us that he, sleepless, in a cold dawn of 1923, waited for the first newspapers, and that, with great desolation, read that Luis Angel Firpo, Argentine heavyweight champion, had lost his match of the world title against Jack Dempsey, the champion (BIOY CASARES, 1994, p. 29). This day, and in spite of the result, Argentine professional boxing became international. Amateur boxing confirmed this performance, and during the Olympic Games of Paris in 1924 Argentine boxers won two silver and two bronze medals. These achievements were, however, not a product of an even development of boxing. The provinces played an important role in the creation of the Argentine Boxing Federation in 1922 because until 1924 boxing spectacles or even exhibitions were prohibited in Buenos Aires.

In the 1920s boxing expanded and the performances of Firpo were, in many ways, determinant. Born in Junin, a small town of the province of Buenos Aires, in 1894 Firpo began boxing in 1914 in the International Club of the city of Buenos Aires, founded this same year by members of the Socialist Party. Due to the difficulties in Buenos Aires his career was initiated in Uruguay, and in 1918 he emigrated to Chile where boxing was important. He went to the United States in 1922, the Mecca of professional boxing, where he won three matches. In 1923 he won ten matches and lost against Dempsey. Until 1926, when he retired Firpo belonged to the heavyweight world elite. He was able to box in his career against three world champions. His style was not sophisticated but he had a great punch and a great physical resistance. He was baptised "The Wild Bull from the Pampas" at a time when all Argentine performers, from football and polo players to tango singers, were associated with "wildness", "pampa" and "gauchos" (ARCHETTI, 1999, p. 193).

The way open by Firpo was followed in 1930 by Justo Suárez, a very technical and intelligent lightweight boxer. The first year in the United States his campaign was brilliant, but in 1931 he was defeated by Billy Petrolle, one of the best fighters in his category. At his return to Buenos Aires his decadence accelerated when he lost his national champion title in 1932. Called "the boxer of the people", Suárez was, before football players, the first real national idol of modern sports in Argentina (BIALO, 1999, p. 48). The imagery created in the United States for Firpo was used for Suárez; he was called "The Little Bull of Mataderos", in allusion to the neighbourhood of Buenos Aires where he was born.

Amateur boxing grew during the 1920s and 1930s and it was better organised. Regional and national competitions were also a channel for selecting the Olympic representatives. Argentina did very well in the 1928 Olympic Games in Amsterdam with two silver and two gold medals. The first gold medallists were in light-heavyweight, Avendaño, and in heavyweight, Rodríguez Jurado. The two champions can be seen as representing the recruitment in boxing at that time. Avendaño was a working class son while Rodríguez Jurado was born in a rich family in the province of San Luis. Rodríguez Jurado went to the University, received his engineer title and became an excellent rugby player, playing as a forward in San Isidro, aristocratic Buenos Aires club, as well as in the national team. He was an excellent boxer with a good technique for a heavy-weight fighter, and also admired by his courage and discipline. When asked why he did not follow the steps of Firpo becoming professional, he answered that for him sport was an activity for amateurs (ARCHETTI, 2001a, p. 88).

In the Olympic Games of 1932 in Los Angeles Argentina almost repeated its results of 1928. Two gold medals and one silver were obtained. Once again a heavyweight boxer, Santiago Lovell, got the title. He was one of the few Argentine mulattos who did well in sports. He continued his career as professional but never reached international standards. Lovell was elegant, technical but he did not have the punch of a heavyweight fighter. In Berlin in 1936 five medals were gained: one gold, one silver and three bronze. This time the medal in the category of heavyweight was only silver. In the Olympic Games of 1948 and 1952 Argentina obtained more medals: two gold, three silver and three bronze. We can say that from 1928-1952 Argentina was one of the most powerful nations in amateur boxing but without obtaining a single professional world champion title.

The first World Champion was the fly-boxer Pascual Pérez who won the title in 1954. The former Olympic champion (1948) Pérez represented the so-called *escuela mendocina* (the school from the province of Mendoza). This school was characterised by an attempt to reach a perfect synchronisation between time, speed and distance. It was said that a *mendocino* fighter never lost his line, had a good defence and was able to keep an ordered aggressiveness (ARCHETTI, 2001a, p. 92). Pérez was a genuine model of this tradition that in the 1960s produced the most adored Argentine World Champion: Nicolino Locche.

Boxing was a provincial sport for poor youth and an avenue for social mobility. The local scenario was dominated in the 1940s by a charis-

matic boxer: José María Gatica. Born in San Luis, like Rodríguez Jurado, he became a street-child in Buenos Aires until boxing channelled his talent for fighting. His professional career was initiated in 1945 and lasted until 1956, overlapping almost completely with the Peronist regime. Gatica was a fervent and devoted Peronist and the government use him as a popular figure. His boxing was courageous, almost demerital, and his personality boundless – a kind of wild boxer. His fights against his main opponent Prada were intense, bloody and spectacular. They entered into the legend of violent boxing and political confrontation. The mythology associated Gatica with Peronism and Prada with the opposition represented by the Radical Party. The Peronist government never hid its preferences: Gatica was a symbol of the fighting-spirit of the working-class of the Argentine poor hinterland (*cabecitas negras* – black heads). In 1951 Gatica went to the United States, and in a fight against Ike Williams, World Champion, he was humiliated. His fists did not bring the expected glory to the nation. This failure as well as his extravagant life-style provoked his physical decadence. He died in extreme poverty in a traffic accident at the age of 38.

Amilcar Brusa, the trainer of many Argentine champions, said that he will never try to find his boxers in religious secondary schools or in universities, but in the marginal and poor neighbourhoods of the provinces or in Buenos Aires. He sustained that in an environment full of injustice, the child became used to the negative sides of life and they learned to react with determination and to survive with intelligence (MONZÓN, 1976, p. 45-46). A nation like Argentina, where so many social and class boundaries and differences developed during the modernisation period, produced also good boxers.

CONCLUSION

I have tried to show how sports played a crucial role in the incorporation of Argentina in an international system of competitions and at the same time creating a national arena of leisure time. This process was helped by the press and the radio that made possible the free circulation of symbols, legends and heroes. Some of the Argentine heroes became also transnational idols, like Juan Manuel Fangio, a world figure, or like football players as Orsi or Monti in Italy or Di Stéfano in Spain. Globalisation was at work. The sports discussed are heterogeneous but important for getting a better understanding of Argentine social and cultural complexity. The highly fragmented social structure produced performers of great quality: the landed aristocracy polo play-

ers, the middle-class of the rural pampa drivers like Fangio and others, the urban middle and working-class football players, and the marginal provincial groups excellent boxers. Sport was a successful avenue for social and symbolic integration into the realms of modernity and national building. Argentina is not an exception but an interesting case.

The cases referred to above illustrate how civil society expanded through sports. Sport institutions were relatively autonomous and regulated by their own rules and moral systems. The fabric of social relations in Argentina was strengthened by the practice of sport. The only real and systematic intervention of the State occurred during the two Peronist governments, between 1946 and 1955. Since 1947, Perón, a military man very interested in sports, implemented a national policy in which youth national championships in different disciplines were carried out with an explicit aim of political propaganda for the government. The sport victories were always acclaimed and the sportsmen received by the President Perón himself. The case of Fangio was obvious given his international impact, but the victory of the Argentine polo team in the World Championship was also presented as an expression of important national virtues: will, courage and ability to win. This in spite of the fact that the Peronist Party was politically and ideologically against Argentine landed aristocracy. One of the failures was the investment in Gatica. During the two presidencies of Perón, the infrastructure was considerably improved building new stadiums and new sport centres, which made possible to host big events like the World Championship of Basketball in 1950 and the First Pan-American games in 1951.⁴

RESUMO

Em 1914, os esportes introduzidos pelos britânicos haviam-se convertido em práticas de tempo livre disseminadas no território nacional argentino. A prática desportiva é concomitante com o rápido processo de modernização e urbanização da Argentina. A construção do “nacional” através da introdução de práticas corporais criadas fora das fronteiras do país pode ser vista como um exemplo de uma modernidade radical que permitirá à Argentina participar na expansão de uma arena global esportiva. Os esportes analisados são o futebol, o pólo, o automobilismo e o boxe, que trouxeram grande sucesso para a nação e produziram ídolos esportivos. Os grandes heróis, Fangio no automobilismo, Monzon no boxe, e Maradona no futebol, foram heróis nacionais mas também foram parte de um imagi-

nário esportivo transnacional. Analisando estes esportes, o artigo tenta demonstrar que através destes a heterogeneidade social e cultural de uma nação foi recuperada mediante uma espécie de colagem complexa.

Palavras-chave: *esportes; nação; modernidade; heróis; nacionalização*

REFERENCES

ARCHETTI, E. *Masculinities: football, polo and the tango in Argentina*. Oxford: Berg, 1999.

_____. *El potrero, la pista y el ring: las patrias del deporte argentino*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001a.

_____. Nationalism, football and polo: tradition and creolization in the making of modern Argentina. In: LIEP, J. (Ed.) *Locating cultural creativity*. London, Pluto Press, 2001b.

BIALO, E. C. Verdades de a puño. In: ZAGO, M. (Ed.) *Luna Park: escenario de fama mundial*. Buenos Aires, 1999.

BIOY CASARES, A. *Memorias*. Barcelona: Tusquets Editores, 1994.

BRERA, G. *Storia critica del calcio italiano*. Milano: Tascabili Bompiani, 1978.

CEBALLOS, F. Introducción. In: CEBALLOS, F. (Ed.) *El polo en la Argentina*. Buenos Aires: Comando en Jefe del Ejército, 1969.

LAFFAYE, H. A. *El polo internacional argentino*. Buenos Aires: Edición del autor, 1989.

LAGUINECHE, M.; UNZUETA, P.; SEGUROLA, S. *Athletic: cien conversaciones en La Catedral*. Madrid: El País-Aguilar, 1998.

LUDVIGSEN, K. *Juan Manuel Fangio: motor racing's grand master*. Sparkford, Somerset: Haynes Publishing, 1999.

MONZÓN, C. *Mi verdadera vida*. Buenos Aires: Editorial Atlántida, 1976.

MOSS, S. *Fangio*. Osceola: Motorbooks International, 1991.

MOSSE, G. L. *The image of man: the creation of modern masculinity*. New York: Oxford University Press, 1996.

PAPA, A.; PANICO, G. *Storia sociale del calcio in Italia*. Bologna, Il Mulino, 1993.

PARGA, A. *Historia deportiva del automovilismo argentino*. Buenos Aires: La Nación, 1995.

SCHER, A.; PALOMINO, H. *Fútbol: pasión de multitudes y de elites*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Sociales sobre el Estado y la Administración, 1998.

SLATTA, R. W. The demise of the gaucho and the rise of equestrian sport in Argentina. *Canadian review of Studies in Nationalism*, Falls, v. 12, n. 1, p. 23-38, 1986.

SOJIT, L. E., MISOLI, L. *Enciclopedia de oro del automovilismo*. Buenos Aires: Editorial Sojit, 1956.

SOLBERG, C. *Immigration and nationalism: Argentina and Chile, 1890-1914*. Austin: The University of Texas Press, 1970.

ULANOVSKY, C.; MERKIN, M.; PANNO, J. J.; TIJMAN, G. *Días de radio: historia de la radio argentina*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1995.

NOTAS

- ¹ See FRYDENBERG, J. Los nombres de los clubes de fútbol: Buenos Aires 1880-1930, *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, año 1, no 2, 1996. Disponible em: <<http://www.sportquest.com/revista>>; FRYDENBERG, J. Práctica y valores en el proceso de popularización del fútbol: Buenos Aires 1900-1910, *Entrepasados: Revista de Historia*, Buenos Aires, v. 6, no12, p. 7-31, 1997.; FRYDENBERG, J. Redefinición del fútbol aficionado y del fútbol oficial: Buenos Aires, 1912. In: ALABERCES, P.; DI GIANO, R.; FRYDENBERG, J. (Ed.). *Deporte y sociedad*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- ² See E. Archetti, Estilo y virtudes masculinas en El Gráfico: la creación del imaginario del fútbol argentino, *Desarrollo Económico*, v. 35, no 139, p. 419-42, 1995; ARCHETTI, E. Playing styles and masculine virtues in Argentine football. In: MELHUUS, M.; STOLEN, A. (Ed.). *Machos, mistresses, madonnas: contesting the power of Latin American gender imagery*. London: Verso, 1996).
- ³ See MOSS, S. *Fangio*. Osceola: Motorbooks International, 1991.; FANGIO, J. M.; FANGIO, R. C. Cuando el hombre es más que el mito. Buenos Aires: Sudamericana, 1986. and EMOLIOZZI, I. Los Emiliozzi: testimonios y recuerdos. Buenos Aires: Ediciones Movimiento, 1992).
- ⁴ See REIN, R. El primer deportista: the political use and abuse of sport in Peronist Argentina, *The International Journal of the History of Sport*, London, v. 15, no. 3, p. 54-76, 1998.

FUTEBOL E MÍDIA: A RETÓRICA TELEVISIVA E
SUAS IMPLICAÇÕES NA IDENTIDADE NACIONAL,
DE GÊNERO E RELIGIOSA

Pelo intermédio da televisão, a Copa do Mundo é o acontecimento a que mais se assiste no planeta. Refletimos aqui sobre o modo como o futebol é construído como um discurso social pela mídia televisiva, ou seja, sobre as conseqüências das escolhas retóricas e tecnológicas na imagem (enquadramento, distância e posição da câmera etc.) e no texto (tom e velocidade da voz, vocabulário empregado) sobre a estruturação de imaginários sociais e em identidades. Evocando a recente Copa do Mundo, buscamos identificar os valores associados aos novos ícones esportivos, tendo presente que a construção – e leitura – de imagens é resultado de processos culturais. Concluímos que pela mediação da televisão o futebol está se transformando de um jogo agonístico em um jogo em que a representação (mimicry) é cada vez mais importante.

Palavras-chave: *futebol; televisão; identidade nacional; gênero; documentário.*

* Doutora em Antropologia pela Universidade de Paris V, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

A Copa do Mundo de futebol 2002 bateu novo *record* de recepção, ultrapassando a Copa de 1998 e colocando-se como o evento mais visto no planeta. Cálculos aproximados indicam que mais de 40 bilhões de espectadores assistiram aos jogos desta Copa – em audiência acumulada, evidentemente, já que a população do planeta conta com cerca de seis bilhões de pessoas. Quando a esta estatística vertiginosa associa-se o fato de que a FIFA (Federação Internacional de Futebol, entidade criada na Inglaterra ao final do século XIX) conta entre os seus filiados um número superior ao dos países integrantes da ONU, tem-se uma idéia clara da importância do futebol hoje.

A televisão reflete (e constrói) imaginários sociais através de suas imagens e discursos. E ninguém discutiria que entre as imagens e discursos a que mais se assiste no mundo estão as esportivas. O que gostaria de refletir aqui é, inicialmente, *como* (de que modo, através de quais estratégias retóricas) a televisão tem construído imaginários sociais ao tratar do futebol, e, num segundo momento, que *valores* são reforçados nestas narrativas.

FUTEBOL: UM DOCUMENTÁRIO

Se tomássemos a classificação de Gauthier (1995) dos gêneros cinematográficos, poderíamos incluir a transmissão de uma partida de futebol entre o que é considerado um *documentário*: os acontecimentos filmados o são sem atores ou pelo menos com atores que estão interpretando o seu próprio papel, sem um roteiro prefixado (não se conhece de antemão o desfecho das ações) e em um cenário que não foi construído especialmente para o filme. São estas características que fazem da partida um *documentário* e não uma *ficção*.

Enquadrar a transmissão do futebol neste gênero cinematográfico não significa, de modo algum, como a palavra *documentário*¹ poderia levar a supor, que se tenha uma “transposição” do real para a tela. A imagem televisiva do jogo (e a origem da palavra o mostra, imagem vem de *imitare*) representa o real – mais ou menos analogicamente, mas sempre passando por um processo de construção que a afasta deste real representado, seja no documentário, seja na ficção. Isto posto, e evitando aqui toda a discussão em torno dos limites da dicotomia ficção/documentário, faz-se necessário refletir sobre as estratégias discursivas cinematográficas deste tipo especial de documentário que é a partida de futebol, em muitos aspectos próximo ao jornal televisivo ou às reportagens. Dissecar a imagem, observar os diferentes dispositivos em-

pregados na construção da narrativa televisual ou cinematográfica é, do meu ponto de vista, o modo mais eficaz de mostrar o quanto há de construído na imagem e, assim, afastar-se de uma posição ingênua e naturalística que veria o documentário como uma reprodução do real e, ao mesmo tempo, perceber algumas das injunções presentes nestas construções.

Diferentes dispositivos cinematográficos colocados em ação numa transmissão esportiva televisiva passam diferentes informações sobre o mesmo objeto filmado. Nos anos 60, a câmera alta enquadrando todo o gramado nos proporcionava uma visão da totalidade do campo de jogo. A perspectiva do alto enfatizava o verde no urbano que circundava o estádio, ao mostrar os elementos naturais presentes, tais como o vento, os pássaros que sobrevoavam o gramado, relacionando os jogos de futebol – um evento urbano – com um imaginário que conotava ruralidade. Esta posição de câmera permitia que se conhecesse a tática empregada pelas equipes. Com o passar do tempo, a câmera aproximou-se cada vez mais do campo, ao mesmo tempo que, liberando-se do campo de jogo, passou a filmar também os torcedores, a ligação entre o vestiário e o campo, o banco de reservas e os jogadores reservas, e isso cada vez com mais detalhes. Se concordarmos com os que defendem que esta aproximação da câmera, ou seja, a primazia dos primeiros planos ou planos de detalhe – que foi senão introduzida pelo menos consagrada pelo cinema norte-americano – tem com conseqüência uma acentuação da carga emocional, poderíamos inferir que a narrativa dos anos 60 *pensava* o jogo enquanto que a atual o *sente* – e a emoção transmitida pelo tom vibrante dos narradores² seria então um modo de compensar a distância fria da imagem.

A complexificação dos dispositivos filmicos empregados na transmissão de partidas de futebol acompanhou a expansão da mídia.³ Ainda que desde o início possamos detectar a presença de escolhas narrativas – planos,⁴ distância, ângulo da câmera, movimentos de câmera,⁵ enquadramentos,⁶ vocabulário e tom dos narradores, tropos etc. –, é preciso reconhecer que hoje estamos longe do modo de transmitir a partida dos inícios da televisão, longe da câmera fixa pousada nas arquibancadas superiores do estádio que, pelo uso da câmera alta e a distância, transformava o campo em um tabuleiro de xadrez, os jogadores em peões. A voz em *off* dos locutores era emocionalmente exacerbada pela velocidade e tom do narrador, numa transposição da narração radiofônica. Hoje, as narrativas televisuais de futebol são construídas com o auxílio de múltiplas câmeras e microfones, mais de

20 em partidas importantes, colocados em lugares dos mais diversos: sobre guias atrás dos gols, sobre carrinhos nas laterais do campo, dentro do gol em forma de microcâmeras, em dirigíveis que fazem tomadas aéreas etc. – estranhamente, ainda não as fixaram nos jogadores, o que permitiria planos de câmera subjetiva, como já acontece nos carros de Fórmula 1.

Soma-se a isto a utilização de muitos dos recursos da linguagem cinematográfica, desenvolvida nos últimos 100 anos: há uso de diferentes planos (geral, de conjunto, americano, primeiro plano, primeiríssimo plano), recursos de edição, de câmera lenta, de repetição de seqüências, de planos inversos, sobreposição de imagens, e recursos da informática que permitem medir distâncias e calcular velocidades em instantes.

Conta-se ainda com uma sofisticada construção de personagens, através das tomadas não apenas das ações do jogo, mas principalmente das reações dos diferentes atores e da análise destas pelos narradores e comentaristas. Não surpreende, portanto, a declaração de um dos produtores de programas de futebol do Canal Plus,⁷ de que planejava a cobertura de um jogo como se fosse um filme de ficção, elegendo personagens principais e secundários, momentos de maior ou menor dramaticidade, o “herói” e o “bandido”. Quanto aos ângulos e distâncias de câmera, afirmou inspirar-se em John Ford para os planos gerais e em Leni Riefensthal para os planos mais próximos. Declarações com este grau de minúcias são raras mas sabe-se que os comentaristas de televisão hoje são advertidos para não dizerem que o jogo está monótono ou desinteressante. Por pior que seja o jogo transmitido, é preciso buscar elementos que atraiam e mantenham a atenção do telespectador, que o transformem em um épico.

O locutor lê o jogo e interpreta, e com isto conduz a interpretação do espectador. Poderíamos designar a voz do narrador como sendo transmissora da *mensagem lingüística*, tomando emprestada aqui a dicotomia proposta por Barthes (1964) entre *mensagem lingüística* e *mensagem icônica*. No Brasil, as transmissões televisivas adotaram inicialmente o modelo radiofônico de um locutor que canta a partida, esclarecendo o ouvinte sobre que jogador detém a posse da bola e qual a sua posição no campo. Sempre que possível, o narrador deveria indicar também quais as possibilidades de ação futura (“Pode passar a bola para fulano” “Fulano está livre na esquerda esperando o passe”, “Se chutar a gol é perigo”). O tom utilizado era alto e exaltava-se à medida que o jogador aproximava-se do gol adversário, subindo também a velocidade da narrativa, para atingir o ápice no momento do gol, trans-

formando-se em um grito a plenos pulmões. Rádio e tevê não são meios excludentes nem a segunda veio substituir o primeiro. Muitos espectadores ainda hoje preferem escutar o jogo pelo rádio, mantendo baixo o som da televisão. O rádio não serve apenas para mostrar o jogo, mas adiciona a ele diversos elementos que o tornam um espetáculo – assim se entende a grande presença dos pequenos radinhos de pilha nos estádios, acompanhando o olhar do espectador, adicionando a ele uma narrativa dramática que o torna épico.

O comentarista, que ficava e fica ao lado do locutor/narrador em salas localizadas no alto dos estádios, acompanha prioritariamente não a bola, mas a disposição tática das equipes, interferindo para analisá-la quando a ação em campo não oferece perigo imediato de gol. Com o tempo, acrescentaram-se repórteres que, durante o jogo, preferencialmente ficam próximos aos gols⁸ para comentar lances perigosos, e também, em partidas importantes, um comentarista de arbitragem e/ou um segundo comentarista.

Foi porque a câmera aproximou-se que a voz pôde distanciar-se. Com isso, o locutor liberou-se da descrição precisa do acontecimento – nem mesmo a designação do nome do jogador que tem a posse da bola é hoje obrigatória – passando a comentá-lo, a opinar sobre ele, a conduzir o espectador a sentir – e pensar – o jogo de um determinado modo, o seu. Se é verdade que a voz do locutor – e aqui incluo a do(s) comentarista(s), reconhecendo, mas não aprofundando, a diferença entre elas – cumpre o papel apontado por Barthes das mensagens lingüísticas, servindo para *ancorar* as imagens, diminuindo o número de seus significados possíveis, ou seja, serve para guiar a interpretação do espectador, não é menos verdade que nas transmissões televisivas do futebol esta mensagem lingüística cumpre também, e simultaneamente, o papel inverso, acrescentando às imagens outros significados possíveis: inserindo o gesto do jogador em uma enciclopédia passada, que inclui todos os jogos anteriores, reanimando memórias, dialogando com outros textos.⁹

Porém, ao contrário do que poderíamos encontrar em outros documentários, aqui, no mais das vezes, o espectador não é um *ingênuo* mas um *expert* (ECO, 1989) que se julga no mesmo plano de expertise do locutor e do comentarista, de quem muitas vezes discorda ou aponta erros. Isto está particularmente presente em países onde o futebol é o esporte mais popular. Se em outros países os locutores, comentaristas e repórteres ainda precisam guiar o espectador, no Brasil o público dialoga com os enunciadores – aponta erros na arbitragem, nos gestos

técnicos dos jogadores, discorda de decisões do treinador, questiona, inclusive, a posição das câmeras e por que se filmou este ou aquele lance do jogo. O espectador no Brasil é majoritariamente formado por praticantes do futebol – estamos, portanto, distantes de uma tão criticada característica dos meios de comunicação de massa que é a de manter separados os enunciadores/*experts* e receptores/passivos, então considerados como “massa”.

Essas estratégias retóricas são possíveis nas transmissões televisivas do futebol porque eventos esportivos constituem-se em performances contendo seqüências que se repetem de um evento a outro.

FUTEBOL E PERFORMANCE

O jogo de futebol tem sido considerado (DaMATTA, 1994) como um *ritual* no sentido antropológico do conceito (TURNER, 1990). Não o considero assim aqui, em parte porque não busco uma realidade oculta que revelaria uma questão central na sociedade, em parte porque há um forte elemento de imprevisibilidade envolvido no jogo, que é o resultado da partida – ganhador e perdedor não são conhecidos antecipadamente. Ainda que concorde com a definição ampliada de ritual feita por Peirano (2003, p. 9) de que não caberia ao antropólogo apontar os rituais mas detectar “quais são os eventos especiais para os nativos”. De qualquer modo, como em um ritual, o jogo de futebol apresenta seqüências predeterminadas e, portanto, previsíveis na sua configuração mais geral.

As inovações tecnológicas, especialmente a das câmeras digitais de pequeno porte, permitiram que novas seqüências fossem registradas, criando-se assim novos *tropos*. A transmissão de uma partida importante hoje não se inicia no momento em que as equipes estão no campo e a bola pousada no centro do gramado, como antigamente. Hoje, filma-se bem antes, repetindo-se em cada transmissão as seqüências da performance: a chegada do ônibus das equipes ao estádio, a reunião dos jogadores no túnel de acesso ao gramado (que pode render cenas memoráveis como o longo olhar de Roberto Baggio a Romário – não correspondido por este – momentos antes da final de 94), a entrada dos jogadores em campo, o momento dos hinos nacionais, o sorteio do campo ou bola, as pequenas ações de caráter mágico (MAUSS, 1974) dos jogadores e, uma vez começado o jogo, as reações dos jogadores-protagonistas de lances decisivos.

A tendência que se verifica é a de cada vez mais se acrescentarem novas seqüências obrigatórias, ampliando a visibilidade do espectador sobre a performance. O vestiário ainda permanece como um dos lugares sagrados porque invisível, onde o acesso das câmeras é senão vetado pelo menos raramente permitido.¹⁰ No entanto, o interesse pelo que ocorre fora do jogo propriamente dito indica que, em breve, ele também deixará de sê-lo.

Essas seqüências, à força de se repetirem, incorporam-se ao repertório da transmissão e pela força emocional que carregam acabam por ganhar um caráter quase que obrigatório. Com isso, a narrativa televisiva se complexifica e o faz no sentido de erigir ícones que são os protagonistas centrais do espetáculo, por um processo que tentaremos, pelo menos em parte, descrever aqui. Em alguns casos (Ronaldo, Beckham, no futebol; Agassi e Sampras, no tênis; Tiger Woods, no golfe etc.), esses ícones¹¹ passarão a povoar a imaginação das pessoas em todo o mundo.

As seqüências esperadas (entrada no campo, jogadores perfilados no momento dos hinos, reservas e treinador no momento do hino, juiz e capitães na escolha do campo – só para pensarmos as imediatamente anteriores ao jogo) são mostradas através de uma edição no mais das vezes padronizada. Uma linguagem estabelece-se pela união dos planos de um modo previsível. Assim como se espera num *sitcom* ou em uma telenovela que a panorâmica vertical de um edifício seja seguida por um plano mostrando o interior de um apartamento do prédio, assim também se espera hoje que o plano de conjunto de um chute a gol seja seguido pelo plano americano ou primeiro plano (mais próximos) do jogador que executou o chute. E este plano de outros que repetem o chute em diferentes ângulos, a diferentes distâncias, em diferentes velocidades. Se o chute resultar em gol, então será obrigatória também a reação do técnico – no papel de comandante da equipe que a televisão parece lhe conferir. De fato, a maior novidade nos últimos anos foi a introdução do técnico como um dos protagonistas centrais da performance, através do acompanhamento de suas reações no banco de reservas e nos quadrados que lhe são reservados à beira do campo. O treinador de futebol, como já o era o treinador de tênis e basquete, serve nas transmissões para corporificar a figura do principal torcedor, aquele que mais sofre e mais vibra, ao mesmo tempo que detém o poder de mudar os rumos da partida com suas escolhas. Elevado à condição de um dos atores principais, o técnico passa a gerenciar esse tempo de imagem no ar, criando ou acentuando a gestualidade, *mos-*

trando que trabalha e que também está jogando através de suas instruções (o que é desmentido em depoimentos de ex-jogadores que indicam que raramente se escutam os gritos do treinador). Até o seu modo de vestir torna-se alvo de controvérsias públicas – deve ser um terno social ou um abrigo esportivo? – devido à ascensão à nova condição de ícone. Além da reação do treinador e do responsável direto pelo gol, a narrativa pode apresentar também pequenas variações, como a reação mais expansiva de um dos goleiros ou a tomada de um torcedor no estádio. Gol, goleador, torcida, goleador sendo abraçado, técnico vibrando, repetição do gol – e podemos retornar à partida. As seqüências dos planos na edição são previsíveis.

Outra novidade das narrativas televisuais das últimas décadas é a reprise dos gols durante o desenrolar da partida. Há prazer na repetição, como a psicanálise (FREUD, 1987) e a filosofia já apontaram, e a repetição tem-se tornado um dos momentos-chave nas transmissões de futebol. Através dela, a raridade do gol, o momento catártico do futebol, foi superada – durante o transcorrer mesmo da partida, seus momentos “mortos”, como o do atendimento a um jogador ou a pausa mais longa para formação de barreira, são cobertos pela retransmissão dos gols.

A repetição revive o que já passou; esse retorno no tempo ocorre dentro de certas condições. Revivem-se os momentos mais densos de emoção nos tempos mortos; esta repetição não é tida como uma reprodução desprovida de *aura* (BENJAMIN, 1975). A novidade aqui está no fato de que, nas transmissões esportivas em geral, só é considerado pelos espectadores como reprodução aquilo que está afastado temporalmente, não espacialmente. O jogo reproduzido na tevê, mas “ao vivo” mantém seu interesse. A reprodução diferida no tempo, chamada antigamente de vídeo-tape porque se supunha tenha sido gravada em uma fita, é o contrário do “ao vivo” e não interessa ao espectador de esporte. A tevê mantém o *hic e nunc* do espetáculo, desde que o transmita simultaneamente. Muitos torcedores acreditam de fato que interferem no desenrolar de uma partida torcendo diante do televisor.

De fato, a mídia televisiva e o esporte se enlaçaram de modo tão intrínseco, que ela está induzindo a substituição do corpo presente, nos estádios – e os estádios encolhem, especialmente os de futebol que vêem suas capacidades diminuir ao mesmo tempo em que as suas audiências multiplicam-se graças à televisão. O esporte, assim, prescinde do espaço – mas não do tempo. Vence-se o espaço, aceitando-se o afastamento do acontecimento ele-mesmo e aceitando vê-lo através da mediação televisiva. Desde que em *tempo* real. O espectador de esportes exige

a performance “ao vivo” – e a força desta metáfora nem sempre é suficientemente ressaltada. Uma partida de tênis ou um jogo de futebol só parecem possuir um sentido “ao vivo”, de outra forma, estão mortos. Há toda uma fascinação em torno deste tempo presente imediato, o tempo do acontecimento, da simultaneidade, como em raros outros eventos. Somente diante do acontecimento “ao vivo”, o torcedor mantém seu papel e sua identidade – como falar corretamente em *torcedor* (a origem do nome está relacionada ao costume das mulheres de torcer os lenços que levavam aos estádios nos primeiros tempos do futebol), quando já não há mais nada por que *torcer*; quando o resultado já é conhecido?

O tempo é vencido de outro modo na mídia atual. A televisão tem a capacidade de reformatar antigas narrativas através de ajustes, de uma nova edição sonora e visual, de modo a que correspondam aos imaginários das gerações atuais. E isso é feito de modo permanente com o futebol e especialmente com os grandes espetáculos – a Copa do Mundo entre eles – que têm seus momentos mais emocionantes reproduzidos muitos anos depois. O gol de Pelé na Copa da Suécia, dando um chapéu no zagueiro, é conhecido de jovens que nasceram muito depois de 1958. Outra forma de reatualizar se dá pelo aproveitamento de antigos ícones (Rivelino, Gerson, Júnior), agora atuando como comentaristas esportivos. A televisão, que venceu o espaço através da multiplicação de canais (podemos viajar do Japão para a Alemanha, França, Inglaterra “zapeando” entre os canais a cabo), se prepara agora para vencer o tempo (convivemos com canais que transmitem exclusivamente filmes antigos e agora começam a aparecer canais que expandem essa repetição para outros programas televisivos – na França, um canal de tevê a cabo repete diariamente o jornal televisivo de 30 anos atrás – de modo que em breve poderemos ter canais que estejam repetindo a programação da década de 1950, 1960, 1970, e assim por diante, nos deixando a escolha do ano que gostaríamos de estar [vi]vendo).

Voltemos à interferência da televisão sobre o evento futebol. É reconhecido que hoje os horários das partidas são determinados pela grade da programação das redes televisivas, sejam partidas no Brasil (que devem esperar o final da novela das oito da rede Globo), sejam as Copas do Mundo (que podem ocorrer sob um escaldante sol de meio-dia, como nos Estados Unidos, porque seguem o horário europeu). Mas há outras dimensões desta interferência. A onipresença da câmera a torna o juiz supremo: o que ela não mostra, não existe. A cotovelada de Júnior Baiano durante a Copa de 98, que resultou na marcação de um pênal-

ti, foi ignorada durante três dias e considerada um grave erro de arbitragem – os ângulos captados pelas câmeras da televisão escondiam o fato e só quando apareceram as imagens feitas por um único cineasta é que se acreditou no juiz que estava a poucos passos do acontecido. Por outro lado, a câmera estabelece verdades acima do campo, parecendo confirmar a predição de hiper-realidade formulada por Baudrillard (1986). A farsa oportuna de Rivaldo condenou o juiz de Brasil e Turquia para sempre – e condenou depois o próprio Rivaldo, que foi multado e advertido por um tribunal com base não na decisão do árbitro, expressa na canônica *símula* do jogo, mas nas imagens posteriormente analisadas por um tribunal.

Talvez por isso, a precaução ainda vigente (até quando?) de que os telões nos estádios (sim, nem mesmo os estádios hoje prescindem de imagens!) evitem imperativamente reprises de lances polêmicos que tenham sido mal-arbitrados. Até algum tempo atrás, uma censura semelhante vigorava em Roland Garros: eram proibidas tomadas de imagem de detalhe das linhas que, em câmera lenta, podiam designar com segurança se a bola tinha sido *dentro* ou *fora*. Por uma questão ética, os franceses evitavam as câmeras lentas do US Open, onde a bola se esmaga contra a linha tão devagar, que podemos saber não apenas se o árbitro estava certo ou errado na sua marcação, mas também perceber qual a proporção da bola que esteve dentro e fora e medir espacialmente o grau de erro do juiz. Não é justo, pensavam os franceses, que a técnica decida no lugar do homem – mesmo raciocínio que os faz manter o simples dedo do juiz pousado sobre a rede para a decisão de se a bola raspou ou não a rede no momento do saque, enquanto os outros grandes torneios já adotaram um sinalizador eletrônico sofisticado que anuncia com um apito o roçar da bola.

NOVOS ÍCONES PLANETÁRIOS

Como em outras narrativas cinematográficas, também no futebol temos bons e maus atores – e a relação com o esporte nem sempre é direta, ou seja, a boa performance desportiva nem sempre corresponde à boa performance televisual, embora os bons desportistas tenham mais oportunidades de se provarem também bons atores, pelo número de vezes em que aparecem em cena, seus dribles e gols sendo repetidos a exaustão. Os melhores atores nem sempre são os melhores jogadores: ficará na memória a cena, própria de uma chanchada brasileira, que foi a perseguição perpetrada por cinco turcos a Denilson que corria em direção à bandeira de escanteio. Cena hilária, que garantiu gargalha-

das pelo país todo e aliviou a tensão daquele momento decisivo do jogo semifinal. Poucos viram, porém, que na área, em posição de fazer o gol, ficava livre um jogador brasileiro, esperando atônito o passe que não ocorreu. A cena do *comediante* Denilson entrou para a história, à força de suas repetições, compensando largamente o erro (não ter realizado o passe) do *desportista*.

Um bom ator, nem sempre é um jogador eficaz: aquele que carrega a bola por 20 metros dando tempo suficiente para o editor de imagem lhe garantir diferentes planos, mostrar o rosto, talvez seja menos eficiente, do ponto de vista futebolístico, do que o jogador solidário, que passa a bola rapidamente e entre o drible ou o passe prefere a eficiência do último, ainda que lhe garanta menos tempo na televisão e na nossa memória.

Alguns sabem como manipular a mídia, aprendem quando estão e quando não estão sendo filmados, reagindo para a câmera, dialogando com ela – e através dela com os milhares, milhões, bilhões de espectadores. Pelé era um mestre nisso, se sabe, embora tenha vivido apenas o início da inserção da mídia televisiva no futebol: poderia ofender até a terceira geração de ascendentes de um árbitro mantendo, no entanto, as mãos para trás e a cabeça baixa de modo que o estádio (e os telespectadores) vissem o contrário do que estava se passando.¹²

A comemoração dos gols é, assim, o momento por excelência da construção da auto-imagem. O soco de Pelé no ar,¹³ de tão indissociavelmente ligado ao jogador, tornou-se uma das suas assinaturas – como também os braços abertos de Romário. Assim, inventam-se variações de comemoração do gol, momento em que se espera que a câmera vá seguir o goleador na sua emoção. Alguns gestos tornaram-se símbolos mundialmente conhecidos, passando a serem repetidos por outros jogadores, como se tivessem a capacidade de enviar uma mensagem – Beбето que celebra o filho recém-nascido, balançando os braços como se o embalasse na Copa de 94; Rivaldo, que beija a aliança homenageando a esposa. A comemoração tem-se tornado, assim, um momento de busca de individualização. Se antes era comum os jogadores comemorarem os gols abraçados com os companheiros de equipe, hoje, eles buscam alguns preciosos segundos isolados, para só depois aceitarem a presença dos outros jogadores. Essa busca de individualização é bem expressa no gesto, criado nas últimas décadas, de tirar a camiseta do uniforme e deixar uma mensagem aparecer impressa em outra camisa, que vestem coladas ao corpo. Ao despirem as camisetas oficiais, os jogadores afirmam fidelidades outras que ao clube e às empresas que os pa-

trocinam: à família, à religião, a causas morais. As mensagens nas camisetas remetem, muitas vezes, à família, através de fotos de crianças (filhos, se supõem), ou dedicando um gol (*Feliz aniversário, pai!*); algumas vezes apresentam caráter político-moral (*“Diga não às drogas”, “Não à violência”, “Paz”* etc.) e, especialmente no Brasil, referem-se à religião – as mensagens nas camisetas disseminaram-se rapidamente entre os jogadores religiosos (principalmente entre os *Atletas de Cristo* e outros grupos evangélicos) como um modo eficaz de testemunhar a fé.

Alguns jogadores sabem que a câmera estará com eles em outros instantes além do gol e do pós-gol. Eles sabem que têm direito a um primeiríssimo plano dos olhos nas cobranças de pênaltis, momento de alta dramaticidade, que nos remete, pela sucessão de tomadas entre o atacante e o goleiro, aos duelos inventados pelos filmes de faroeste, pois até a distância entre os atiradores parece coincidir, ficando também nos *westerns* em torno dos nove metros. Sabem que, invariavelmente, terão direito a um primeiro plano depois de um lance perigoso – e Romário se manterá sereno e fará o sinal-da-cruz de sempre, benzedo o corpo, mesmo se o estádio urrar diante de um “gol feito” perdido. Alguns jogadores demonstram um domínio ainda maior sobre a mídia televisiva; parecem ter consciência de que ganham um primeiro plano em simples laterais – e Roberto Carlos explorará esse instante, retendo alguns segundos a bola. Bons atores sabem, em suma, ficar com a bola nos pés o tempo suficiente para que o editor possa passar do plano de conjunto para o primeiro plano sem prejuízo da ação de modo a vermos também a emoção do jogador que deixa assim de ser o peão no tabuleiro de xadrez das primeiras transmissões para ganhar individualidade e destacar-se do grupo. Estes jogadores, se souberem aliar o domínio da câmera à boa performance desportista, tendem a erigir-se imaginariamente como ícones.

Uma audiência tão formidável tem como consequência a afirmação de ícones planetários. Em se tratando de ícones, cuja aparência, gostos e atitudes serão admirados e imitados, a questão que se coloca é conhecer que qualidades lhes são imaginariamente associadas.

NACIONALIDADE, MASCULINIDADE E RELIGIÃO

As narrativas que a mídia esportiva constrói nas Copas do Mundo remetem, na maioria das vezes, ao *nacionalismo*. O trabalho de Elias (ELIAS; DUNNING, 1986) sobre as origens do esporte moderno já enfatizava o seu caráter de substituição da violência e, em alguns casos, das guer-

ras. A Copa do Mundo, como também os Jogos Olímpicos, é um espetáculo de embate entre nações – atestado pelos hinos nacionais, que marcam o início de cada jogo –, talvez um dos últimos grandes confrontos nacionais, pois o esporte apresenta-se cada vez mais com características globais (a Fórmula 1 aparece como o exemplo paradigmático: um piloto alemão, que tem como companheiro de equipe um brasileiro, corre por uma equipe italiana que tem como coordenador um francês, como projetista um inglês e mecânicos de diversas nacionalidades, num carro com motor japonês e pneus norte-americanos, em circuitos espalhados por diversos países do mundo, em provas transmitidas pela televisão para todo o planeta). Não surpreende, portanto, que a nacionalidade esteja no centro do espetáculo. Como já foi observado a propósito da publicidade veiculada durante as Copas do Mundo (RIAL, 1999, 2000; GASTALDO, 2002), este é um evento em que o discurso televisual busca conotar o nacional e a brasilidade através de um repertório de signos de identidade nacional que inclui cores, bandeiras, paisagens e músicas, reservando um espaço significativo para negros e mulatos de ordinário pouco presentes em *spots* publicitários.

Não foi diferente nessa Copa. O valor *nação* foi central no antes e no pós Copa através da presença dos elementos citados acima, mas também na presença mais direta com os hinos, bandeiras e governantes ao lado dos jogadores.

As imagens dos jogadores compartilhando a cena com o presidente da República remete, de modo indiscutível, ao valor nacionalidade. Ela se repete em diferentes esportes, em diferentes países, a ponto de ter se tornado um *topos* televisual esportivo pós-competições (já que, durante as provas, apenas os governantes anfitriões são mostrados presentes nos estádios, como na paradigmática imagem de Hitler eternizada pela câmera de Leni Riefensthal nas Olimpíadas de 1938). Também os alemães, vice-campeões mundiais de futebol, foram recebidos pelo presidente sob um cenário de bandeiras amarelas, vermelhas e pretas, do mesmo modo que os turcos e os coreanos. Portanto, mais importante do que apontar a presença nessa Copa do Mundo e nas comemorações no Brasil do valor nacionalidade na imagem é interrogar-se sobre as particularidades que essa imagem de nacionalidade assume em cada momento.

A nacionalidade que foi construída pelos jogadores e pelo discurso da mídia brasileira, especialmente nas cerimônias de comemoração do pentacampeonato, não era guerreira ou sequer solene. Era descontraída, alegre, de uma euforia feliz. Embora em outros países jogadores te-

nham posado ao lado de presidentes recebendo medalhas, não tenho conhecimento de demonstrações de descontração como as que ocorreram em Brasília.¹⁴ Do mesmo modo, isso pode ser lido na música. Foram pagodes e axés-music – e não hinos – as canções que embalsamaram o desfile dos integrantes da equipe pelas ruas de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo os próprios jogadores, as músicas que os inspiraram na conquista do pentacampeonato foram a de Zeca Pagodinho, que evoca o destino (“*vida leva eu, deixa a vida me levar*”), Deus e amor e a interpretada por Ivete Sangalo, (“*avisou que vai rolar a festa*”). Estamos longe da mobilização agonística pregada pelos “*Noventa milhões em ação, pra frente Brasil*”, da ditadura de Médici e também longe da superioridade nacional singelamente arrogante de 1958 com “*A taça do mundo é nossa, com brasileiros, não há quem possa*”. E, “*Eta esquadra de ouro!*”. Ainda que já lá a vitória fosse associada à festa e não à guerra como indica a seqüência da letra: “*É bom no samba, é bom no couro.*”

A tevê nos mostrou a presença de muitas bandeiras brasileiras, símbolo maior de nacionalidade, entre os jogadores nos momentos que se seguiram ao final do jogo Brasil e Alemanha e depois, nas comemorações no Brasil, também nos remeteu indiscutivelmente ao valor nação. Mas é preciso destacar que, novamente, o valor nação foi realizado de um modo malandro, pois alguns jogadores “vestiram” a bandeira nacional, à guisa de saias, logo após o término da partida. E isso nos leva para a segunda conotação das vitórias esportivas: a afirmação de ícones de masculinidade.

Não há dúvida de que o futebol é um evento predominantemente masculino, em que os principais agentes participantes são homens – os jogadores, o juiz, os técnicos. Também os jornalistas¹⁵ e espectadores presentes no estádio¹⁶ são, em sua maioria, homens. Além disso, o futebol é o lugar da expressão também de uma *masculinidade* que vou chamar de *agressiva*, preferindo-a ao qualificativo *hegemônica* (Connel), pois tenho dúvidas de que permaneça majoritária nos dias atuais. Mas isso também tem-se transformado, pois a cada Copa do Mundo aumenta o percentual de participação das mulheres. Foi assim na Copa de 1998 que revelou para a França (onde o futebol, ao contrário do que ocorre no Brasil, era tido como restrito em termos sociais e de gênero, sendo visto como um consumo das camadas populares e dos homens) que o futebol era bem mais democrático do que se pensava, levando para as ruas nos jogos finais uma multidão de mulheres de todas as classes sociais. Esta mesma Copa serviu para as mulheres do Irã ganharem o espaço público, transgredindo, nas comemorações de vitórias esporti-

vas, as leis do país. A Copa de 1994 já tinha mostrado ao mundo que nos Estados Unidos o futebol era praticado muito mais pelas mulheres que pelos homens. Esta, de 2002, além de confirmar a presença das mulheres nas arquibancadas – especialmente na Coreia – e nas ruas em frente aos telões, apontou o aumento significativo de mulheres na mídia esportiva.

Diferentes esportes constroem diferentes masculinidades: não é a mesma masculinidade que está presente no rúgbi ou no judô (RIAL, 1998). E esta Copa do Mundo mostrou novamente que a masculinidade exibida pelos ícones que a mídia ajudou a erigir está longe de ser uma masculinidade agressiva. Vimos jogadores mostrarem-se preocupados com a aparência física, tendo cuidados até pouco tempo inimagináveis para um homem, no pouco que lhes é permitido controlar dessa aparência, uma vez que são obrigados a estarem uniformizados em todos os momentos de contato com a mídia, mesmo fora do campo, à força dos patrocínios. Até mesmo o recurso de exibir o corpo nu após um gol, pela retirada da camiseta (que o iguala aos outros jogadores submetendo-o ao clube e às empresas patrocinadoras) foi coibido pela FIFA. Restava como lugar para expressão individual a cabeça, o rosto e o cabelo. Com este material restrito, muito foi feito. Desde as máscaras de um jogador japonês, que fez lembrar personagens de desenho animado, até os inúmeros cortes, penteados e pinturas de cabelo.

A mídia mostrou jogadores que se afastavam do *look* mais viril dos cabelos raspados (quem ainda se lembra que elas foram lançadas por um protesto de uma equipe de vôlei dos Estados Unidos em uma competição internacional, virando moda depois?), preferindo uma aparência infantil (o topete de Ronaldo), caricatural (o moicano de Mathis, jogador norte-americano e o semimoicano de um jogador turco), e até feminina (como seriam vistas em muitos círculos as trancinhas de Ronaldinho, as fitas nos cabelos dos argentinos e italianos ou o rabo-de-cavalo do francês Petit, do goleiro inglês e de tantos outros). Beckham, o jogador eleito como ícone de beleza pela mídia e pelos(as) torcedores(as), é exemplo disto: em vez de uma aparência agressiva, ele optou por um corte *punk* bem comportado, pintando os cabelos em mechas loiras e tatuando certas partes do corpo.

Mesmo nas comemorações imediatamente posteriores às vitórias, estivemos muito longe das manifestações de soberba masculina. A cena dos jogadores turcos e coreanos unidos pelos braços caminhando em direção à torcida não foi exatamente uma imagem de masculinidade agressiva ou de superioridade nacional, ainda que portassem bandeir-

ras. Do mesmo modo não o foi a imagem dos brasileiros de joelhos formando um círculo no gramado.

Nesse sentido, são paradigmáticas as mensagens do capitão da seleção brasileira: ao final do jogo, escreveu na camiseta “100% Jardim Irene”, homenageando o bairro muito pobre onde passou a infância e, ao erguer o troféu conquistado, pronunciou como frase “Eu te amo, Regina”, dedicando a uma mulher, no caso, a esposa, a vitória. Estamos longe dos palavrões ditos por Dunga ao levantar a taça com raiva na Copa de 1994. O mesmo gesto, duas identidades de gênero distintas sendo expressas.

Os bilhões de espectadores que assistiram a essas imagens dificilmente compreenderam a referência ao *Jardim Irene* ou a *Regina* – mais do que alguém que decifrasse o sentido denotado das mensagens, seria necessário um tradutor cultural para explicar por que, naquele instante, o líder daqueles homens que eram os mais vistos pelo planeta e que tinham acabado de vencer a guerra metafórica mais importante do planeta escolheu homenagens tão singelas em lugar de exibição de uma masculinidade de força, agressiva, competitiva.

Erigidos como ícones mundiais, alguns destes jogadores passarão a figurar entre os nomes mais pronunciados e as fotos mais reproduzidas. Ganharão salários altíssimos,¹⁷ assinarão contratos publicitários com cifras astronômicas, ajudarão a vender produtos a que se associarão e preencherão a imaginação de milhões de pessoas durante anos, com histórias renovadas em programas de esporte, jornais, revistas de artistas. Suas qualidades serão tidas como exemplares e consideradas dignas de serem incorporadas pela multidão de assistentes. Que qualidades foram estas? No caso desta Copa do Mundo, vencida pelo Brasil, a mídia mostrou o nacionalismo malandro, a masculinidade não-agressiva e romântica, e a religiosidade como valores centrais.

CONCLUSÃO

As mudanças na retórica cinematográfica das transmissões televisivas tiveram como implicações internas ao jogo a supremacia da individualidade (jogador, técnico) em detrimento do conjunto (tática); a supremacia dos gestos individuais (drible, as comemorações de gol) invisibilizando gestos importantes para o coletivo (deslocamentos sem bola) e assim contribuindo para consolidar como ícones globais os bons jogadores que souberam associar também qualidades de bons atores.

A performance dos jogadores brasileiros na última Copa do Mundo revelou uma transformação na suas identidades de gênero (no sentido de uma masculinidade não-agressiva), nacional (no sentido de um nacionalismo menos guerreiro) e religiosa (no sentido de uma expressão pública).

O francês Roger Callois (1990), numa classificação dos jogos hoje clássica na literatura sociológica sobre esporte, agrupa-os em jogos de *ágon* (competitivos, como o rúgbi, o vôlei, o basquete, o futebol), de *aléa* (de azar, como o jogo de cartas e a roleta) de *mimicry* (de representação, como no teatro)¹⁸ e de *ilinx* (de vertigem, como os esportes ditos *radicais*). Penso que os dispositivos cinematográficos colocados em ação nas transmissões televisivas de performances futebolísticas têm contribuído decisivamente para que o futebol deixe de ser um jogo de *ágon* exclusivamente, aproximando-se dos jogos de *mimicry*, sendo cada vez mais um misto dos dois.

ABSTRACT

Through television, the World Cup is the most widely viewed event on the planet. We reflect here on the way that soccer is constructed as a social discourse by the television media and the consequences of the rhetorical choices (image – framing, camera distance and position, etc; text – voice tone and speed, and vocabulary) on the structuring of social imaginaries and personal identities. Evoking the recent World Cup, we seek to identify the values associated to the new sports icons, recognizing that the construction (and reading) of the images is the result of cultural processes. We conclude that through television mediation, soccer is being transformed from an agonistic game to one where representation (mimicry) is increasingly important.

Keywords: soccer ; television ; national identity ; gender

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. Rhétorique de l'image. *Communications*, n. 4, Paris, p. 40-51, 1964.

BAUDRILLARD, J. *Amérique*. Paris: Grasset, 1986.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: _____. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores, XLVIII).

BOURDIEU, Pierre. *Sur la télévision*. Paris: Liber, 1996.

- CALLOIS, Roger. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1990.
- DaMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- _____. Futebol: ópio do povo x drama social. *Novos Estudos do Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 4, nov. 1982.
- _____. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, 1994. Dossiê Futebol.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ECO, Umberto. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Quest for excitement: sport and leisure in the civilizing process*. London: Basil Blackwell, 1986.
- FREUD, Sigmund. Au-delà du principe de plaisir. In: _____. *Essais de Psychanalyse*. Paris: Payot, 1987.
- GASTALDO, Édison. *Pátria, chuteira e propaganda*: o brasileiro na publicidade da Copa do Mundo. São Paulo: Annablume, 2002.
- GAUTHIER, Guy. *Le documentaires, un autre cinéma*. Paris: Nathan, 1995.
- GRIERSON, John. First Principles of Documentary. In: MacDONALD, Kevin; COUSIN, Mark. *Imagining Reality*. London: Faber and Faber, 1998. p. 97-102.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974. p. 211-233.
- PEIRANO, Mariza. *Rituais, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- RIAL, Carmen S. Racial and ethnic stereotypes in brazilian advertising. *Primeira Mão*, Florianópolis, n. 43, p. 1-23, 2000.
- _____. Rúgbi e judô: esporte e masculinidade. In: GROSSI, Miriam Pilar; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- _____. Sobre a televisão. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 159-163, 1997.
- _____. Japonês está para TV assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil. In: ECKERT, Cornélia; MONT-MÓR,

Patricia (Org.). *Imagem em foco: novas perspectivas em antropologia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p. 231-255.

SOARES, Luiz Eduardo. Futebol e teatro. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 33, 1979. p. 1-22.

TURNER, Victor. *Le phénomène rituel: structure et contre-structure*. Paris: PUF, 1990.

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico, a transparência e a opacidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NOTAS

¹ Documentário aparece pela primeira vez em um texto de publicidade de um filme etnográfico do fotógrafo norte-americano Edward Curtis, *The Head-Hunters*. Porém, foi através dos escritos do cineasta inglês Grierson que ele se tornou célebre para representar um gênero de cinema pedagógico, que deveria ser passado em escolas, sindicatos e associações, com conteúdos de cunho social e político-educacionais. Apesar das críticas a esta noção estreita de documentário, a categoria tem-se mantido com significados redefinidos, mas geralmente em oposição ao filme de ficção.

² Narrador; termo êmico, é usado como sinônimo de locutor.

³ Inicialmente, uma precisão de termos. *Mídia*, que até bem pouco não constava dos dicionários de português, tem sido comumente usada para designar os meios de comunicação de massa. *Mídia* substitui *meios de comunicação de massa* e, como em toda a opção conceitual, com conseqüências epistemológicas. O uso de *meios de comunicação de massa*, termo consagrado pelos trabalhos dos pensadores alemães da escola de Frankfurt, implicava necessariamente uma tomada de posição sobre a relação meios de comunicação com o público receptor; este era qualificado como "massa" – portanto, homogêneo, uniforme e, em última análise, ignorante, alienado, manipulável. *Mídia* refere-se aos meios de comunicação capazes de atingir um grande número de agentes sociais (rádio, cinema, televisão, internet etc.), mas em que os seus receptores são vistos como capazes de operar escolhas e até interagir com os *meios*. As mensagens divulgadas pela *mídia* constituem um aspecto, sob todos os pontos de vista, central nas sociedades complexas contemporâneas, mas que não tem atraído a atenção dos antropólogos com a mesma intensidade de sua presença social. O livro de Pierre Bourdieu (1996), com todos os seus limites já apontados (RIAL, 1997), faz figura de exceção.

⁴ Estamos entendendo plano em duas de suas acepções: "*Plano* corresponde a cada *tomada* de cena, ou seja, à extensão do filme compreendida entre dois cortes" e *plano* é "a posição particular da câmera (distância e ângulo) em relação ao objeto". Os planos (segunda acepção) podem ser classificar em: *plano geral* – a câmera mostra todo o espaço da ação; *plano médio ou de conjunto* – mais próxima dos objetos filmados, a câmera mostra um conjunto de pessoas ou do local filmado envolvidos na ação; *plano americano* mostra as figuras humanas até um pouco abaixo da cintura; *primeiro plano* – a câmera apresenta um detalhe do corpo ou de um objeto; *primeiríssimo plano* – uma variante do primeiro plano, com maior detalhamento ainda do objeto filmado. *Plano seqüência* corresponde a vários planos filmados em uma única tomada – diz-se *tomada* do momento em que a câmera é acionada até o momento em que é desligada (XAVIER, 1984).

⁵ Dois são os deslocamentos mais recorrentes: o *travelling* (câmera sobre um carrinho que se movimenta) e a *panorâmica* (câmera fixa que, deslocando-se sobre seu eixo, descreve um movimento ascendente ou descendente – *panorâmica vertical* – ou circular – *panorâmica horizontal*).

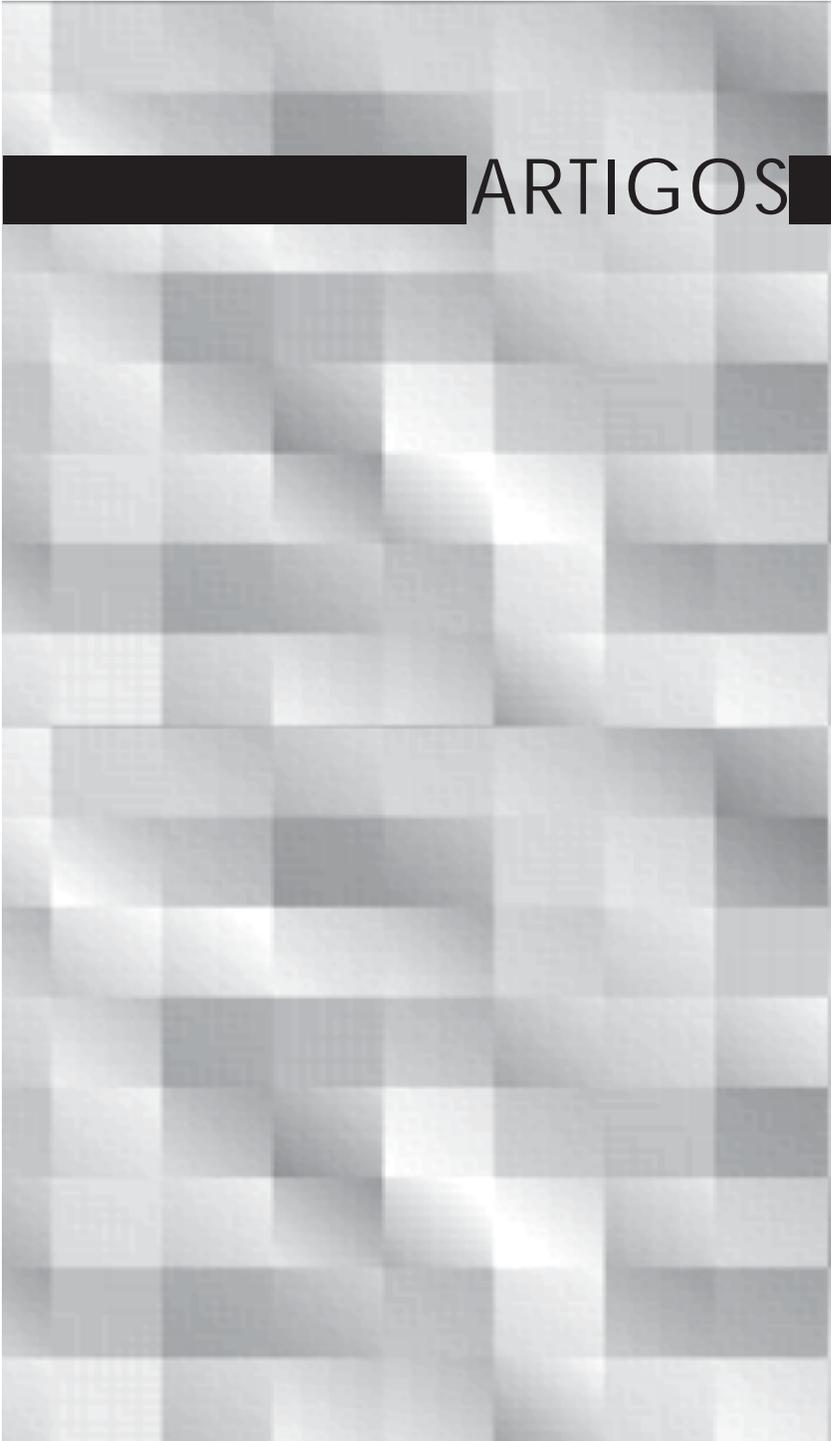
⁶ Os enquadramentos podem ser classificados em: *normal* – a câmera mantém-se na altura dos olhos de um observador de estatura média; *câmera alta* ou *plongé* – a câmera está acima do objeto filmado; *câmera baixa* ou *contra-plongé* – a câmera está abaixo do objeto filmado (XAVIER, 1984).

⁷ Importante canal francês a cabo, especializado em filmes e futebol.

⁸ Não nas Copas do Mundo, onde o acesso ao campo só é permitido a fotógrafos e cinegrafistas.

⁹ Para esta idéia de hipertextualidade, de diálogo entre textos, ver ECO, 1989.

- ¹⁰ *Les yeux dans les bleus*, o documentário de Stéphane Meunier que acompanhou a equipe da França na sua trajetória até o título na Copa do Mundo de 1998, é um exemplo de visibilização de etapas do ritual antes proibidas à imagem, como a preleção final do técnico aos jogadores e os comentários destes durante o intervalo.
- ¹¹ Como mostra Barthes (1964), a imagem ao mesmo tempo que denota (assemelha-se) a um objeto produzindo uma impressão de realidade também conota, ou seja, remete a significados culturais desse objeto, a associações culturalmente determinadas do objeto a outros objetos; nos remete a outros objetos, reais ou imaginários, compreendidos e construídos na relação do enunciador e o receptor. O discurso televisual constrói imagens iconográficas (de objetos) e, através dela, novos ícones que passam a integrar imaginários sociais – não é diferente em uma partida de futebol.
- ¹² Por outro lado, há não-imagens que se tornaram célebres: a cotovelada de Pelé num jogador uruguaio, que inusitadamente resultou em falta para o Brasil, só foi mostrada na tevê anos depois, graças à câmera de um cinegrafista já que, na época, a televisão não dispunha das recorrentes câmeras nos carrinhos para os *travellings* nas laterais do campo – aqui mais uma prova do domínio de Pelé sobre a mídia e a arbitragem, pois dificilmente ele teria cometido a infração se soubesse que estava sendo filmado.
- ¹³ Que surgiu por acaso, num jogo em que, por estar com um dos braços machucados, comemorou o gol erguendo apenas o outro.
- ¹⁴ Entre outros acontecimentos, um jogador fingiu ter sido espetado pelo presidente no momento em que este lhe fixava a medalha na camiseta (não um jogador qualquer, mas o fenômeno Ronaldo, cuja trajetória recente ultrapassa qualquer cenarista hollywoodiano e seria recusada como inverossímil), outros cutucavam o presidente Cardoso por trás e, quando este virava-se, fingiam nada ter feito, e outro desceu a rampa do Palácio presidencial dando cambalhotas, como se estivesse comemorando um gol no gramado.
- ¹⁵ Para se ter uma idéia de predominância masculina, na Copa de 1998 havia apenas uma mulher trabalhando como *cameraperson* no gramado, a francesa Christine Fayot, que filmou para um canal japonês. No Brasil, como na maioria dos países, elas são minoria numa mídia formada por jornalistas homens, mas não deixa de ser auspicioso o fato de a rede Globo ter enviado à Copa como repórter Fátima Bernardes, apresentadora do *Jornal Nacional*, de o *Sport TV* ter enviado Laís e de a *ESPN/Brasil* ter passado à Soninha o comando de muitos dos seus programas de esportes.
- ¹⁶ Não era assim nos primórdios do futebol como esporte. No século XIX até meados do século XX, era significativa a presença das mulheres nos estádios – ver, por exemplo, as imagens da torcida no Maracanã na final da Copa de 1950.
- ¹⁷ Seis milhões para Ronaldo, que está longe de ser o maior salário de jogador no mundo, sem falar nos ganhos com publicidade.
- ¹⁸ Luiz Eduardo Soares (1979) já aproximava o futebol do teatro.



ARTIGOS

AS CONCERTAÇÕES SOCIAIS NA EUROPA
DOS ANOS 90: POSSIBILIDADES E LIMITES

Este trabalho tem como objetivo principal fazer um balanço exploratório da discussão acerca das tendências atuais e perspectivas futuras das concertações sociais nacionais observadas na década de 1990, no quadro da integração europeia. Em síntese, assinala que as concertações sociais dos anos 90 têm características muito distintas das vigentes nos anos 70, estando sua dinâmica e sua agenda fortemente condicionadas pelo processo de integração europeu e pelas tendências econômicas, tecnológicas e políticas da reestruturação capitalista. Por outro lado, sustenta que as possibilidades de consolidação das concertações dependerão da combinação virtuosa de um processo de institucional bulding capaz de articular a diversidade de situações nacionais de forma convergente com um arranjo institucional favorável à concertação social no plano europeu, com uma estratégia econômica orientada para o crescimento com geração de empregos.

Palavras-chave: *corporativismo; negociação coletiva; concertação social; Europa.*

* Doutor em Ciência Política, Unicamp e professor do Instituto de Economia/Unicamp

INTRODUÇÃO

Após um período de grande entusiasmo com a novidade e os resultados associados ao neocorporativismo e a práticas de concertação durante os anos 60 e 70, no bojo das transformações econômicas, sociais e políticas dos anos 80, houve uma reversão das expectativas iniciais. Em lugar da idéia de que o neocorporativismo era um fenômeno político-institucional associado às características estruturais do capitalismo monopolista (TAPIA; ARAÚJO, 1991), criou-se um consenso entre a maioria dos analistas de que o neocorporativismo e a concertação estavam vivendo um declínio inexorável.

De maneira estilizada, os argumentos que apoiaram a hipótese de que a retirada do apoio do Estado e das organizações empresariais estaria na raiz do declínio do neocorporativismo e da concertação podem ser agrupados em três conjuntos.

Em primeiro lugar, teríamos a adesão dos empresários ao ideário neoliberal. Estes teriam modificado suas preferências em favor da desregulamentação, da negociação descentralizada, devido ao aumento da instabilidade e da competição induzidas pela internacionalização e pelas novas tecnologias. No novo ambiente econômico, as empresas buscariam aumentar a diversidade e a flexibilidade da produção, da tecnologia e da sua organização social (STREECK, 1992; LASH; URRY, 1987). Em vez de acordos coletivos no plano nacional, a tendência seria a formação de coalizões no plano setorial e das próprias firmas, entre as empresas e seus trabalhadores, negociando aumento de produtividade em troca de segurança de emprego e participação em decisões das firmas. A maior mobilidade do capital em função da liberalização financeira teria tornado menos necessária a política de concertação para os empresários.

Em segundo lugar, haveria um conjunto de fatores associados às mudanças nas orientações dos Estados Nacionais em termos de política econômica. Argumenta-se que os Estados Nacionais passaram a adotar políticas pró-mercado e liberalizantes devido ao declínio da eficiência das políticas nacionais de corte keynesiano. As razões para essa nova orientação no plano da direção econômica são: a interdependência crescente entre as economias nacionais, a mudança na composição política dos governos em direção à direita e a pressão de organismos e investidores internacionais a favor de políticas deflacionistas.

Mais uma vez, esse conjunto de fatores conspiraria contra as possibilidades de políticas de concertação. A pouca margem de manobra no

uso de instrumentos fiscais ou monetários impediria a adoção de medidas de incentivo à geração de emprego. Ao mesmo tempo, o desemprego elevado seria uma razão insuficiente para justificar políticas de concertação porque ele é vinculado a taxas de inflação baixas e à transferência de competências do plano nacional para o supranacional, como no caso da unificação européia. Em razão disso, diminui o escopo potencial da concertação no plano nacional e o interesse dos empresários pela concertação seria reduzido, o mesmo sucedendo com os governos.

Terceiro, haveria o enfraquecimento dos sindicatos na sua capacidade de negociar com os governos e as organizações empresariais devido ao aumento da heterogeneidade da força de trabalho, em função da diferenciação das estruturas sociais e dos interesses coletivos resultante do progresso tecnológico e dos graus de escolaridade crescente dos trabalhadores.

Esses movimentos estariam refletidos na agenda política das sociedades capitalistas avançadas, cujo conteúdo vem sofrendo uma mudança qualitativa visível. O escopo e a natureza das questões dominantes no debate público são bem mais amplos do que aqueles típicos da concertação neocorporativa dos anos 70. Temas como defesa do meio ambiente, movimentos pacifistas, direitos de minorias etc. exprimem interesses de grupos e movimentos sociais que sempre manifestaram desconfianças para com as políticas de concertação.

Além disso, as bases materiais da unidade da ação dos sindicatos foram abaladas pelo desaparecimento de subculturas baseadas na produção de massa fabril, pela crescente feminização das próprias lideranças sindicais, emergência de novos sindicatos no setor de serviços e pelos conflitos entre os interesses dos sindicatos de servidores públicos e daqueles ligados aos setores exportadores (LASH, URRY, 1987; STREECK, 1992; CROUCH, 1993; HEMERIJCK, 1995; WINDOLF, 1989).

A despeito dos vaticínios pessimistas que marcaram a trajetória da discussão em torno do declínio do neocorporativismo, na maioria das vezes pela voz de alguns dos seus mais eminentes estudiosos, houve nos anos recentes um renovado interesse pelo tema do neocorporativismo e da concertação social. Agora num quadro bastante distinto daquele vigente nos anos 60 e 70, quando fatores como o acirramento dos conflitos de classe e o reforço de coalizões políticas social-democratas impulsionaram vários países à construção de políticas de emprego e renda concertadas, as práticas de concertação readquiriram legitimidade política e econômica, mesmo num contexto socioeconômico e político

supostamente hostil, como afirmado por uma literatura da ciência política expressiva mencionada anteriormente.

A compreensão acerca dos aspectos de continuidade e de ruptura contidos nas experiências européias de concertação social verificadas na Europa, nos anos 90, exige que se leve em conta tanto os impactos das transformações socioeconômicas trazidas pela globalização capitalista sobre a natureza e a própria arquitetura institucional dos arranjos neocorporativos, quanto os fatores políticos e institucionais específicos dos diferentes países.

As reflexões desenvolvidas neste trabalho, sobre essa intrincada problemática, estão organizadas em torno de três questões, que permitem discutir a problemática da concertação social nos anos 90, resgatando as hipóteses da literatura internacional sobre o tema.

- a) Quais são as principais características dos pactos sociais na Europa dos anos 90 e suas semelhanças e diferenças em relação às práticas de concertação típicas dos anos 60 e 70?
- b) Quais os principais desafios e lições que podem ser extraídos da experiência européia de concertação social?
- c) Quais os cenários possíveis da trajetória das concertações sociais, levando em conta as características nacionais e o movimento de unificação européia?

Este trabalho tem como objetivo principal fazer um balanço exploratório da discussão acerca das tendências atuais e perspectivas futuras das concertações sociais nacionais observadas na década de 1990, no quadro da integração européia. Dois são os argumentos centrais deste trabalho. O primeiro é o de que as concertações sociais dos anos 90 têm características muito distintas das vigentes nos anos 70, estando sua dinâmica e sua agenda fortemente condicionadas pelo processo de integração europeu e pelas tendências econômicas, tecnológicas e políticas da reestruturação capitalista. O segundo sustenta que as possibilidades de consolidação das concertações dependerão da combinação virtuosa de um processo de *institutional bulding* capaz de articular a diversidade de situações nacionais de forma convergente com um arranjo institucional favorável à concertação social no plano europeu, para o qual também é importante uma estratégia econômica orientada para o crescimento com geração de empregos.

Este trabalho está organizado em quatro partes. Na primeira, é apresentado, a título de introdução ao tema, um sucinto relato de três ex-

periências de concertação (Irlanda, Itália e Holanda). A seguir, examinamos algumas características específicas das concertações sociais recentes. Na terceira parte, discutimos as perspectivas das políticas de concertação à luz do processo de unificação européia. Finalmente, concluímos o trabalho com um conjunto de considerações acerca das possibilidades e principais desafios à consolidação das concertações.

FATOS ESTILIZADOS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS EUROPEIAS DE CONCERTAÇÃO NA DÉCADA DE 1990

Um exame da literatura relativa às políticas de concertação na Europa indica uma surpreendente retomada das práticas de concertação no plano macro, contrariando as análises que decretaram seu declínio inexorável ao longo da década de 1980.

Como se não bastasse o fato de o neocorporativismo ressurgir na Europa dos 90, a esse fenômeno associa-se um outro tão interessante quanto: algumas dessas experiências ocorreram em países com pouca ou mesmo escassa tradição de arranjos e políticas com esse corte.

Para efeitos da demonstração das características principais das concertações sociais nos anos 90, optamos por apresentar exemplos estilizados dessas experiências, que exprimem certamente os traços mais importantes e permitem identificar as principais lições e desafios enfrentados por elas.

IRLANDA

Talvez o exemplo mais emblemático destes *latecomers* do neocorporativismo e da concertação seja a Irlanda. Definida por muito tempo como um caso de pluralismo “sem esperança”, sem concertação no plano macro, seguindo a tradição anglo-saxã (SCHMITTER; GROTE, 1997), a Irlanda criou uma tradição de contratação salarial coletiva centralizada, entre 1987 e 1996.

Em 1987, foi lançado, com a participação ativa de sindicatos e empresários, o PNR (Programme for National Recovery) de duração trienal, o qual obteve um notável sucesso na criação de postos de trabalho. Em 1991, foi seguido pelo PESP (Programme for Economic and Social Progress), de alcance decenal, concebido, sobretudo, para melhorar as condições de vida da população. O Governo empenhou-se em adotar medidas precisas para a defesa do emprego, em particular para a pro-

teção dos trabalhadores *part-time*, para a garantia de oportunidades iguais e contra as dispensas injustas.

Os diferentes acordos firmados pela FUEC (associação de empresários) e a Irish Congress of Trade Unions (ICTU) (confederação de sindicatos) tinham como principal objetivo conciliar a criação de um ambiente fiscal e monetário que favorecesse a elevação das taxas de crescimento econômico e a geração de emprego.

O conjunto de medidas nascido da concertação entre Federated Union of Employers (FUEC) e ICTU envolvia:

maior equidade fiscal, redução das desigualdades, políticas de geração de empregos, fixação de tetos para a elevação de salários, políticas de melhoria dos salários mais baixos e redução do horário de trabalho (SCHMITTER; GROTE, 1997).

Entre os resultados alcançados pela concertação está a redução do número de greves. Esse indicador de paz social (COMPSON, 1997) refletiu o compromisso de classe e a introdução de normas, códigos, limites a piquetes, com punições pesadas previstas como a perda do direito de participação nos acordos tripartite.

Apesar da escassa tradição da representação baseada em grandes organizações de interesses centralizadas e de políticas de concertação, o escopo dessas negociações na Irlanda de hoje, juntamente com o da Itália, é o mais abrangente dos países europeus, englobando as políticas econômicas, sociais, de mercado de trabalho e regional.

Mais recentemente, em 1996, foi assinado um acordo tripartite conhecido como “Parceria 2000”. Esse acordo, em contraste com os anteriores, trouxe uma ampliação da agenda de negociação.

Apesar dos compromissos com a estabilidade macroeconômica e as diretrizes das remunerações dos salários continuarem sendo as mais importantes partes do programa, ele também contém seções sobre inclusão social, equidade, cultura empresarial, pequenos negócios, agricultura, modernização dos serviços públicos e o compromisso de apoiar a concertação social ao nível das empresas (AUST, 1999, p. 9).

Os resultados obtidos pela economia irlandesa ao longo da década de 1990 apontam para uma sensível melhoria nos seus principais indicadores econômicos. Segundo a OCDE (1998), a performance da economia irlandesa pode ser considerada excepcional tanto em termos internacionais quanto da sua experiência. Em 1997, o Produto Interno Bruto

cresceu cerca de 9,5%, enquanto o Produto Nacional Bruto atingiu 7,7%, a inflação e a taxa de juros mantiveram-se em patamares baixos e a balança de pagamentos deixou de ser deficitária. Além disso, o crescimento entre 1993-1996 foi acompanhado pela criação de cerca de 150.000 novos empregos, que passaram de 1,15 milhão para 1,3 milhão.

Um aspecto importante para entender o “milagre irlandês” é o papel do investimento das empresas estrangeiras de alta tecnologia, cuja produção está voltada para o mercado europeu. As empresas estrangeiras são responsáveis por 75% da produção industrial e por 60% das exportações.

É possível associar o sucesso econômico irlandês à concertação social, que alguns chamam de “corporativismo competitivo”? A estratégia implementada pelo National Economic and Social Council (NESCC) e pelos *partners* tem como seus elementos centrais “uma rígida política monetária e de aumentos salariais limitados, visando reforçar os custos competitivos e as reformas estruturais” (AUST, 1999, p. 13).

Essas políticas restritivas permitiram manter a inflação e a taxa de juros em patamares baixos, a estabilidade da moeda e a criação de um ambiente favorável ao investimento estrangeiro. As políticas de concertação jogaram um papel importante para a obtenção de duas condições básicas da estratégia “*industrialization by invitation*”: a atração de capital estrangeiro e a adoção dos critérios de Maastricht. Além disso, outro benefício foi a redução dos custos do serviço da dívida pública, liberando recursos financeiros para investimentos públicos em outras áreas.

Respondendo à pergunta colocada acima, é possível sustentar que o sucesso da Irlanda na década de 1990 pode ser explicado pela combinação entre uma estratégia bem-sucedida de atração das empresas estrangeiras de alta tecnologia e um conjunto de políticas de concertação, responsáveis pela manutenção de um quadro macroeconômico estável e uma pressão salarial controlada.

Os desafios colocados no horizonte do “*Celtic Tiger*” dizem respeito a algumas das suas próprias virtudes recentes. Em primeiro lugar, a economia irlandesa permanece fortemente dependente das decisões de investimento das empresas estrangeiras. Muito embora as políticas de oferta adotadas pelo governo – qualificação de recursos humanos – tenham influenciado a atração das empresas estrangeiras, o motivo preponderante tem sido a alta lucratividade oferecida pelo país. Para

esta tem sido importante a contenção dos custos salariais e a redução de impostos sobre o capital.

As altas taxas de crescimento da economia e os aumentos de produtividade têm levado a uma redistribuição favorável ao capital. Isso ocorre tanto na distribuição funcional da renda – a participação dos salários caiu de 82% (1970) para 63%, em 1996 –, quanto na remessa de lucros feita pelas empresas multinacionais, as quais repatriaram divisas equivalentes a 9,2% do Produto Nacional Bruto (1991) e 14,4%, em 1995.

Em segundo lugar, o sistema de tributação apresenta um viés fortemente favorável ao capital. Justamente devido ao peso determinante do investimento estrangeiro na economia, os lucros são taxados apenas parcialmente. Ao mesmo tempo, o gasto público é baseado na taxação da renda e no consumo e marginalmente no capital e na propriedade. Essa situação cria enormes dificuldades para a política de proteção social, porque os elementos básicos do corporativismo competitivo são o controle salarial e a redução de impostos.

O quadro social apresenta fortes tensões, não obstante as altas taxas de crescimento e uma melhoria na oferta de emprego. Em 1994, cerca de 20% dos domicílios foram considerados em situação de pobreza. Também é importante registrar que os desempregados de longa duração não se beneficiaram do aumento de emprego porque os empregadores não os contratam, preferindo jovens mais bem educados e migrantes que retornam. A taxa de desemprego era de 10% da força de trabalho, em 1997, sendo que 50% desse percentual era de desemprego de longa duração.

Nas palavras de Aust,

As realizações sociais das políticas corporativistas são ambivalentes. Enquanto houve um significativo crescimento do número de empregos, a expansão de programas do mercado de trabalho ativo (particularmente devido ao aumento da ajuda do Fundo Social Europeu) e a ampliação de alguns programas do Welfare State, a desigualdade social continuou a ampliar-se: os grupos localizados nos dois quartis superiores possuíam 41,3% da renda nacional (disposição da renda em 1994 contra 40,1% em 1980) e os localizados nos quatro inferiores possuíam 16,6% (contra 17,3% em 1980) (AUST, 1999, p. 15).

Em síntese, permanece uma forte tensão entre as condições econômicas e institucionais responsáveis pelo sucesso da experiência irlandesa

e as questões sociais, sendo renda e emprego e proteção social negligenciados pelo corporativismo competitivo.

ITÁLIA

A Itália, a exemplo da Irlanda, apresenta uma “desconcertante trajetória de macrocorporativismo” (REGINI, 1996), porque sempre foi considerada um país no qual não existiam as condições ou os pré-requisitos necessários para experimentos neocorporativos exitosos.

Como consagrado na literatura politológica, a Itália tem como características marcantes: um sistema de representação de interesses fragmentado e modelos de contratação interorganizacional combinando pluralismo e consociativismo (PIZZORNO, 1993).

Desprovida de tradição de concertação tripartite, a exceção do acordo antiinflação de 1983, a Itália parece ter criado um caminho peculiar fundado numa espécie de microconcertação, seguindo de perto as observações de Regini (1996) e Negrelli (1993). Nos anos 90, três sucessivos acordos tripartites – em 1992, 1993 e 1996 – marcaram uma inflexão profunda na reforma do Welfare State italiano e abriram caminho para a reorganização das relações industriais.

Na origem do pacto firmado entre o Governo, a Confindustria e os Sindicatos, em 1993, estava a profunda crise político-institucional gerada pelo desmoronamento do sistema político do pós-guerra e os desafios econômicos colocados pela integração europeia. Como alguns analistas têm insistido, essa concertação, nascida num momento delicado, tornou possível a realização de amplas mudanças econômicas e políticas nos anos subseqüentes.

O escopo da concertação foi ampliando-se ao longo da década, nucleando-se em quatro questões fundamentais: o controle da inflação, a reorganização do sistema de negociações coletivas, a reforma do Welfare State e a geração de novos postos de trabalho.

O controle da inflação foi exitosamente obtido através de um mecanismo contratual inserido no pacto de junho de 1993. Ficou estabelecido que “a dinâmica salarial definida pela negociação nacional das categorias teria o mesmo ritmo da inflação, sem alimentá-la e sem que houvesse perda de poder aquisitivo (RICCIARDI, 1999, p. 58). O mesmo acordo estabeleceu que os aumentos salariais no nível das empresas estariam relacionados à evolução da produtividade.

A experiência italiana de concertação é bastante interessante, porque ela reorganizou a estrutura de negociação, definindo as atribuições dos distintos níveis, o nacional por categoria e o descentralizado por empresa. Cabe ao primeiro nível orientar-se pelas metas de inflação, e ao segundo pela busca na melhoria da produtividade e pela regulação de questões não-salariais. Como adverte Regini (1999), o conteúdo do acordo de 1993 estabeleceu regras para ordenar o sistema de negociação, não se tratando de um processo de recentralização das negociações, porque os novos pactos dos 90 não esvaziam os conteúdos das negociações por categoria nem impedem as empresas de definirem incentivos autônomos.

Inspirado no modelo adotado pela Áustria, a negociação salarial desenvolvida no plano nacional serve de parâmetro, mas é no nível descentralizado que os níveis salariais relativos são definidos. Essa modalidade de combinar coordenação no plano nacional com graus expressivos de descentralização foi conceituada como “descentralização coordenada” (TRAXLER, 1995).

Portanto, a experiência de concertação italiana exemplifica um modelo de política de rendas desenvolvido na década de 1990, que, ao contrário da tendência à descentralização descoordenada dos anos 80, reforça a coordenação central das negociações salariais.

Outro tema de grande sensibilidade política conduzido de maneira exitosa foi a reforma do sistema de pensões. Como sabemos, dentro da temática de reforma do Welfare State, as áreas de pensões e de saúde são delicadas, considerando inclusive os critérios de *déficit* público adotados pelo Tratado de Maastricht. No caso italiano, a reforma da previdência foi conduzida dentro da dinâmica de negociação estabelecida pelo Pacto Social durante o governo Dini, em 1995. O projeto colocado para discussão e negociação foi elaborado pelos próprios sindicatos, e, após o acordo entre os parceiros sociais, foi submetido a um *referendum* entre os trabalhadores e convertido em lei mais tarde.

Essa reforma com envolvimento das partes sociais teve de enfrentar o desafio da redução dos recursos financeiros e a incorporação das novas demandas dos grupos sociais. Mesmo neste tema tão delicado e difícil, os resultados da concertação permitiram avançar na reforma do sistema previdenciário. As principais medidas adotadas foram aumento da idade mínima para aposentadoria, unificação dos sistemas de pensões público e privado e a remoção de certos benefícios específicos a certas categorias profissionais.

O tema da geração de emprego é mais recente. Ele foi introduzido no “Patto per il Lavoro”, assinado em 1996. O conteúdo desse novo acordo tripartite inclui

um mix de flexibilidade (principalmente relativa ao trabalho temporário), de incentivos à formação profissional dos trabalhadores e à renovação tecnológica das empresas, tímidos avanços na redução da jornada de trabalho e linhas de financiamento visando geração de emprego, em áreas de maior incidência de desempregados (RICCIARDI, 1999).

A maior especificidade da experiência italiana recente, segundo Regini, está no fato da macroconcertação ter nascido de baixo, isto é, as bases da concertação teriam sido forjadas desde o nível municipal até o da empresa. Noutras palavras, na Itália, a macroconcertação teria origem numa microconcertação enraizada nas empresas e nos distritos industriais. Esta teria produzido níveis elevados de confiança e de consenso, os quais deram origem a acordos tripartites no plano macro.

Ao mesmo tempo, essas mudanças teriam ocorrido *sem transformações evidentes na estrutura de organização de capital e trabalho*. Novamente, aparece sugerido que a experiência neocorporativa dos anos 90 prescinde de alguns dos pressupostos considerados como *sine qua non* na literatura sobre o tema dos anos 70 e 80.

Os analistas (REGINI, 2000; RICCARDI, 1999; CARRIERI, 1999) concordam que a experiência de concertação está ainda distante da sua consolidação. Entre os vários fatores que podem influenciar decisivamente seu futuro, dois são especialmente importantes: a evolução do sistema político e a capacidade dos atores sociais em responder com sucesso ao grande desafio de dar soluções positivas ao desemprego, sobretudo aquele que atinge os jovens.

HOLANDA

De todas as experiências de concertação, aquela que mais tem chamado a atenção dos analistas é a da Holanda. Avaliada do ângulo da performance macroeconômica, a concertação na Holanda mostra a realização de reformas do Welfare State e no sistema de previdência social, sem cortes expressivos de recursos financeiros e mesmo oposição dos trabalhadores.

A Holanda conciliou uma rígida política fiscal voltada para a estabilidade financeira e equilíbrio orçamentário com redução das taxas de desemprego de 13% (1985) para 6,7% (1996). Além disso, a privatização

das empresas estatais praticamente não jogou papel relevante na elevação dos recursos financeiros do setor público.

A explicação sugerida por Visser (1996) é que esses resultados positivos podem ser explicados por mudanças no sistema de relações industriais, seja na estrutura, seja nas estratégias das organizações. A Holanda teria sido o primeiro país de tradição neocorporativa onde a “elite corporativa” perdeu o poder no começo dos anos 80, devido à mobilização dos trabalhadores, à contestação dos maus resultados econômicos (THERBORN, 1986) e à perda de filiados dos sindicatos. Em meio à crise, os sindicatos optaram por uma estratégia de negociação com os empresários, aceitando a tese de que era preciso criar condições para o crescimento da economia holandesa.

O acordo fundamental da concertação holandesa foi o de Wassenaar de 1982, cujo conteúdo antecipava as medidas adotadas um decênio mais tarde: rígido controle das contas públicas, moderação salarial, incentivos ao trabalho *part-time* e reforma do Welfare State. Os trabalhadores e empresários negociaram a desindexação do repasse automático da inflação para os salários em troca da redução da jornada de trabalho.

A renovação dos acordos em 1993, além de reafirmar as medidas anteriores, introduziu medidas de incentivo à formação profissional e a possibilidade de aplicação diferenciada e flexível das medidas no plano descentralizado. As negociações descentralizadas envolveriam os conselhos de fábrica, os representantes dos trabalhadores ou dos sindicatos.

As relações industriais na Holanda têm traços descentralizados, cabendo um papel importante aos conselhos de fábrica. Estes orientam-se pelas organizações industriais coletivas e negociam com as empresas os contratos de trabalho. Embora haja um elevado grau de descentralização das negociações, a influência das associações nacionais é expressiva. São elas que têm o direito de indicar os candidatos aos Conselhos de Fábrica e cerca de 70% dos membros indicados para comporem os Conselhos são escolhidos a partir de listas elaboradas pelos sindicatos. Essa influência dos sindicatos não significa um total alinhamento dos Conselhos com as orientações adotadas pelas organizações setoriais e nacionais (VAN DER HEIJDEN, 1998, p. 5).

Esse desenho de negociação, segundo Visser (1996), a exemplo da Itália, pode ser definido como “descentralização centralizada”, porque combina, de um lado, uma coordenação central entre as principais organizações de interesse e suas representações setoriais e, de outro, rígi-

dos procedimentos de supervisão no nível da empresa. Também nesse caso, a flexibilidade é considerada um princípio geral de funcionamento do mercado de trabalho, isto é, uma diretriz presente nas diversas negociações e nas medidas legislativas.

Essa orientação traduz-se na existência de poucas regras gerais para o conjunto de trabalhadores e um amplo espaço de negociação diretamente entre os *partners* sociais. Particularmente, a entrada no mercado de trabalho foi liberalizada e a própria saída involuntária facilitada seguindo a orientação geral favorável à flexibilidade do mercado de trabalho. Porém, ao mesmo tempo, cresceu o papel de instituições nacionais como o Conselho Nacional de Economia (Social-Economische Raad, SER) e a Fundação do Trabalho (Stichting van de Arbeid, STAR).

Uma das especificidades da Holanda é o enorme contingente de trabalhadores *part-time* (atípico). Atualmente, cerca de um terço da força de trabalho está classificada como trabalhadores em tempo parcial, com a jornada de trabalho semanal entre 12 e 36 horas (VAN DER HEIJDEN, 1998, p. 1).

É também a Holanda que tem a maior taxa de trabalho parcial entre jovens do conjunto da Europa, em torno de 25% (SCHMID, 1997, p. 12). Algumas características desses trabalhadores *part-time* chamam a atenção: dois terços deles têm escolaridade superior; 35% trabalham cerca de dez horas semanais. Do ponto de vista dos direitos sociais, a legislação os ampara de uma maneira mais ampla do que em outros países.

Não obstante a orientação pró-flexibilização, a concertação social tem buscado uma solução de compromisso entre os interesses econômicos de flexibilização e os de proteção social dos trabalhadores. Fruto da negociação na busca de soluções capazes de conciliar os dois imperativos, nasceu a proposta *Flexibilidade e Proteção*.

No caso dos desempregados, a seguridade social garante um *wage replacement* para uma pessoa sem família, equivalente a 70% do salário recebido quando empregado. Esse percentual sobe para 77% no caso de casais sem filhos e a 84% para os casais com filhos. A duração do salário-desemprego é de 54 meses, sendo que, expirado o período, o beneficiário é submetido a um teste de meios para verificar se ele preenche os requisitos necessários para ser ainda beneficiário de algum programa assistencial.

Quanto à reforma do *Welfare State*, alguns pontos foram adotados de maneira unilateral, sem negociação com os sindicatos. Em 1991, o go-

verno, ignorando as sugestões dos sindicatos, reduziu os subsídios para invalidez, gerando os maiores protestos do pós-guerra. Três anos mais tarde, privatizou o sistema de saúde, novamente sob protestos dos trabalhadores. Recentemente, o governo criou uma agência independente para gerir os benefícios sociais.

À luz da experiência dos Países Baixos, Visser conclui:

os países dispõem verdadeiramente de uma autonomia considerável para dar forma às instituições e às políticas de intervenção, não obstante os desafios e as pressões comuns da integração e da internacionalização (citado in SCHMITTER; GROTE, 1997, p. 29 – Grifos meus).

Os países analisados demonstram o renascimento da concertação social, trazendo algumas novidades relevantes. Primeiro, porque evidenciam que a concertação social tem-se manifestado com maior intensidade nos países da “periferia européia”. Segundo, porque a natureza desses acordos não guarda vínculo com as concertações dos anos 60 e 70, estando marcados pela busca de compromisso entre os “imperativos” da competitividade internacional e da integração européia.

CONCERTAÇÕES NACIONAIS: ATORES E CONTEÚDOS

A internacionalização da economia, a liberalização dos mercados financeiros e a emergência de novas formas de produção na esteira da revolução tecnológica patrocinada pelas tecnologias da informação têm introduzido novos temas na agenda pública como a reforma dos meios de regulação do mercado de trabalho, a rediscussão do escopo e das formas de proteção social, além de colocar ênfase na criação de competitividade pelas empresas e na necessidade de uma força de trabalho altamente qualificada.

De maneira mais global, os pactos sociais europeus estão inseridos nessas ditas tendências da “globalização capitalista”, a partir do processo de unificação européia. Muito embora boa parte da agenda de reformas econômicas, institucionais e sociais da “globalização” tenha ancoragem nas próprias estratégias nacionais, crescentemente a direção imprimida à unificação européia assume papel preponderante.

O melhor exemplo disso é a unificação monetária (*European Monetary Union*) e as orientações adotadas quando da assinatura do Tratado de Maastricht. Os impactos da unidade monetária sobre os conteúdos dos pactos sociais são perceptíveis. Mesmo que seja válida a observação de

que é ainda prematuro avaliar esses efeitos, isto não significa que alguns deles não possam ser já identificados.

Essa é a interpretação apresentada por Goetschy (2000) ao afirmar que a união monetária européia (EMU) é um pacto econômico com implicações sociais. Essa autora vai mais longe, afirma que o EMU pode ser interpretado como um pacto macroeconômico negociado pelos Estados membros e apoiado pelos respectivos *partners* sociais, em especial pela European Trade Union Confederation (ETUC). Portanto, a união monetária é uma variável de peso na motivação de construção de pactos sociais, considerando a necessidade de ajustes nas relações industriais, no Welfare State etc. Nas condições da construção européia, diz Goetschy, os pactos sociais têm um duplo caráter:

[...] de um lado eles representam a implementação de um pacto de alta-hierarquia – União Econômica e Monetária – e, assim, legitimam decisões tomadas previamente pelos Estados membros; por outro lado, eles constituem um esforço de adaptar as relações industriais e a proteção social a este novo estado de coisas, processo pelo qual cada Estado membro maximiza em seu próprio favor as vantagens de seus sistemas institucionais (instâncias prévias de negociação tripartite e de troca política (political exchange), experiências de moderação salarial, grande capacidade de pequenos países de reagir a crises econômicas ou sociais, arranjos para negociações coletivas, bem disciplinadas organizações de cúpula de trabalhadores e de empregadores etc.) (GOETSCHY, 200, p. 3).

O debate recente sobre as concertações sociais está cada vez mais influenciado pelo processo de unificação européia, pelas estratégias de ajuste à nova ordem construída a partir de Bruxelas e pela redefinição das condições no jogo entre as economias do velho continente. Assim, não basta a constatação de que as teses acerca do declínio do neocorporativismo e das concertações sociais mostraram-se equivocadas. É preciso ir além. Essa constatação nos leva à necessidade de discutir algumas das questões presentes no debate hoje: a natureza dos pactos sociais, suas características, limites e perspectivas, à luz da unificação européia e das novas características da reestruturação capitalista global. Aqui emergem algumas interrogações. Qual é o conteúdo das novas concertações? Há uma agenda comum no sentido de negociar os chamados novos temas ligados à flexibilidade de contratação, qualificação profissional, formas anômalas de contratos etc.? Quais são os desafios enfrentados pelos sindicatos no jogo das concertações no contexto da

globalização capitalista? A concertação na Europa dos anos 90 reproduz o padrão das décadas anteriores em termos dos seus pré-requisitos?

RAZÕES PARA A NOVA ONDA DE CONCERTAÇÕES NA EUROPA

Na literatura que discute as concertações sociais recentes é possível identificar pelo menos quatro visões acerca das razões que explicariam a sua retomada.

No primeiro tipo de explicação, os autores, à luz das experiências mais longas de concertação como a Holanda, sustentam que os motivos seriam dois: a busca conjunta de soluções para questões substantivas e o processo de aprendizado institucional mútuo propiciado pelo desenvolvimento de uma cultura da negociação (VISSER, 1996).

O segundo tipo de interpretação enfatiza que a incidência e a extensão da concertação só podem ser explicadas pelas especificidades nacionais e não por tendências econômicas, sociais ou políticas gerais. A idéia é de que as práticas usuais de concertação persistem a despeito de tendências internacionais e que a natureza histórica das tradições associativas dos diferentes países também joga um papel relevante na explicação do fenômeno. Dessa maneira, seria possível explicar a emergência da concertação na Itália em função do desmoronamento da III República, no caso da Alemanha pelo trauma e incertezas geradas pela reunificação, o contra-exemplo sueco devido à radicalização dos empresários em resposta à tentativa dos sindicatos de aprofundar o controle social sobre as decisões dos capitalistas.

A terceira interpretação sustenta que a concertação é um fenômeno cíclico (SCHMITTER; GROTE, 1997), que varia em função de tendências seculares. Há diferentes vertentes da interpretação da concertação como um fenômeno cíclico. Uma delas é a que associa esses ciclos à natureza da coalizão política no governo. Assim, nos períodos de hegemonia de partidos social-democratas ou trabalhistas, as políticas de concertação aumentariam, e entrariam em declínio quando houvesse período de ascensão de governos conservadores ao poder.

Finalmente, a quarta visão atribui ao processo de unificação européia associado às novas condições da competição intercapitalista a explicação para a onda de concertações sociais nos 90. Segundo Goetschy (2001), três são as razões principais que explicam os pactos sociais:

- O mercado único expõe as empresas e os países a uma competição mais acirrada, colocando a necessidade de reforço das condições de competitividade. Uma das condições é a redução dos custos salariais diretos e indiretos, bandeira que mobiliza governos e patronato;
- Desenvolvimentos ligados à unificação européia tornaram matéria de urgência a reforma dos sistemas de proteção social. Em jogo, a manutenção dos sistemas de previdência, saúde e seguro desemprego em função de um conjunto de fatores: o envelhecimento da população, os gastos com a exclusão social, as mudanças na estrutura da família, a redução das contribuições devido ao desemprego.

A criação de emprego, a baixa taxa de atividade e os altos níveis de desemprego, esse agravado no caso dos desempregados de longa duração e dos jovens, são os principais desafios, tanto no plano nacional como no comunitário. Os resultados alcançados pelas concertações nesses casos foram díspares. Alguns países obtiveram resultados positivos no combate ao desemprego, como Holanda e Irlanda, enquanto outros, como a Itália, não.

OS PACTOS SOCIAIS E A LÓGICA DA ADESÃO DOS ATORES

Examinando a mesma problemática, só que do ângulo da lógica da adesão dos atores às concertações, verificamos *estratégias convergentes movidas por razões distintas*.

O processo de negociação tripartite nos anos 90 tem reforçado o papel dos Estados Nacionais, embora isso possa soar paradoxal. As razões são relativamente simples. Os governos nacionais têm assumido um papel implícito no jogo de barganha. É dessa maneira que eles conseguem ganhar o controle sobre a determinação dos salários, mantendo-os num patamar compatível com a estabilidade monetária e as condições de competitividade das empresas. Ao mesmo tempo, os papéis de articulador e de negociador lhes permitem obter apoios entre os sindicatos para a realização de reformas no mercado de trabalho e nos próprios sistemas de proteção social.

As razões para a participação dos sindicatos estão ligadas à necessidade de evitar um alijamento dos processos de decisão relativos às reformas na regulação social. Certamente, o cálculo político dos sindicatos leva em conta as assimetrias de poder em relação ao capital. Nas palavras de Bordogna & Cella (1999):

Sindicatos têm endossado estes argumentos porque eles reafirmam o método de barganha, como aquele que oferece as mínimas condições de equidade e sobrevivência dos sindicatos como atores coletivos. Entretanto, os sindicatos teriam sido contrários se medidas similares tivessem sido introduzidas pelo Estado (citado em POCHET, 2001, p. 5).

Mesmo num quadro político desfavorável, a participação nas negociações tem levado os sindicatos a resultados por vezes mais favoráveis, indicando que a dimensão estratégica da ação coletiva tem influência sobre a dinâmica e os conteúdos das reformas em curso nas diferentes dimensões da regulação social.

Da óptica dos empresários, como sugerem os casos da Itália e da Irlanda, nem sempre uma estratégia de descentralização radical das negociações é considerada o melhor caminho. Dado o ambiente de grande incerteza, as negociações coordenadas trariam o benefício de garantir um grau de previsibilidade mínimo, sendo nesse sentido preferíveis à pura descentralização. Um segundo fator é a possibilidade de combinar graus de centralização das negociações com a implementação descentralizada no plano das empresas, garantindo graus razoáveis de autonomia às decisões locais.

Uma característica nova dos pactos sociais dos anos 90 é que seu êxito parece depender da construção de um consenso entre as partes envolvidas acerca das implicações da mudança do sistema de produção e a definição de preferências convergentes em relação à necessidade de manter a inflação e os juros baixos. Assim, haveria a necessidade de cultura compartilhada (*shared culture*) no lugar de um jogo típico de barganha, em que as considerações relativas às questões macroeconômicas de médio prazo seriam pouco consideradas dada a estabilidade do ambiente econômico.

Além disso, esse ambiente competitivo colocaria exigências de planejamento de longo prazo e a necessidade de provisão de bens públicos, como programas de treinamento, política industrial etc. Justamente, esses são alguns dos temas básicos negociados através das políticas de concertação nos diferentes países.

OS NOVOS CONTEÚDOS DA CONCERTAÇÃO NEOCORPORATIVA NA EUROPA: O DIFÍCIL COMPROMISSO ENTRE FLEXIBILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL

Os pactos sociais na Europa dos anos 90 têm sido organizados em torno de três temas principais. Primeiro, a introdução da disciplina salarial como adaptação ao novo contexto monetário. Em vários países houve desindexação entre salários e produtividade e uma indexação entre salários e competitividade (pagamento de parte variável do salário em função do desempenho).

O segundo tema é o da introdução de medidas de flexibilização do mercado de trabalho. Aqui, todavia, é preciso examinar com cautela esse movimento porque há diferentes combinações entre flexibilidade e coordenação (como vimos na seção anterior). A orientação favorável à flexibilização adotada pelos diferentes países vem acompanhada pela adoção de novos desenhos de políticas para o mercado de trabalho. São essas as chamadas políticas ativas de emprego e de treinamento vocacional, bem como medidas para rerregular formas atípicas de trabalho (como no caso da Holanda). A problemática da flexibilização do mercado de trabalho está dirigida para a busca de adaptação e transformação sob pressão da emergência de novas formas de emprego (*part-time*) e da difusão das tecnologias da informação.

O terceiro tema é o da reforma da proteção social. Aqui o interesse dos Estados Nacionais de cortar despesas para cumprir as metas de endividamento toleradas pela comunidade colocou o tema na mesa de negociação. Um exemplo bem-sucedido foi a reforma da previdência italiana, em 1995, favorecida pela concertação social de 1993.

No período mais recente, começou um movimento de ampliação da agenda dos pactos sociais, com a inclusão explícita de novos temas como a questão regional, a luta contra a exclusão social e a geração de empregos para jovens e trabalhadores em situação de desemprego de longa duração. Os exemplos das concertações da Itália e da Irlanda ilustram esse alargamento da agenda de negociação.

Ao mesmo tempo, há ausências emblemáticas nessa nova agenda da concertação. A mais evidente é a de políticas macroeconômicas de natureza keynesiana, que foram um traço marcante do ciclo anterior de pactos neocorporativos. Outros dois elementos-chave do período anterior, pleno emprego e crescimento dos benefícios através do avanço do Welfare State traduzido em maior proteção social, também desapare-

ceram. O elemento que permanece da “velha agenda” é o da moderação salarial, que é lido por alguns analistas como compressão salarial.

Como observa Carrieri (1999)

[...] diferentemente do passado não está em questão a gestão macroeconômica voltada para a busca do pleno emprego, mas sobretudo a criação de condições para implementar políticas microeconômicas eficazes. Este é o exemplo do modelo seguido na Itália no Patto per il Lavoro de setembro de 1996 (p. 4).

Diferentemente dos arranjos neocorporativos dos anos 60 e 70, as concertações dos anos 90 estão condicionadas por elementos novos: a maior interdependência entre as economias nacionais européias e a descentralização das negociações e das próprias políticas. O exame, mesmo superficial, mostra que a agenda de concertação nos diferentes países apresenta como traço comum a discussão de alguns temas: a flexibilidade das relações de trabalho, o maior grau de descentralização das negociações coletivas, a busca de formas de incentivo à geração de emprego, em particular entre os jovens, envolvendo a promoção de contratos atípicos de trabalho, o redimensionamento da proteção social etc. Tudo isso num contexto de rígidas metas de equilíbrio fiscal, definidas pelo Acordo de Maastricht, e de construção da unificação monetária européia.

Entre as principais modificações das concertações de segunda geração está a mudança na própria natureza da centralização das negociações coletivas. Na sua forma conhecida, a centralização das negociações entre os principais atores envolvidos era a instância privilegiada, cujos conteúdos reforçavam a padronização e a generalização das normas, que regulavam as relações entre capital e trabalho, deixando pouco espaço de ação para os níveis descentralizados. Essa situação começou a mudar já nos anos 80, quando houve movimentos consistentes no sentido da descentralização das negociações e de introdução de diferentes formas de flexibilidade (BAGLIONI, 1989).

Diante de fatores de pressão comuns, entretanto, encontramos uma relativa diversidade de respostas, como bem demonstra o recente trabalho de Regini (2000). Há pelo menos quatro formas de implementação do princípio da flexibilidade no mercado de trabalho, que vêm sendo acompanhadas por diferentes modalidades de negociações, que combinam mecanismos de centralização e descentralização das negociações coletivas, e reformas dos sistemas de proteção social. De qualquer maneira, fica a impressão de que alguns princípios novos têm servido de

referencial estruturante para a nova rodada de concertações. Ou seja, o princípio da flexibilidade do trabalho, a reforma do sistema de proteção e o maior peso das negociações descentralizadas, que tem levado ao maior envolvimento dos trabalhadores com a estratégia das empresas, parecem ser os elementos fundamentais em torno dos quais as concertações têm-se dado.

Para alguns autores (CARRIERI, 1999, REGINI, 1999), as concertações de segunda geração não chegam a reverter as tendências à descentralização e à introdução da flexibilidade. Na verdade, o que ocorre nos anos 90 é o reconhecimento de fato de ambas como princípios estruturais do novo referencial hegemônico no plano das relações industriais. As concertações procuram fixar certas regras e seus limites. Em grande medida, como mostram vários analistas (COMPSTON, 1999, REGINI, 1999), os novos pactos se distinguem em função de vários *mix* entre coordenação centralizada e descentralização desregulada, entre flexibilidade descoordenada e flexibilidade seletiva etc. Reconhecidos os critérios da descentralização e da flexibilidade como normas que balizam as alternativas concretas, há diferentes *outcomes* no plano nacional combinando algum grau de coordenação e maior autonomia de negociação no plano das empresas.

Talvez o exemplo mais interessante dessa nova geração de concertações seja o caso da Holanda, onde o pacto social já dura cerca de 18 anos. Nesse período, a economia holandesa obteve fortes incrementos de produtividade, de lucratividade e de investimentos, que permitiram a criação significativa de empregos. Na década de 1990, o desemprego passou de 6,4%, em 1990 para cerca de 3,3%, em 1999 (Outlook Employment, OCDE, 2000).

Entretanto, a experiência holandesa é muito interessante, não apenas pelos resultados econômicos alcançados, em especial na geração de emprego, mas também devido ao conteúdo da sua agenda, que inclui, além da moderação salarial, a redução da jornada de trabalho, o incentivo aos trabalhadores *part-time*, um redimensionamento do Welfare State menos drástico e a introdução de modificações no sistema fiscal.

Os próprios sindicatos foram favorecidos pela performance econômica positiva, conseguindo inverter a tendência à dessindicalização que já durava duas décadas. Outra consequência política positiva para os sindicatos foi a relegitimação frente à opinião pública como representante coletivo do mundo do trabalho, mesmo sem a pujança política de 20 anos atrás.

Esse exemplo e outros, como o italiano, sugerem que acordos bem-sucedidos, mesmo envolvendo uma agenda claramente orientada pelos temas da competitividade, maior flexibilidade no mercado de trabalho e geração de emprego, podem gerar benefícios políticos e ganhos institucionais para reverter ou amenizar os problemas de legitimidade de representação dos sindicatos. Nessas situações, os sindicatos têm fortes incentivos para participar de um jogo de soma variável, mesmo à custa de benefícios menores e de uma posição política menos expressiva.

AS PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS DE CONCERTAÇÃO FRENTE AOS DESAFIOS DA UNIFICAÇÃO EUROPÉIA

Nas avaliações sobre as perspectivas das políticas de concertação tendo em conta as características assumidas pelo processo de integração europeia, encontramos diferentes interpretações entre autores que enfatizam a dimensão nacional e outros que partem do plano comunitário para discutir os desdobramentos futuros dos pactos sociais.

Entre os autores que examinam o tema, a partir da dimensão nacional, encontramos duas posições estilizadas. Na primeira delas, representada pelos últimos trabalhos, Schmitter exprime um discreto pessimismo quanto ao futuro das políticas de concertação, mesmo admitindo seu caráter cíclico.

Segundo Schmitter & Streck (1991), há grande disparidade organizacional entre capital e trabalho, sendo esse um elemento estrutural desfavorável à consolidação de um eurocorporativismo. As dificuldades das tentativas de estabelecer uma lógica de concertação social no plano comunitário parecem reforçar a hipótese de Schmitter. É muito difícil construir uma agenda comum a partir das tradições, clivagens políticas e ideológicas dos sindicatos nacionais. Esses, além de muito distintos entre si, têm interesses diferentes e vivem situações econômicas díspares. Ao mesmo tempo, mais compactas, as associações empresariais têm buscado maximizar seus objetivos vinculados aos seus mercados, produtos etc., negociando separadamente, no nível nacional, com os sindicatos de trabalhadores. O resultado é um quadro pouco sólido em termos de concertações no âmbito europeu.

De qualquer modo, a concertação social, afirma Schmitter, dependerá da evolução do processo de unificação europeia, não porque o autor acredite numa espécie de eurocorporativismo (SCHMITTER & STREECK, 1991), mas sim pela necessidade dos Estados nacionais de se ajustarem à nova ordem construída desde Bruxelas.

Assim, o potencial de crescimento das políticas de concertação se daria “no esforço febril dos governos nacionais para se adaptarem às diretrizes do mercado único, aos padrões produtivos, profissionais, às normas jurídicas e aos critérios de convergência monetária” (SCHMITTER & GROTE, 1997, p. 211).

Nessa mesma linha de argumentação, seria possível que os interesses empresariais se movessem para as arenas supranacionais, reforçando a legitimidade das associações de interesse de nível europeu.¹ Esse movimento dependeria do reconhecimento pelas empresas da importância deste *locus* e da destinação de recursos a essas organizações, como contrapartida da melhoria na capacidade de implementação de políticas em âmbito comunitário.

Uma segunda visão defendida por Colin Crouch (1993) é mais otimista. Este autor acredita que o neocorporativismo seja capaz de fazer frente aos desafios colocados pelas novas identidades e pelos novos problemas relacionados ao contexto de globalização, liberalização econômica e criação de blocos regionais. O eventual reforço das práticas de concertação estaria apoiado na possibilidade de que esses arranjos oferecessem melhores condições de sustentação aos programas de reestruturação econômica. Neste sentido, Crouch sustenta que as redes de relações neocorporativas são instrumentos valiosos para criar confiança e segurança entre os trabalhadores, estabelecendo melhores condições de resposta às novidades e às mudanças introduzidas no mundo do trabalho.

Ainda assim persistiriam tensões e potenciais conflitos. Um deles é o conflito interno decorrente da discrepância entre as demandas sindicais provenientes dos setores expostos à concorrência com o exterior e daqueles “protegidos” (entre os quais, como de costume, estão a burocracia central e local e os serviços públicos). O maior risco é que esses conflitos cristalizem um jogo de soma de zero, quando esse deveria ser de geometria variável.

Diferentemente de Schmitter, Crouch considera que haveria perspectivas mais promissoras para o neocorporativismo também pela capacidade de adaptação e de aprendizado dos sindicatos, aquilo que o autor chamou da “via alemã”. A grande lição da estratégia dos sindicatos alemães é a negociação no âmbito dos conselhos de fábrica, que permite afastar os riscos de confrontação e de amplificação dos conflitos internos. Desta maneira, no caso alemão, os sindicatos têm contribuído para uma economia solidária e tutelada pelas instituições governamen-

tais. Embora essa estratégia propositiva não garanta de *per se* a renovação do neocorporativismo, cria condições bastante favoráveis, pelo lado dos sindicatos de trabalhadores. Faltaria, ainda, uma postura favorável das entidades patronais e uma ação do Estado com o mesmo objetivo, dependendo essa convergência da percepção de vantagens de uma estratégia concertada de parte desses dois atores.

Para além do debate sobre as possibilidades de uma variante de eurocorporativismo como estratégia política da construção europeia, dificilmente a manutenção e a institucionalização das concertações de segunda geração poderão prescindir daquilo que se chamou de “capacidade de transferência da lógica da concertação para o plano europeu”.

Entre os diferentes autores que discutem a problemática dos pactos sociais, tomando como *locus* privilegiado o nível europeu, há um consenso sólido quanto à necessidade de criar mecanismos de gestão dos conflitos sociais distributivos, como um dos requisitos para que haja coerência na estratégia econômica e social europeia. Ao lado do importante papel atribuído ao federalismo, esses autores enfatizam a necessidade de recriar no plano comunitário as capacidades políticas que os Estados Nacionais perderam em função da integração econômica.

Dessa perspectiva, três são as questões centrais na discussão sobre o futuro das concertações sociais na Europa. Qual a efetiva influência da unificação europeia sobre a consolidação dos pactos sociais nacionais? Quais as perspectivas de constituição de um pacto social em nível europeu? Qual a contribuição efetiva dos atuais pactos sociais para resolução do problema do desemprego?

A influência da integração europeia sobre as concertações é vista, principalmente, pelas metas rígidas de endividamento público estabelecidas pelo Tratado Maastrich, pela criação da moeda única e do Banco Central Europeu. Embora com frequência essa centralização dos instrumentos de política macroeconômica seja vista como prejudicial ao futuro das concertações sociais, há uma visão otimista que vê boas possibilidades de construir uma arquitetura institucional comunitária para sustentar um pacto social europeu.

Essa visão defendida por Pochet (1999) afirma que é possível desenhar uma via europeia de concertação tomando como referência a experiência alemã. Na Alemanha, há um processo de “sinalização” (*signalling process*) entre o Bundesbank e os sindicatos (especialmente o IGMetall), que permite a incorporação no cálculo de cada um deles das orientações adotadas pelo outro. Assim, os sindicatos levam em consideração

os objetivos macroeconômicos definidos pelo Bundesbank, enquanto este torna sua política mais flexível, se há uma orientação de moderação salarial nas negociações coletivas.

Como observa Pochet, a pesquisa acadêmica ignorou até recentemente o tema da interação entre as políticas monetárias, orçamentária e salarial. Duas questões emergiram dos estudos recentes (HALL, 1994; SOSKICE, 1997; IVERSEN, 1998). Qual o nível de descentralização/centralização das negociações coletivas que teria melhor resultado em termos de inflação e desemprego, considerando uma política monetária mais restrita? Quais os mecanismos de *signalling process* que serão adotados no plano europeu para coordenar as decisões macroeconômicas e as dos *partners* sociais?

Os desafios enfrentados por essa europeização da concertação social, inspirada na experiência alemã, que procura conciliar o caráter federativo da Europa unificada, a orientação macroeconômica adotada pelo Banco Central Europeu e a negociação coletiva, são de diferentes naturezas.

Primeiro, há desafios de natureza técnica. Quais os critérios para medir os ganhos de produtividade? Qual seria o indicador utilizado para definir aumentos salariais (custo unitário, níveis relativos de salários, um salário mínimo ou legal)?

Segundo, há os desafios de natureza estritamente política. Quem terá a responsabilidade de decidir? Como será feito o controle dessas decisões? Que tipo de referência salarial será adotada pelo Banco Central Europeu? Qual será o objetivo dos ganhos salariais nos diferentes países (o repasse integral ou uma fração dos ganhos de produtividade, a inflação ou parte dela)?

Terceiro, a ausência de mecanismos de coordenação no plano nacional, em alguns países como Inglaterra e França, também traz dificuldades para construção de uma concertação social europeia.

Dessa perspectiva, a tendência provável é o desenvolvimento de um processo desigual de criação de redes entre sindicatos em diferentes níveis (empresas, setorial, nacional), permitindo trocas de informações e negociações com os empresários, cujo movimento apontaria para uma europeização de geometria variável.

Na verdade, em grande medida os autores filiados ao paradigma neocorporativo como Pochet (2001) praticamente não problematizam a orientação econômica adotada no plano europeu. Reconhecendo

nuanças entre os autores, é possível dizer que os parâmetros da política macroeconômica não são incorporados na análise.

Diferentemente dessa visão, é possível identificar uma interpretação distinta dessa mesma problemática. Esta, embora concorde com o papel estratégico da dimensão européia, mostra-se mais cética quanto à possibilidade de construir um pacto social regional sem colocar em discussão a direção econômica impressa à unificação.

Como os pactos sociais podem ajudar a resolver o problema do desemprego? É possível crescer gerando empregos, seguindo a política de restrição seguida pela Banco Central Europeu?

Dado o paradigma dominante em termos de política econômica, centrado no controle de preços, dificilmente os pactos sociais poderão efetivamente combater o desemprego. Por quê? O diagnóstico econômico hegemônico estaria equivocado, ao colocar sua ênfase nos obstáculos trazidos pelas disfunções do mercado de trabalho. Em consequência as políticas de oferta preconizadas – programas de treinamento, reciclagem, de reinserção de jovens e desempregados de longa duração –, embora possam diminuir as taxas de desemprego, seriam incapazes de oferecer soluções adequadas para o problema do desemprego.

Haveria necessidade de inverter o diagnóstico. Os principais problemas dizem respeito à insuficiência de demanda, ou seja, o que falta é uma direção econômica que tenha como objetivo o pleno emprego. Portanto, mantidos os atuais parâmetros da política econômica européia, não haveria perspectivas de superação do quadro de desemprego.

Essa observação tem implicações sobre o tipo de condicionamento exercido pela unificação e pela instituição da moeda única sobre os pactos sociais nacionais e seu futuro. Diante da combinação entre elevado desemprego e fortes pressões para flexibilizar as relações industriais, as chances de os pactos sociais obterem êxito no combate ao desemprego são reduzidas. Em vez de aumento do emprego, haveria uma disputa entre os próprios trabalhadores, empregados ou desempregados, sobre como redistribuir o trabalho.

Portanto, as possibilidades de um pacto social europeu dependeriam de uma mudança na política macroeconômica a favor de uma estratégia baseada no pleno emprego e da transferência de competências em matéria fiscal e monetária para a esfera de Bruxelas. Noutras palavras, tratar-se-ia de dotar de suficiente autonomia o nível supranacional no

tocante a impostos, crédito e gastos, sem que isso significasse a substituição das prerrogativas fiscais dos Estados Nacionais.

Essa perspectiva supõe um apreciável grau de federalismo fiscal, que poderia servir de moeda de troca numa negociação com os sindicatos a favor de uma política de moderação salarial. Ao contrário dessa situação hipotética, os pactos sociais nacionais ao longo da década teriam servido para negociar uma transição marcada por uma direção econômica deflacionista, que teria acumulado tensões dentro do campo das organizações sindicais.

Dois caminhos parecem colocados como horizonte possível. Um pode consolidar os arranjos atuais, beneficiando os segmentos e categorias representados pelos sindicatos. Nesse caso, os custos maiores seriam do amplo contingente de trabalhadores “não representados”, que ficariam excluídos desses acordos. O segundo envolveria uma mudança na lógica da representação, com a tentativa de ampliação do papel dos sindicatos para incorporar os que hoje não estão representados. Aqui, as concertações poderiam ser um instrumento potencial para ampliar a própria representação das organizações sindicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, os vaticínios feitos sobre o caso do neocorporativismo e das políticas de concertação, elaborados nos anos 80, mostraram-se equivocados, embora as condições econômicas, tecnológicas e políticas dos anos 90 sejam significativamente diferentes daquelas vigentes nos 20 anos anteriores.

A nova onda de concertações sociais dos anos 90 reflete a busca de “soluções de compromisso” em torno de exigências contraditórias. De um lado, a necessidade de introduzir reformas voltadas para desregularizar, flexibilizar relações contratuais, reduzir o Welfare State (REGINI, 2000) e, de outro, a necessidade de criar fortes apoios, cooperação e compromisso social para aumentar a competitividade no mercado internacional.

O renascimento da concertação social e sua afirmação em países sem tradição de arranjos corporativos devem ser vistos com prudência, porque existem modificações significativas na arquitetura institucional e nos conteúdos substantivos da negociação entre Estado, organizações empresariais e sindicatos. De maneira breve, em termos da arquitetura institucional, a forte centralização da negociação coletiva vem dando

lugar a uma combinação de controle centralizado com autonomia de acordos em níveis descentralizados. Quanto aos conteúdos, embora a política de rendas seja um elemento central, os acordos em vários países têm dado sustentação a reformas, cujos objetivos são, por exemplo, a flexibilidade seletiva e a introdução de contratos de trabalho em tempo parcial.

A interlocução social mantém-se, mas num quadro político menos favorável aos sindicatos e aos partidos social-democratas. Além de fortemente condicionada pela pressão e pelo aprofundamento das medidas de liberalização, a interlocução enfrenta as ameaças das organizações patronais de abandonarem a concertação.

O exame dos argumentos presentes na literatura indica a concordância dos autores em relação às principais *issues* das quais dependeriam o futuro das concertações sociais. As maiores dificuldades à estabilidade desses arranjos estão colocadas tanto no plano comunitário quanto nos espaços nacionais.

As perspectivas da consolidação de políticas concertadas estão vinculadas à cena europeia. Diversos autores (SCHMITTER & GROTE, 1997, STREECK & CROUCH, 1997, VISSER, 2000, VATTA, 1998) têm insistido que a evolução da problemática econômica e social no âmbito europeu jogará um peso preponderante sobre o jogo estratégico dos atores sociais. De um lado, pela possibilidade de construção de uma agenda pró-concertação, capaz de expressar uma espécie de “mínimo denominador comum” das diferentes problemáticas nacionais. De outro, pelos reconhecidos obstáculos à ação coletiva, existentes no plano comunitário. A atuação conjunta dos sindicatos tem esbarrado na heterogeneidade de interesses presentes no campo sindical e nas especificidades das situações nacionais nas questões relativas ao mundo do trabalho.

Outra *issue* diz respeito aos problemas estruturais vividos pelas organizações sindicais, a diminuição do seu poder de mobilização, o relativo decréscimo nos níveis de sindicalização e a redução do seu poder político no contexto da globalização capitalista. Alguns desses problemas estão atenuados nos casos em que foi possível construir pactos sociais e em que os sindicatos não se enfraqueceram muito.

Ao mesmo tempo, é possível recolher na literatura recente vários argumentos favoráveis à possibilidade de consolidação das concertações de segunda geração. Alguns deles nos parecem particularmente relevantes numa discussão sobre o futuro das concertações. Primeiro, no caso

européu há fortes razões ligadas a fatores estruturais favoráveis à manutenção das políticas de concertação social. As exigências de incorporação à Europa Unificada parecem beneficiar políticas de concertação de rendas, inclusive pela necessidade de adequação aos limites de endividamento público, taxa de inflação etc., impostos pelo acordo de Maastricht.

Segundo, parece haver um interesse dos governos nacionais em gerir os desafios da integração europeia e da competição internacional de maneira concertada, até como forma de “administrar tensões sociais” num contexto de redução do seu raio de ação em virtude das mudanças trazidas pela unificação monetária.

Terceiro, de alguma maneira a segunda geração de concertações trouxe um novo alento à representação empresarial e sindical, mesmo que sem o vigor e a centralidade de décadas anteriores. Ligado a esse terceiro aspecto, tem sido observado um processo cumulativo de afirmação de uma lógica de ação coletiva voltada para concertação, responsável pela difusão de estratégias mais pragmáticas e cooperativas.

Finalmente, o quinto e o mais crítico dos fatores positivos para a consolidação futura da concertação social é o sucesso das políticas de concertação. Ele serve de estímulo para sua reiteração. Nos casos bem-sucedidos da Irlanda e da Holanda, os resultados alcançados pelas políticas de concertação tiveram esses benefícios.

Cabe aqui reter a advertência feita por aqueles analistas que têm insistido no caráter conjuntural das concertações sociais, movidas por objetivos imediatos de enfrentar crises ou de reduzir taxas de inflação e não pautadas por objetivos de crescimento econômico. Carrieri (1999) dá como exemplo desse caráter conjuntural o pacto social firmado na Itália em 1993, durante o governo Ciampi. A concertação foi construída como estratégia para superar uma situação emergencial e dar estabilidade ao sistema econômico. Neste caso, foram as necessidades de curto-prazo que moveram os atores e o governo na direção da concertação e não objetivos de longo prazo, como seria a definição de uma estratégia econômica de crescimento e aumento do emprego.

Ainda nessa linha de argumentação, as políticas de concertação prosperaram mais em países em que os riscos de soluções pró-desregulamentação eram grandes. Nesses países, a concertação social significou a adoção de estratégias do tipo “win-win”, que auxiliaram na gestão da assimetria entre capital e trabalho e contribuíram para regu-

lar a descentralização das negociações coletivas e a flexibilização das relações industriais.

Para concluir, esse trabalho também permite identificar um conjunto de desafios comuns aos países europeus em que há algum tipo de concertação social.

Primeiro, o futuro das concertações sociais dependerá muito dos resultados dessas políticas em relação ao crescimento econômico e ao combate ao desemprego.

Segundo, há uma inequívoca tensão no plano da representação dos interesses dos trabalhadores entre os setores mais bem organizados, com maior capacidade de negociação com os empresários, inseridos no mercado formal, com direitos sociais amparados na legislação, e os demais segmentos de trabalhadores com contratos atípicos, autônomos e desempregados. Esse problema parece crescer em função da forte mudança estrutural no mercado de trabalho, que tem levado à redução do emprego formal e ao crescimento das ocupações informais e precárias.

Terceiro, embora visto como um argumento “conservador” há, sim, o risco de que possa prevalecer uma situação de ruptura interna ao mundo do trabalho. Esse seria o cenário no caso da construção de coalizões no nível das empresas e de setores numa perspectiva próxima àquela definida por Streeck (1992) como uma “concertação pela competitividade”.

Em qualquer dos cenários esboçados acima, a lógica da ação coletiva e as instituições farão a diferença, arbitrando perdas e benefícios e tornando concretos os efeitos das tendências gerais tanto da unificação europeia quanto daquelas da reestruturação capitalista.

ABSTRACT

This study aims at assessing the discussions of current tendencies and future perspectives of the experiences of social concertations that took place in the 1990s, within the framework of the European integration. On the one hand, it shows that these experiences have very distinct characteristics of the social concertations of the 1970s, being their dynamics and content heavily marked by the European integration, as well as by economic, technological and political aspects of the process of capitalist restructuring. On the other hand, it is argued that the possibilities of consolidation of the new experiences of concertation depend on a virtuous process of institutional building, able to articulate the diversified national practices in an arrangement favorable

to social concertation in an European scale, with a economic strategy oriented towards toward economic growth with job generation.

Keywords: *corporatism; collective bargaining; social concertation; Europa.*

REFERÊNCIAS

- AUST, A. The Celtic Tiger and its Beneficiaries: competitive corporatism in Ireland. Manheim. (Working Paper), 1999.
- BAGLIONI, G. *Le Relazioni industriali in Italia e in Europa negli anni '80*. Roma: Eduzioni Lavoro, 1989.
- BORDOGNA, L.; CELLA, G. P. Admission, exclusion, correction. The changing role of the state in industrial relations. *Dipartimento di Studi Sociale*, Facoltà di Economia, Università degli Studi di Brescia. (Working Papers), 1999.
- CARRIERI, M. Concertazione e regolazione della flessibilità. *Europa/ Europe*, Istituto Gramsci, Roma, 1999.
- COMPSTON, H. Union power, policy making, and unemployment in Western Europe: 1972-1993. *Comparative Political Studies*, v. 30, n. 6, p. 732-752, Dec. 1997.
- COMPSTON, H. *Policy Concertation in Western Europe: a comparative analysis*. ECPR Joint Sessions, Mannheim, 1999.
- CROUCH, C. *Industrial Relations and the European State Tradition*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- GOETSCHY, J. Union européenne et pactes sociaux nationaux: emploi et protection sociale à l'épreuve de la regulation conjointe. In: POCHET, P.; FAJERTAG, G. (Dir.) *La Nouvelle Dynamique des Pactes Sociaux en Europe*. P.I.E.- Peter Lang: Bruxelles, 2001. p. 41-60.
- HALL, P. Central Bank Independence and Coordinated wage bargaining: their interaction in Germany and Europe, *German Politics and Society*, autumn, 31, 1-23, 1994.
- HEMERIJCK, A. C. Corporatism immobility in the Netherlands. In: CROUCH, Colin; TRAXLER, Franz (Ed.). *Organized Industrial Relations in Europe, what future?* Aldershot: Avebury, 1995. p. 183-226.
- IVERSEN, T. Power, Flexibility and the Breakdown of Centralized Wage Bargaining- Denmark and Sweden in Comparative Perspective, *Comparative Politics*, no. 4, p. 399-435, 1996.

LASH, S.; URRY, J. *The end of organized capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1987.

NEGRELLI, S. Les pactes sociaux en Italie et en Europe: stratégies et structures similaires, expériences et modèles nationaux différents. In: POCHET, P.; FAJERTAG, G. (Dir.) *La Nouvelle Dynamique des Pactes Sociaux en Europe*. P.I.E. - Peter Lang: Bruxelles, 2001. p. 87-116.

OCDE. Etudes économiques de l' OCDE, Irlande, Paris, 1998.

OCDE. Outlook employment de l' OCDE, Paris, 2000.

PIZZORNO, A. I problemi del consociativismo. In: LE RADICI della politica assoluta ed altri saggi. Milano: Feltrinelli, 1993.

POCHET, P. Union monétaire et négociations collectives en Europe. Philippe. Pochet (Ed.). P.I.E-Peter Lang: Bruxelles, 1999.

POCHET, P.; FAJERTAG, G. Une ère nouvelle pour les pactes sociaux en europe. In: POCHET, P.; FAJERTAG, G. (Dir.). *La Nouvelle Dynamique des Pactes Sociaux en Europe*. P.I.E. - Peter Lang: Bruxelles, 2001. p. 9-40.

REGINI, M. Still Engaging in Corporatism? Some lessons from the recent Italian experience of concertation. Paper presented at the 8th International Conference on Socio-Economics, Session on Globalization and the Future of Corporatism. Geneva, 12-14 July, 1996.

REGINI, M. L' Europa fra de-regolazione e patti sociali. *Stato ed Mercato*, Bologna, Il Mulino, n. 55, p.3-32, Apr., 1999.

REGINI, M. Between Deregulation and Social Pacts: The Responses of European Economies to Globalization. *Politics & Society*, v. 28, p. 5-34, Mar., 2000.

RICCIARDI, M. *Le Relazioni Sindicali negli anni della concertazione*. Bologna: Clueb, 1999.

SCHMID, G. The Dutch employment miracle? A comparison of employment systems in the Netherlands and Germany, Berlin, Social Science Research Center. (Working Paper), 1997.

SCHMITTER, P. C.; STREECK, W. From national corporatism to transnational pluralism. *Politics and Society*, v. 19, n. 2, p. 133-164, 1991.

SCHMITTER, P., GROTE, J. Sisifo corporatista:passato, presente e futuro. *Stato ed Mercato*, Bologna, Il Mulino, n. 50, p. 183-215, 1997.

SOSKICE, D. The future political economy of EMU. Rethinking the effects of monetary integration on Europe. Berlin: Wissenschaftszentrum, 1997.

STREECK, W. *Social Institutions and Economic Performance*. Studies of Industrial Relations in Advanced Capitalist Economies. London: Sage Publications, 1992.

CROUCH, C.; STREECK, W. (Org.). *Les Capitalismes en Europe*. Paris: La Découverte, 1997.

TAPIA, J. R. B.; ARAÚJO, A. M. C. Corporativismo e Neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 32, p. 3-30, 2. semestre, 1991.

THERBORN, G. Does corporatism really matter? The economic crisis and issues of political theory. *Journal of Public Policy*, 7, p. 259-284, 1987.

THERBORN, G., & ROEBROEK, J. The irreversible Welfare State: Its recent maturation, its encounter with the economic crisis, and its future prospects. *International Journal of Health Services*, 16, p. 319-338, 1986.

TRAXLER, F. Farewell to Labour Market Associations? Organized versus Disorganized Decentralization as a Map for Industrial Relations. In: CROUCH, C.; TRAXLER, E. (Ed.). *Organized Industrial Relations in Europe: What Future?* Aldershot, UK: Avebury, 1995.

VAN DER HEIJDEN, P. The Flexibilisation of Working Life in the Netherlands. Amsterdam. (Working Paper), 1998.

VATTA, A. Neocorporativismo na Europa: desenvolvimentos recentes e perspectivas para o futuro. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná. números 10-11, pp. 154-179, 1998.

VISSER, J. *Two Cheers for Corporatism, One for the Market*. Industrial Relations, Unions, and Labour Markets in the Netherlands. Typescript, Max Planck Institut für Gesellschaftsforschung, 1996.

VISSER, J. *From Keynesianism to the third Way*. labour relations and social policy in Europe from 1950-2000. www.uva.nl/aias/publicaties, 2000.

WINDOLF, P. Productivity coalitions and the future of European corporatism. *Industrial Relations*, v. 28, n. 1, p. 1-20, 1989.

NOTAS

- 1 As organizações de cúpula europeias são a UNICE (Union of Industrial and Employers' Confederations of Europe), criada em 1958 para a indústria, sendo posteriormente criadas outras entidades como o CEEP (Centro Europeu das Empresas Públicas), a Eurocâmara e a Round Table Européia. Do lado do mundo do trabalho, a ETUC (European Trade Union Confederation) fundada, em 1973, para representar os trabalhadores.

A (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E TRADIÇÕES:
O RURAL COMO TEMA E CENÁRIO**

O trabalho analisa o modo pelo qual o rural coloca-se como suporte de um imaginário e de práticas de realocização na atualidade, tornando-se substrato para a (re)construção de novas configurações e identidades socioespaciais. Os dados empíricos foram obtidos mediante observação participante e entrevistas semidirigidas realizadas em distritos rurais de dois municípios da região central do Rio Grande do Sul. A partir do exame de festas e espetáculos que tematizam e têm o rural como cenário, verificou-se como estas localidades rurais combinam, a partir de suas matrizes simbólicas, elementos advindos dos fluxos globais. Pode-se perceber como a dinâmica destes processos de (re)construção das identidades coletivas apóia-se na história e na tradição, que são reelaboradas conforme os interesses do presente.

Palavras-chave: identidades coletivas; ruralidade; pós-modernidade.

* Professor do Departamento e do Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria - RS. Membro do GP Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Rural (www.ufsm.br/developimentorural). Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. jmfroe@smail.ufsm.br

** Uma versão deste trabalho foi apresentada no GT *Diversidad Cultural Rural* do VI Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología Rural - ALASRU, em novembro de 2002.

INTRODUÇÃO: A RURALIDADE NA PÓS-MODERNIDADE

Identifica-se como característica da contemporaneidade não apenas a mobilidade espacial, mas, sobretudo, a simbólica que se expressa pela capacidade do indivíduo de mover-se entre vários universos culturais em diferentes escalas espaço-temporais, e de lidar com um amplo repertório de material simbólico – matéria-prima para a construção ou redefinição de identidades sociais. A coexistência desses diferentes códigos simbólicos – em um mesmo grupo, indivíduo ou localidade – distingue o cenário social das sociedades contemporâneas. Os indivíduos não pertencem mais a um só grupo ou localidade e, portanto, não têm mais uma única identidade distintiva e coerente. As identidades construídas e permeadas pela lógica cultural pós-moderna¹ são híbridas, maleáveis e multiculturais (CANCLINI, 1995). E, como as possibilidades tecnológicas e sociais de nossa época possibilitam aos indivíduos e aos grupos intervir em escalas territoriais múltiplas, esta construção identitária acaba por internalizar, muitas vezes, as contradições (ou os paradoxos) entre as diversas escalas de “pertencimento”.

Portanto, hoje já não seria mais possível pensar o mundo ou o espaço rural sem admitir que um mesmo espaço é sempre um espaço plural, onde há diferentes formas de se afiliar ou se identificar com um território (seja através da produção, do emprego, da ocupação, do patrimônio, da residência, da residência secundária, do lazer, do turismo). Esta ausência de identificação “imutável” de um grupo com um espaço conforma a chamada “desterritorialização”.² Todavia, este fenômeno não anula a referência espacial, antes instaura uma forma de concorrência entre espaços locais ou regionais que devem e se tornam “jogadores” dentro de uma série de “jogos” sociopolíticos e socioeconômicos, fazendo valer suas potencialidades, em que as heranças ecológica, cultural, paisagística, social, ambiental acabam constituindo a diferença valorizada. E, embora estes processos toquem também ao urbano, às pequenas cidades, o mundo rural tornou-se predisposto atualmente a constituir o pólo do passado histórico, da herança, dos valores seguros, da sociabilidade convivial; em suma, a constituir o apoio dum imaginário e de práticas de relocalização (MORMONT, 1996).³

Nesse sentido, a noção de “ruralidade” pode ser pensada como um conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão do mundo que orienta práticas sociais distintas em ambientes culturais heterogêneos. O rural não pode ser interpretado, portanto, apenas como a penetração do urbano-industrial naquilo que se definia conven-

cionalmente como rural, mas igualmente pelo consumo – realizado pela sociedade urbano-industrial – de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais reconhecidos como próprios do dito mundo rural. Assim, a ruralidade pode ser vista como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos das culturas locais com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implicaria um movimento bidirecional no qual se pode identificar, de um lado, a reapropriação de elementos das culturas locais a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos, e, no sentido inverso, a apropriação pelos urbanos de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição das culturas locais, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar as sociabilidades e reforçar os vínculos com a dimensão local (CARNEIRO, 1998; FROEHLICH, 1999, 2002).

Os dados que baseiam este trabalho foram obtidos em pesquisa realizada em São Valentim, distrito de Santa Maria, e Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine, municípios situados na região central do estado do Rio Grande do Sul.

(RE)CONSTRUINDO A TRADIÇÃO E A IDENTIDADE: SÃO VALENTIM E A FESTA COMO ESTRATÉGIA

São Valentim é um distrito recente, criado em 1997, a partir de um reordenamento administrativo-territorial efetuado pelo município de Santa Maria, que havia perdido áreas para outros municípios recém-emancipados. Relativamente próximo do centro urbano da sede municipal (aproximadamente 15 quilômetros), São Valentim conta com cerca de 483 habitantes e uma área de 126km², quase toda ela plana, em que se destacam a produção de arroz e a pecuária bovina. A novidade recente, em termos de ocupação territorial, é o fato de que as pequenas propriedades rurais vêm sendo transformadas em sítios de lazer e chácaras de fins de semana ou segunda residência, muitas adquiridas por profissionais urbanos (em geral aposentados) de Santa Maria.

A presença crescente de novos moradores na área do atual distrito levou a uma maior diversidade social (demográfica e ocupacional) da população residente e trouxe novas demandas, que se somaram às dos antigos moradores. Uma certa convergência de interesses, capitaneada pelo “pertencimento” a um mesmo território, foi o ponto de partida para a fundação de uma associação comunitária, reunindo os antigos moradores locais e os recém-chegados. Não obstante sua expressiva

heterogeneidade social, esta associação contribuiu decisivamente para a própria criação do distrito e para a expressão política de reivindicações locais diversas. Dentre os anseios do novo distrito estava uma busca pela visibilidade e reconhecimento, o que carregaria também maior capital político para as reivindicações locais. E, neste sentido, em 1999, a Associação Comunitária dos Moradores das Colônias Conceição e Toniolo tomou uma importante iniciativa: promover a *I Festa dos Carreiros de São Valentim*, na sede do distrito.⁴ A divulgação foi ampla nos meios urbanos, recorrendo-se a jornais, rádios e à farta distribuição de folhetos e cartazes.

O cartaz produzido para divulgar a festa traz uma série de elementos interessantes à nossa análise: ilustrando o cartaz, em grande destaque, aparece a imagem em preto-e-branco de uma velha carreta de bois, cuidadosamente “adornada” com antigos utensílios de trabalho ou de cozinha (machado, panela de ferro), colocada em frente a um velho galpão – que não se sabe se é um estábulo para bois ou a própria moradia do “velho carreiro”.⁵ No lado direito, nota-se a figura de um violeiro sentado sob o alpendre do galpão, deixando o primeiro plano para a carreta, mas ali contrastando com sua postura tão lúdica com a rusticidade, simplicidade e modéstia evocadas (deliberadamente) pelo ambiente retratado. A imagem produzida e reproduzida para o cartaz simula uma situação “histórica” que, convenientemente, é a devida ilustração da temática que se está querendo abordar por uma perspectiva do presente: a vida dos antigos carreiros agora rememorada em festa e espetáculo e, portanto, capaz de destilar atração e instilar interesse a um público amplo. O sentido que se depreende é que, nos possíveis intervalos de uma vida dura de trabalho e de pouco conforto, o carreiro também encontraria tempo para a arte – mas esta é, certamente, uma narrativa que reconstrói o passado com os olhos e interesses do presente: a promoção de uma “Festa dos Carreiros”. E, neste intuito, os elementos que aludem a uma possível vida de durezas e, talvez, privações, são então reelaborados, alegoricamente, em simplicidade e rusticidade, atributos (ora positivados) deste “personagem” histórico e de sua vida campestre.

Na verdade, os mencionados atributos são bastante valorizados socialmente hoje dentro da lógica cultural contemporânea – por isso, a tentativa estratégica de representá-los, em busca do “despertar da atenção” para o cartaz e sua proposta –, e o rural e as pessoas e coisas do campo constituem-se no substrato depositário de sentido para estes atributos. De modo geral, os atributos de autenticidade, rusticidade,

simplicidade, que costumam qualificar a sociabilidade do mundo rural, advêm de uma idealização historicamente recorrente que o associa a uma vida mais próxima da “natureza”,⁶ e não se pode deixar de lembrar que estes eram aspectos que a modernização tratava de desvalorizar em favor do artifício e do artefato.⁷

Efetivamente a idéia-tema da festa e a estratégia para divulgá-la parecem ter sido bem-sucedidas, pois a I Festa teve grande afluência de público (local e urbano) que, atendendo ao apelo, participou dela e/ou assistiu à grande variedade de atrações, destacando-se os jogos campeiros, a missa crioula, o acampamento gaúcho e a I Carreteada da Canção Nativa de São Valentim, evento integrante, mas paralelo à festa, realizado à noite, consistindo num festival de declamação de poesias “nativas”.⁸

Para dar materialidade ao símbolo principal da idéia-tema da festa, foi construída uma carreta inteiramente nova, especialmente para figurar no evento como atração de destaque. Contrastando com a velha carreta que aparecia no cartaz de propaganda, e que evocava a dureza do trabalho e do cotidiano, a carreta-monumento tinha por função aludir somente ao âmbito da curiosidade histórica e do espetáculo, abstraindo qualquer dimensão de “necessidade” e de “labor” inerentes ao objeto enquanto instrumento de trabalho e transporte de um dado agrupamento social, os carreteiros de outrora. O que era objeto de trabalho e transporte – artefato de utilidade – transfigura-se em signo materializado de “reverência histórica”, numa narrativa que (re)constrói a história e a tradição, criando o seu próprio (e novo) original: a “velha carreta” é nova e serve para, didaticamente, referenciar a narrativa e aludir ao espetáculo. Pode-se dizer que a carreta foi construída para a festa como se fosse uma peça de museu representativa de um tempo já superado totalmente: o que importa não é a peça em si, paradoxalmente nova, mas sim a representação que ela evoca de um tempo presumivelmente pretérito; o tempo aí evocado é que adquire o estatuto de peça de museu. A reinvenção da tradição pelos propósitos do presente se dá elidindo neste “resgate” alguns elementos e realçando outros, e, inclusive, fabricando o “antigo” com a tecnologia “moderna”.

Uma peculiar composição estética entre o “moderno” e o “tradicional” também se fez presente na I Carreteada da Canção Nativa de São Valentim, o concurso de declamação poética com temática “nativista”. Na decoração do palco deste evento integrante da Festa dos Carreteiros, as aparelhagens elétricas para desempenho sonoro e musical (microfone, caixas de som, equalizadores) apareciam distribuídas em meio

a diversos objetos antigos, em geral utensílios de trabalho. Podia-se ver ali, entre várias coisas: panelas, bules, chaleira e çáçarola de ferro, ferros de passar à brasa, pilão, balaio, baú, serrote, boleadeiras, velhos laços de couro, uma antiga máquina de costura, uma canga de bois.⁹ O que parecia realmente unificar todos estes objetos com a temática da Festa e do Festival de declamação era a sua dimensão supostamente arcaica. Por serem “antigos”, estariam a remeter ao tempo próprio do personagem-tema da Festa, o carreteiro, supostamente figura de outro tempo, e à sua vida rural, e mesmo ao rural em geral, considerado, nesta narrativa, o relicário da “tradição”.

No item 1 do *Regulamento* da Carreteada da Canção – “Das finalidades e objetivos” –, podia-se ler o que segue:

§ 1º - Manter viva a tradição do distrito de São Valentim, verdadeiro pouso de carreteiros, onde os fogos de acampamento semeavam cultura nas vastidões das noites pampeanas, *como pirilampus tentando fugir da roda-viva do progresso*.

§ 2º - Estimular os talentos locais para que, através do canto e da poesia, tragam de volta, pela estrada do tempo, a figura do carreteiro.

§ 3º - Chamar a atenção da comunidade em geral para a necessidade de cultivar as raízes, sob pena de perder seus verdadeiros referenciais (grifo nosso).

Também aqui a afirmação de que os antigos carreteiros tentavam “fugir da roda-viva do progresso” parece ser uma inferência que só ganha sentido na narrativa contemporânea que os está tematizando – em festa, em declamação poética –, pois é esta que está estrategicamente tentando espetacularizar sua condição social. Esta condição social passa a se constituir em um referencial de autenticidade histórica, conformando uma possível “tradição” e, assim, um suporte para uma construção contemporânea de identidade coletiva. Nesse processo, a narrativa histórica reelabora e integra os fatos com a perspectiva e objetivos do presente. Ainda na “Apresentação” do *Regulamento* da Carreteada da Canção, a Comissão Organizadora expunha que: “Este festival nasce do anseio que temos em preservar o espírito dos nossos antepassados, OS CARRETEIROS, que cruzaram este chão, formando vilarejos onde muitos tornaram-se cidades.”

Este “anseio” ampliou-se em uma rede narrativa que, ao ser tecida, envolveu inclusive a escola do distrito (Escola Núcleo José Paim de

Oliveira – Primeiro Grau Incompleto). Como trabalho didático em aula e extraclasse, professores e alunos montaram, a partir da temática dos carreteiros de São Valentim, um “mural ilustrado”, intitulado prolixamente: “Resgate histórico de uma comunidade rural – com o objetivo de melhor conhecer as origens históricas de nossa comunidade, dentro do tema ‘As carreteadas de nossa região’, entrevistamos e visitamos algumas famílias.” O referido mural esteve exposto durante os dias da Festa dos Carreteiros como atração e verdadeira “ilustração” para os visitantes.¹⁰

A confecção do mural centrou-se principalmente num resgate genealógico das famílias da região que tiveram algum tipo de envolvimento com o ofício de carreteiro e na exposição de fotos antigas – e algumas atuais – de membros e grupos de membros destas famílias. Na base do mural depositou-se, para venda como *souvenirs*, uma série de produtos artesanais feitos por moradores do distrito, e que tematizavam igualmente a “epopéia carreteira” e a “tradição típica” de São Valentim. Tais *souvenirs* são exemplares perfeitos do que Stewart (1993) chama de objetos gerados por meio da narrativa, pois sua produção se dá vinculada ao sentido previamente estabelecido na trama narrativa aos mesmos. É a tessitura da narrativa que cria um sentido particular para tais objetos funcionarem então como *souvenirs*, ou seja, “lembrancinhas” que evocam um lugar ou evento especial que se deseja recordar e difundir. No caso da Festa dos Carreteiros de São Valentim: réplicas de carretas miniaturizadas em diversos tamanhos, réplicas em miniatura de cangas de boi, bonecas de palha de milho etc.

Mas, dentre as diversas atrações da Festa dos Carreteiros, os jogos “campeiros” foram o ponto alto do evento, devido à ampla participação e interesse que despertaram.¹¹ Apesar do designativo de “campeiros”, o que caracterizou mesmo as competições e jogos realizados foi o seu caráter burlesco (no sentido de comicidade) e inusitado (não usual, extraordinário), ambos elementos capazes de provocar curiosidade e interesse. As inscrições aos jogos eram abertas a equipes que deviam ter no mínimo dez e no máximo 15 integrantes.¹² Curiosamente, nenhum destes Jogos Campeiros pode ser considerado como originário ou “típico” da região abarcada pelo distrito de São Valentim. No entanto, como a temática da festa aludia à vida rural, buscaram-se, ao que parece, alguns jogos já há muito presentes numa genérica tradição rural (festas juninas, por exemplo), agregando-se um componente pitoresco ou jocoso, quando já não o tinham, para apimentar a disputa e o interesse do público. Este componente burlesco está especialmente

presente nos jogos do Pau de Sebo, no Porco Engraxado, no Cabo de Guerra com Sovéu e também no Futebol de Bombacha. Este último parece bem exemplificar que o interesse era mais despertar a curiosidade pelo inusitado do que manter uma aura de “autenticidade” no resgate de jogos inseridos em uma dada “tradição rural”: mescla-se, assim, sem muitos pudores, o antigo, travestido de “tradicional”, com modificações do tempo presente, tendo o “tradicional” como substrato para a introdução das inovações (o que possibilita gerar um composto eclético e sujeito a muitas variações, conforme a criatividade aplicada).

A Festa dos Carreiros, portanto, em suas diversas atrações, pode ser vista como o coroamento de uma estratégia que busca, na reativação da sociabilidade e no resgate de elementos históricos locais, a reinvenção espetacularizada de uma “tradição” capaz de alimentar a conformação de uma identidade coletiva para os moradores daquele território, recém-tornado distrito. E, nessa estratégia, os elementos lúdicos e de espetacularização da temática presentes na festa reinventam a “autenticidade” histórica para agregar valor, amalgamar um discurso identitário, resgatar e incorporar, numa nova configuração, costumes, hábitos e sociabilidades: a “tradição” rural dos carreiros torna-se o substrato para a construção da identidade socioespacial do distrito de São Valentim.¹³

O FESTIVAL DE INVERNO DE VALE VÊNETO: O RURAL COMO CENÁRIO

Vale Vêneto, segundo distrito do município de São João do Polêsine, conta atualmente com 742 habitantes e localiza-se a cerca de 40 quilômetros de Santa Maria, encravando-se quase ao sopé de montanhas que medem aproximadamente de 400 a 500 metros de altura – nos contrafortes da Serra Geral –, numa paisagem de grandes contrastes geofísicos. A fundação da colônia italiana de Vale Vêneto se processou no decorrer do ano de 1878, e todos os imigrantes pioneiros eram procedentes da região vêneta, província de Treviso, no norte da Itália. Vale Vêneto, portanto, desde sua ocupação e em função da origem de seus colonizadores, sempre apresentou um histórico de culto à tradição e à identidade étnicas. Nesta localidade vem-se realizando, desde 1985, o Festival de Inverno da UFSM, conjugado à Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto.¹⁴

Embora a chamada de divulgação sempre tenha sido feita para a realização de dois eventos paralelos (o Festival de Música e a Semana Cultu-

ral Italiana), na verdade, o entrosamento da proposta fez com que, ao longo dos anos, o conjunto das atrações se tornasse bem mais conhecido apenas por Festival de Inverno de Vale Vêneto, que abarca uma parte acadêmica – com as oficinas de ensino e apresentações mais eruditas de música, os intercâmbios institucionais de alunos e professores – e uma parte vinculada à cultura italiana, com sua gastronomia, artesanato, jogos, danças e espetáculos folclóricos diversos. Nas últimas edições do Festival, mais de cinco mil pessoas circularam por Vale Vêneto durante a semana do evento.

Esta ampla circulação de pessoas que traz o Festival faz com que o vale adquira um certo ar cosmopolita nos dias do evento, uma manifestação do fluxo “global” no âmbito “local”, possibilitado pela compressão espaço-temporal e pela busca valorizada de sociabilidade convivial que nossa época credita aos pequenos povoados, aos lugarejos, ao rural hipostasiado em natureza e símbolo de tranqüilidade e acolhimento. Vale Vêneto tornou-se, assim, um lugar propenso a corresponder aos anseios dessa busca bucólica – “pequeno”, “sossegado”, “bonito” – e o cenário se completa ainda mais pelo intenso consumo cultural encerrado nas atrações da Semana Italiana e no Festival de Música, este então produzindo vivas imagens do que se poderia chamar de neo-arcadismo pós-moderno (FROEHLICH, 2002).

A trajetória dos 15 anos do Festival de Inverno de Vale Vêneto, ancorada em sua dimensão territorial, mas principalmente cultural, propiciou a criação de uma série de atividades econômicas novas no âmbito do distrito. Atividades constituídas não só por produtos artesanais dos mais diversos tipos, desde gastronômicos até estéticos, vendidos na feira que se instala durante todo o período do evento – e que, de resto, não tem só produtos “típicos”, mas uma variedade muito eclética de mercadorias – mas também por empreendimentos de hospedagem, balneários, bares e restaurantes.

S.V. é o presidente da comunidade e tem aproximadamente 100 hectares em Vale Vêneto. Dedicar-se principalmente à produção intensiva de frangos, é casado, tem um filho e, em sua casa, residem ainda seu pai, sua mãe e sua irmã, estes últimos todos aposentados.¹⁵ Em sua perspectiva, o Festival beneficia mais aos seus promotores “externos”, no caso, a UFSM e os organizadores “locais” com vínculos fora da comunidade, do que propriamente ao “povo” de Vale Vêneto. Sua dúvida parece dizer respeito à efetiva capacidade da estratégia de espetacularização das tradições, e da festa em geral, constituir-se em sólida alternativa de vida para garantir “um futuro” às pessoas ali residentes. Estratégia em

que percebe, talvez, algum perigo de provocar uma certa desvalorização das “tradicionais” atividades produtivas do lugar, das quais é um dos legítimos representantes. Seu depoimento deixa transparecer também a existência de uma espécie de “divisão social do trabalho” na organização do Festival: o trabalho mais intelectual, de pensar o festival e conformar suas atrações não parece ser a atribuição da “comunidade”, esta é mais lembrada para se envolver como “mão-de-obra” em atividades de limpeza, cozinha, infra-estrutura, e para servir como substrato ao mote da festa: a reafirmação da identidade étnica na Semana Italiana, com seus costumes, hábitos e modo de vida, sistematizados e espetacularizados para a visitação e os turistas de plantão. Evidenciam-se aqui alguns elementos do que Champagne (1977) critica como caracterizadores da “festa na aldeia”.¹⁶ Porém, sob outro olhar, na atualidade, a “festa na aldeia”, na verdade, não tem como não ser também a “aldeia em festa”, abarcando pontos conflitantes e consensuais, articulações endógenas e exógenas; e isto porque é questionável a possibilidade da realização, hoje, de eventos festivos totalmente isolados dos interesses e fluxos “globais” mais amplos, sempre capazes de ultrapassar barreiras e “contaminar”, por algum viés, qualquer pretensão a um puro paroquialismo.

Talvez seja essa dinâmica que faça aparecer a *ambivalência*¹⁷ e até mesmo a *ambigüidade* na postura dos sujeitos contemporâneos, presentes nos mais diversos espaços sociais, já que há também nesse processo uma complexa integração estratégica de interesses. Assim, S.V., apesar das suas reservas quanto ao Festival, não deixa de participar dele, e não só como espectador, mas também como ativo organizador, como morador de Vale Vêneto, como descendente dos imigrantes italianos e como liderança que busca a cooperação e acaba por estimular a participação da comunidade no evento. E acaba por ter também um discurso de “reconhecimento” da importância do Festival para Vale Vêneto, posto que este possibilita ao “mundo” reconhecer a comunidade onde ele vive.

Já na versão de T.D., enfermeira que trabalha no Hospital Universitário em Santa Maria, mas reside em Vale Vêneto, as perspectivas sobre o Festival e suas relações com a comunidade local apresentam outras nuances, embora de algum modo também ambivalentes: o fato de a Universidade “utilizar-se” de Vale Vêneto para o evento deveria ser encarado como motivo de orgulho – não de desconfiança – e ser mais valorizado pelas lideranças locais, o que avalia não acontecer na dimensão devida. A participação “comunitária” na organização é ampla,

mas não com o “empenho” e a “qualificação” que julga necessários e adequados, pautando-se muito por uma “empíria” e pela falta de “planejamento”, elemento que julga ser capaz de agregar mais apropriadamente em função de sua “experiência profissional”. Em sua óptica, o fato de essa participação ocorrer quase que somente em tarefas “braçais” indicaria uma despreocupação da comunidade em se propor a colaborar com algo mais do que “fazer comida”. O ônus que estariam dispostos a carregar seria o de servir como mão-de-obra, desincumbindo-se, assim, da responsabilidade de pensar o evento em sua integralidade, do êxito ou fracasso do mesmo.

Um dos pontos de destaque na programação cultural do Festival de Inverno é o “desfile típico” sobre o cotidiano, o trabalho, as tradições e os costumes dos imigrantes que colonizaram Vale Vêneto. Moradores do local – velhos, jovens, crianças, homens e mulheres – vestem-se em “trajes típicos” de época e desfilam pela rua principal, ora simulando antigos afazeres domésticos, ora trabalhos agrícolas, ou mesmo apenas carregando em exibição antigos instrumentos de trabalho. Alguns vêm caminhando em grupos, simulando uma família de imigrantes, cantando canções folclóricas em dialeto vênето e tocando antigos instrumentos musicais. Outros simulam o cotidiano familiar doméstico, na hora da refeição ou da diversão, em cima da carroceria aberta de caminhonetes, caminhões ou reboques puxados por trator ou junta de bois. Enquanto estes moradores encarnam a representação quase teatral de seus antepassados imigrantes, o público presente se perfila nos dois lados da rua para assistir ao desfile e aplaudir o espetáculo a cada passagem de um carro ou “bloco temático”, que vai sendo anunciado e “explicado” pela locução em *off* de um narrador no alto-falante.

As próprias imagens – flagradas em fotogramas – do “desfile típico” de uma edição do Festival são utilizadas como meio de divulgação e atração para outras edições posteriores, ao serem veiculadas em *folders* anunciativos da programação. Incluem-se aí também fotos de outros momentos considerados atrativos da programação, como a “noite do jogo”. Mas, em quase todos estes momentos, está presente a simulação de uma situação do passado: a simulação é o rito que reconstitui o passado e permite relembrar a tradição enquanto simulacro. No caso dos jogos, os jogadores não só *jogam um jogo* dos antepassados, mas tentam se vestir e até “comportar-se” como eles.¹⁸

Ainda notável no caso em foco – o “desfile típico” e os jogos tradicionais da cultura italiana em Vale Vêneto – é que a simulação produzida remete à “autenticidade”, ou seja, busca justamente retratar o mais

autenticamente possível um passado visto como belo e altaneiro. O passado e a “tradição”, assim revisitados com os propósitos do presente, são produzidos e vendidos como simulacros ou pastiches, atendendo a diferentes interesses de “produtores” e “consumidores”. Ainda assim, o “mito fundador” desse tipo de narrativa é quase sempre a idealização da reconstituição da vida pretérita “como ela realmente era”, a pretensão da “autenticidade”.

Ao comentarem a pouca disposição ou convicção de alguns moradores em participar do “desfile típico”, alguns depoimentos apontam para o constrangimento e o medo de se “expor ao ridículo” ao terem de encarnar personagens inspirados nos seus antepassados. Tal fato indicia um claro sentimento de *ambivalência* vivenciado por parte desses moradores: os figurinos puídos e remendados, os instrumentos de trabalho arcaicos, a extrema simplicidade e os poucos recursos da vida cotidiana dos imigrantes apontam para um passado de dificuldades e de muito trabalho. Entretanto, durante muito tempo, não só lutaram para superar essas condições de vida, como eram vistos como “atrasados”, “grosos”, “pessoas da roça”, “sem cultura”, por um discurso modernizador de enfoque urbano-industrial amplamente penetrante. Quando, enfim, conseguem em boa conta adotar um outro “estilo” de vida, bem mais próximo do que recomendava a “modernidade”, eis que seu povoado se enche agora de pessoas que valorizam e buscam justamente aquilo que era considerado “velharia”, emblema de atraso e pobreza. Mas, na lógica cultural contemporânea que dispõe sobre o espetáculo, a tradição e o rural – pólo predisposto do passado histórico – passam a ser vistos como substrato para a produção estética e, nesse processo, a condição rural não é mais encarada como arcaísmo a desaparecer, mas pode ser reconhecida como alteridade, como especificidade, como diferença valorizada. Defrontam-se os moradores, portanto, com uma espécie de nostalgia que magnifica um modo de vida que a maioria deles (rurais e agricultores) lutou para abandonar ou já abandonou quase totalmente. E, assim, neste tipo de espetáculo, a museificação do cotidiano e do figurino dos intérpretes locais, e as alegorias teatrais que fazem dos seus próprios antepassados acabam por ensejar situações paradoxais e identidades ambíguas para esses mesmos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo rural, ao se tornar suporte de um imaginário e de práticas de realocação na atualidade, torna-se substrato privilegiado para a “construção” de identidades coletivas referenciadas em territórios delimita-

dos. Essa construção se dá através de entrelaçamentos peculiares entre os meios físicos, atividades econômicas e vida social, e se apóia no poder motivacional da história e da tradição, resgatadas ou “reinventadas” então segundo os propósitos do presente. O passado e a tradição são revisitados, assim, num processo que busca agregar valor e amalgamar, num discurso identitário de nova configuração, antigos – e também novos – costumes, hábitos e sociabilidades. Como estratégia de projeção dessa construção identitária, recorre-se facilmente à esteticização e à espetacularização, produzindo-se aí ecléticas composições. E, nesse âmbito, os simulacros constituem-se nos dinamizadores da atratividade mediante a recriação da “aura de autenticidade” com a qual se procura envolver os objetos, as encenações e os eventos que compõem a referida estratégia.

As localidades e os espaços rurais, ao serem perpassados pela intensificação das relações sociais contemporâneas, combinam, a partir de suas matrizes simbólicas, os diversos elementos advindos dos fluxos globais, promovendo um movimento de decomposição-recomposição em suas configurações socioespaciais.¹⁹ Neste movimento, (re)constróem-se novas configurações e identidades socioespaciais, em que o “velho” e o “novo”, o antigo (a “tradição”) e o “moderno” compõem-se, justapõem-se ou mesmo fundem-se peculiarmente. Neste processo, não só as configurações socioespaciais tornam-se híbridas, como também as identidades aí construídas não mais se referenciam em um único código cultural homogêneo e coerente, mas podem ser formadas e reformadas a partir da coexistência e do movimento entre diferenciadas escalas espaço-temporais e distintos códigos e fronteiras simbólicas. As identidades assim construídas estão em permanente (re)elaboração e tendem a ser, portanto, fluidas, híbridas e multirreferenciadas. Em função de tais características, os indivíduos e os grupos sociais defrontam-se e se envolvem freqüentemente com situações paradoxais e ambíguas, muitas vezes assumindo condições e comportamentos ambivalentes.

ABSTRACT

This work intends to analyse how rurality is presented as support to an imaginary and relocation practices in the current days becoming substratum to (re)construct new social arrangements and identities. Empiric data were obtained from observation and interviews that were made in villages from two cities in the centre of Rio Grande do Sul. On the basis of an examination of festivals and street theater that take rurality for their theme and setting, we have verified how these rural localities aggregate global effluences onto

their symbolic matrix. One can see how the dynamic of these processes that (re)construct collective identity built on history and tradition are reelaborated according to the interests of the present moment.

Keywords: *collective identity; rurality; post-modernity.*

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. *Da sedução*. Campinas: Papirus, 1991a.
- _____. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio d'água, 1991b.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CHAMPAGNE, P. La fête au village. *Actes de la Recherche*, Paris, n. 17-18, p. 72-83, nov. 1977.
- DE PAULA, Silvana G. *O campo na cidade: esportes country e ruralidade estetizada*. 1999. 223 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- FROEHLICH, José Marcos. O "local" na atribuição de sentido ao desenvolvimento. *Textos CPDA*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, 1999.
- _____. *Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul*. 2001. 201 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- MATHIEU, Nicole. Rural et urbain: unité et diversité dans les évolutions des modes d'habiter. In: JOLLIVET, Marcel; EIZNER, Nicole (Org.). *L'Europe et ses Campagnes*. Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996.

MORMONT, Marc. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: _____. *L'Europe et ses Campagnes*. Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996. p. 161-176.

SOROKIN, Pitirim et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

STEWART, Susan. *On longing*. Durham: Duke University Press, 1993.

NOTAS

- ¹ Lógica cultural contemporânea ou pós-moderna é tomada aqui no sentido que lhe dá Jameson (1997).
- ² Fenômeno também denominado de “deslocalização” ou “desenraizamento”.
- ³ Nesse processo, conforme Mormont (1996), a função simbólica do campo se modifica de reserva social para reserva cultural, mesmo que com noções idealizadas (não-predador; não-consumidor; equilíbrio natural etc.). Além disso, há a consideração do rural como valor estético, no qual a dimensão cultural pode sobrepor-se sobre a econômica (podendo-se aludir aqui à disjunção cultural pós-moderna), o que apontaria para a possibilidade de a condição camponesa não ser mais considerada um arcaísmo a desaparecer, mas ser reconhecida como alteridade – especificidade – em referência aos urbanos – a valorização pós-moderna da diferença.
- ⁴ As Colônias Conceição e Toniolo são apenas duas das localidades pertencentes ao distrito de São Valentim. A sede do distrito localiza-se na Colônia Toniolo, que teria sido, em tempos idos, até pelo menos a década de 1960, ponto de passagem e pousada dos carreteiros, campesinos-viajantes que transportavam alimentos e mercadorias entre Santa Maria e São Gabriel (cidade que se localiza na fronteira-oeste do RS, a cerca de 170 quilômetros de Santa Maria).
- ⁵ Na verdade, dá a impressão de querer simbolizar, ao mesmo tempo, uma alusão a ambos. Para a visualização do referido cartaz e outras imagens pertinentes, ver Froehlich (2002), disponível em www.ufsm.br/desenvolvimentorural.
- ⁶ Sorokin et al. (1986, p. 201), por exemplo, argumentam que desde o surgimento das cidades mais antigas, os rurícolas “estão em uma proximidade muito maior e uma relação mais direta com a natureza (solo, flora, fauna, água, sol, lua, céu, vento, chuva) do que um urbanita. O morador da cidade é separado de tudo isto pelas grossas paredes das gigantescas construções urbanas e pelo ambiente artificial da cidade de pedra e ferro”. Porém, para Mathieu (1996), é somente a partir da revolução industrial que se constrói ou se consolida, como nunca na história, a oposição entre a cidade como “meio técnico” e o campo como “meio natural”, mediante a difusão, no cotidiano citadino, das inovações tecnológicas que permitem ao homem dirigir e amenizar, por exemplo, as variações estacionais climáticas, tão condicionadoras da vida. A cidade sagra-se, então, como o espaço fora das estações pela iluminação, aquecimento, saneamento, transportes rápidos etc.
- ⁷ As definições de dicionário para o termo rústico guardam ainda claramente esta relação – *rústico*: próprio do campo, grosseiro, toscano, rude, inculto, sem arte, impolido, incivil, camponês; estas são as definições mais comuns que aparecem.
- ⁸ No Rio Grande do Sul, a música ou poesia “nativa” denota uma temática regionalista rural, gauchesca, com tematização “campeira”, ou seja, relativa à vida e às coisas do campo. No caso deste festival, seu regulamento especificava a necessidade de as obras a serem apresentadas conterem em seu texto alguma alusão à figura do carreteiro ou a seus usos e costumes.
- ⁹ Sem dúvida uma eclética decoração. Para Jameson (1997), o ecletismo é uma certa canibalização aleatória pelo presente dos diversos estilos e elementos do passado.
- ¹⁰ Ilustração no sentido não só de imagens (no caso, fotos antigas) que acompanham algum tipo de texto, mas também no de esclarecimento, explicação, breve narrativa, verídica ou imaginária, com que se realça e enfatiza algum ensinamento ou conjunto de conhecimentos históricos, científicos, artísticos etc.
- ¹¹ Para comentários pertinentes sobre o jogo no âmbito da lógica cultural contemporânea, ver De Paula (1999).

- ¹² Os jogos que se desenrolaram na Festa foram: Jogo do Truco, Tiro de Laço Parado, Carreira a Pé, Cabo de Guerra com Sovéu, Jogo de Bocha na Grama, Futebol de Bombacha, Porco Engraxado, Traciador, Jogo da Tava, Tiro de Bodoque e Pau de Sebo. Para maiores descrições a respeito, ver Froehlich (2002).
- ¹³ Comentando a busca recorrente por identidades coletivas (e mesmo pessoais) nas sociedades contemporâneas, Harvey (1999) afirma que, num mundo velozmente cambiante como o atual, esta pode ser entendida como a confirmação da ânsia por um modo de comportamento social menos instável e mais "seguro". Assim, em sua busca de referência, a identidade de lugar – que tem o lugar como suporte – parece necessitar apoiar-se em algum ponto no poder motivacional da tradição.
- ¹⁴ A iniciativa foi uma parceria entre o Departamento de Música da UFSM, associado ao Departamento de Música da University of Georgia (Estados Unidos), comunidade de Vale Vêneto, através de sua diretoria, e com o apoio da então subprefeitura de São João do Polêsine, que, na época, ainda não era município emancipado e pertencia à Faxinal do Soturno.
- ¹⁵ Segundo o relato de S.V., cerca de 20 casais de aposentados voltaram ou vieram morar em Vale Vêneto nos últimos cinco anos e, do total da população do distrito, quase a metade – aproximadamente 350 pessoas – recebe aposentadoria.
- ¹⁶ Para Champagne (1977), a "festa na aldeia" representa o oposto da "aldeia em festa". Enquanto a primeira representa a deterioração da cultura e dos valores aldeões no confronto com a "modernidade", a segunda representava justamente a sua vitalidade.
- ¹⁷ *Ambivalência* é aqui entendida como atitude que oscila entre valores diversos e, às vezes, antagônicos.
- ¹⁸ Segundo Jameson (1997), o voraz apetite consumidor pelo mundo do espetáculo que vivenciamos nas sociedades contemporâneas tem no simulacro o seu melhor substrato. E também não podemos esquecer a lembrança de Baudrillard (1991a, 1991b) de que, enquanto indicadores da trama narrativa pós-moderna, os simulacros são verdadeiros; eles se constituem nos dinamos do espetáculo: no "desfile típico" e na "encenação" dos jogos folclóricos, a simulação do passado é a verdade da festa, a realidade presente, tanto para "atores" quanto para "espectadores".
- ¹⁹ Mas essas combinações não evoluem de modo gradual e homogêneo em todos os espaços rurais, para os quais se processa uma espécie de "transformação em mosaico", na qual diferentes partes ou características evoluem de modo relativamente independente e em diferentes velocidades.

A PÍLULA AZUL: UMA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES
SOBRE MASCULINIDADE EM FACE DO VIAGRA

No ano de 1998, o Viagra, primeiro medicamento oral contra a impotência sexual masculina, surgiu no mercado farmacêutico acompanhado de uma grande divulgação pelos veículos de comunicação de massa, sendo anunciado como uma revolução sexual, comparável à pílula anticoncepcional. Em contrapartida, nas ciências sociais, este fenômeno não suscitou um grande número de debates e produções acadêmicas. Em vista disso, este artigo pretende contribuir para o debate sobre a questão da masculinidade, trazendo resultados de duas pesquisas que têm em comum o objetivo de apreender representações sobre masculinidade, em torno do consumo de Viagra, em diferentes instâncias. Mostramos como a chegada do Viagra ao Brasil marcará um ponto de transformação no que se refere ao espaço cedido ao tema da sexualidade masculina nos meios de comunicação de massa. Discutimos também a maneira como o discurso sobre masculinidade que surge após o lançamento do Viagra configura um padrão de sexualidade masculina considerada normal e outros padrões que são periféricos no que diz respeito à virilidade sexual. Acreditamos que, nas entrelinhas de reportagens veiculadas nos meios de comunicação de massa e do discurso dos usuários da pílula e médicos, deixa-se entrever, de forma polifônica, valores e representações sobre a masculinidade na cultura ocidental.

* Mestre em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina e professor da Universidade Estadual de Santa Catarina.

** Pesquisadora do Centro de Referência DataUff em Sexualidade e Saúde Reprodutiva.

Palavras-chave: *sexualidade masculina; Viagra; mídia; antropologia da saúde.*

O estudo mais completo sobre impotência, realizado pela Universidade de Boston, nos EUA, aponta para uma altíssima incidência do problema: 52% dos americanos com mais de 40 anos sofrem de algum tipo de disfunção sexual. [...] Ao longo dos 12 primeiros meses de comercialização no Brasil, 5 milhões de relações sexuais podem ter sido movidas, real ou psicologicamente, à base de sildenafil, nome do princípio ativo da droga (Viagra). Na ponta do lápis, isso significa que foram vendidas 13.698 unidades por dia, ou 570 por hora, ou 9,5 por minuto.¹

Desde 1998, os meios de comunicação de massa no Brasil passaram a dedicar grande espaço para um tema que antes parecia quase invisível: a sexualidade masculina. Não por acaso, foi neste mesmo ano que o medicamento Viagra começou a ser comercializado nas farmácias do país. Em uma situação antes pouco comum, pessoas anônimas (que, por vezes, optavam por não revelar o seu nome) e personalidades conhecidas vinham a público tecer comentários sobre seu desempenho sexual e sua experiência com a “pílula azul”; enquanto isso, médicos abordavam o tema sob o prisma da biomedicina, alertando para os possíveis riscos, limitações e vantagens do tratamento. De tema invisível, a sexualidade masculina passou a ser presença constante nos veículos de comunicação, e o lançamento do Viagra ganhou o estatuto de revolução sexual, sendo comparado ao lançamento da pílula anticoncepcional.

Produzido pelo laboratório Pfizer, o Viagra é uma pílula indicada para o tratamento da impotência sexual masculina. Conforme o texto da bula, trata-se de “uma terapêutica oral para a disfunção erétil”. Ele é o primeiro medicamento oral, no âmbito da biomedicina, contra a impotência. A pílula passou a ser comercializada nos EUA em abril de 1998 e chegou às farmácias brasileiras em junho daquele mesmo ano, tornando-se um fenômeno de vendas. O sucesso no Brasil foi estrondoso, antes mesmo de chegar às prateleiras. O fabricante Pfizer viu-se obrigado a antecipar o lançamento da “pílula milagrosa” no Brasil a pedido do próprio governo brasileiro, preocupado com tamanha demanda.²

O sucesso acima referido pode ser creditado a mais de um fator: é preciso levar em conta o grau de originalidade da pílula, já que as terapêuticas anteriores para tratar o mesmo sintoma eram e ainda são consideradas altamente invasivas e desconfortáveis em comparação com o medicamento oral; não pode ser desprezado também o seu alto índice de eficácia clínica, de acordo com pesquisas realizadas e divulgadas pelo laboratório fabricante; e o lançamento do Viagra no Brasil foi

acompanhado por uma grande quantidade de reportagens sobre a pílula, assim como por um esforço de *marketing* do laboratório Pfizer para divulgar o novo produto tanto entre o público leigo quanto entre os profissionais da biomedicina.

Como vimos, pode-se apresentar uma série de causas para o súbito volume de vendas do Viagra. Não obstante, não é apenas em razão do imenso volume de vendas que o fenômeno Viagra se nos afigura um objeto de estudo interessante. Para as ciências sociais, interessa especialmente o corpo de representações simbólicas que estão em jogo, valores que surgem tanto nos meios de comunicação de massa quanto no discurso de usuários, médicos e do laboratório farmacêutico fabricante.

Mas, embora muito tenha sido dito sobre o Viagra em revistas, jornais e na TV, nas ciências sociais este fenômeno comercial e simbólico não suscitou um grande número de debates e produções acadêmicas. Em face de tal hiato, este artigo pretende contribuir para o debate sobre a questão da masculinidade – área menos visitada pelos estudos de gênero –, trazendo alguns resultados de duas pesquisas que têm em comum o objetivo de apreender representações sobre masculinidade em torno do consumo de Viagra, em diferentes instâncias.

Este artigo foi escrito a quatro mãos, por dois pesquisadores que partilham um interesse pelas representações de masculinidade que o discurso a respeito do Viagra incitou.

Em um primeiro momento, vamos mostrar como a chegada do Viagra ao Brasil marcará um ponto de transformação no que se refere ao espaço cedido ao tema da sexualidade masculina nos meios de comunicação de massa. Com tal objetivo, realizou-se um levantamento sistemático de todas as reportagens que abordavam como tema central a medicalização da impotência sexual masculina na revista *Veja* entre os anos de 1991 e 2001, buscando refletir sobre o papel da mídia na produção de significados e valores no que se refere à questão da sexualidade masculina.

Em um segundo momento, discute-se a maneira como o discurso sobre masculinidade que surge após o lançamento do Viagra configura um padrão de sexualidade masculina considerada normal e outros padrões que são periféricos no que diz respeito à virilidade sexual. Um de nós realizou entrevistas com usuários da pílula e médicos urologistas-andrologistas, em uma pesquisa que combina o interesse na área de gênero com um debate com a antropologia da saúde.

Acreditamos que, nas entrelinhas das reportagens e do discurso dos usuários e médicos, deixa-se entrever, de forma polifônica, valores e representações sobre a masculinidade na cultura ocidental. Daí deriva o interesse no fenômeno Viagra, para além do sucesso de venda da pílula.

Apesar dessa combinação de esforços, o artigo está longe de esgotar um tema complexo e híbrido em suas possíveis conexões e não tem a pretensão de uma vasta revisão bibliográfica. Trata-se de um esforço para lançar um debate que, haja vista o contínuo sucesso do Viagra e o lançamento de outras pílulas com o mesmo objetivo, além da ainda pequena produção a respeito da(s) masculinidade(s) no âmbito das ciências sociais, está apenas começando.

MÍDIA E IMPOTÊNCIA

Os jornais e revistas podem ser compreendidos como documentos através dos quais se chega aos valores e às representações dos leitores (DEPPE, 2001, p. 7), além de ter um alto grau de alcance em um curto espaço de tempo e deter um *locus* privilegiado pela lógica de mercado (BOURDIEU apud MAKSDUD, 2000, p. 6). Segundo Maksud (2000), paradoxalmente, a mídia por muito tempo permaneceu intocada pelas ciências sociais. Em uma pesquisa bibliográfica centrada na produção teórica das ciências sociais, percebeu-se que os temas sexualidade e mídia, quando estudados contiguamente, são ainda pouco explorados no meio acadêmico. Por conseguinte, o tema masculinidade e mídia tampouco suscitou um grande número de debates nas ciências sociais.

Com base nessas considerações, foi realizada uma análise de reportagens da revista *Veja*³ que contemplavam como tema central a medicalização da impotência sexual masculina.

Um levantamento das reportagens da revista *Veja* no período entre 1991 e 2001 mostra que, antes do surgimento do Viagra, existiam apenas duas reportagens sobre o tema da impotência sexual masculina.⁴ Após o início da divulgação da “pílula azul”, como é freqüentemente chamado pela mídia o Viagra, em 1998, esse número sofreu o vertiginoso aumento de duas para 17 reportagens.

O Viagra foi anunciado pela primeira vez na revista *Veja* em uma pequena reportagem com o título “A Pílula do Sexo”. Ainda com o nome de Sildenafil (princípio ativo do Viagra), o remédio que estava sendo testado na Europa e nos Estados Unidos foi apresentado da seguinte

forma: “Em breve, casos de impotência sexual poderão ser resolvidos do mesmo modo que uma dor de cabeça, com um comprimido e um copo de água” (FRANÇA, 1997). A reportagem apresentava ao leitor um tratamento que prometia ser ao mesmo tempo eficiente, confortável e sem nenhum risco ao paciente.

No ano seguinte, em 1998, já com a aprovação do FDA (Federal Drug Administration), o Viagra voltou a aparecer na mídia com bastante destaque: uma capa da revista *Vêja* trazia a pílula como reportagem principal, com a manchete: “A Pílula Milagrosa”. A reportagem intitulada “Satisfação Garantida” anunciava:

É uma grande notícia para milhões de homens. E para muitas mulheres também. Pela primeira vez, um dos mais angustiantes, constrangedores e aterrorizantes problemas masculinos, a impotência, poderá ser tratado de forma tão simples quanto curar a dor de cabeça com uma aspirina (PATORE; FRANÇA, 1998).

A reportagem também tentava dar um tom “romanceado” à novidade:

Tão bom quanto nos tempos de Adão. A maçã, agora, é uma drageazinha azul, com a forma de um losango, a ser ingerida junto com um gole d’água uma hora antes do ato sexual [...], uma pílula que depende do mistério que faz um homem desejar uma determinada mulher. Sublime, pode-se dizer, porque exige que amar seja um verbo transitivo. Precisa de alguém que o complete.⁵

O texto ainda ressaltava os efeitos “milagrosos” que esse comprimido produz na corrida contra o tempo e o envelhecimento do corpo: “A humanidade sempre correu atrás da fonte da juventude. Para os homens, isso significa manter a vitalidade sexual típica dos 18 anos ao longo de toda a vida.”

Nessa mesma reportagem e em várias outras sobre a temática da impotência sexual masculina, frases como “O sexo passou a me causar medo. Fugia da minha mulher”, “Quando fiquei impotente, pensei que seria melhor morrer” (Celso Lopes Nogueira, 68 anos, médico), ou ainda “É depreciativo” (A.C., 65 anos) (PATORE; FRANÇA, 1998) costumam ser recorrentes.

Em relação ao uso da pílula, falas que ressaltam a competência farmacológica do Viagra, como por exemplo “Como num passe de mágica, tudo ficou para trás: o medo, a dor e a vergonha” (Célso Lopes Nogueira, 68 anos, médico) ou ainda “É fantástico. Parece um garoto

de 30 anos” (Antonio José, 46 anos, engenheiro) (FRANÇA 1998) aparecem com bastante frequência. Nessa mesma direção, a revista expõe uma fala significativa proferida por J. A., um empresário de 71 anos:

Dia 22 de abril foi um marco em minha vida. Naquela tarde eu tomei meu primeiro comprimido de Viagra. Essa pílula é milagrosa. Há cerca de um ano, comecei a ter dificuldade em ir até o fim do ato sexual. Com o Viagra fiz sexo por quase 50 minutos. Foi a glória! A sensação de perder a potência sexual é deprimente. Eu me julgava um incapaz, um velho. Prefiro morrer daqui a um ano a viver dez anos sem funcionar (PASTORE, 1998).

Analisando essa fala, podemos identificar um emaranhado de representações: a) A inclusão do medicamento na categoria milagre; b) A importância que a duração das relações representa como um indicador de potência sexual masculina; c) A perda da virilidade associada à velhice;⁶ e d) Uma visão instrumental do corpo masculino.

Podemos identificar também no discurso dos usuários o quanto a potência/virilidade é estendida para outras dimensões da vida do homem, além da esfera sexual. Isso pode ser reconhecido na fala “Perdi o medo da vida” (Antonio José, 46 anos, engenheiro) (FRANÇA, 1998).

No discurso dos usuários reproduzido nas reportagens, há uma qualidade peculiar atribuída ao Viagra, que se refere a um efeito psicológico produzido pela pílula:

Até um caso de efeito psicológico o Viagra tem registrado. [...] um executivo de 50 anos, que há alguns meses alternava episódios de impotência total com outros de ereções fracas. Averso à idéia de usar os remédios tradicionais, o homem resolveu experimentar o Viagra. Uma semana depois de comprar a droga ele voltou ao consultório do médico. “Estou ótimo. Não precisei sequer tomar o comprimido. Só o fato de tê-lo na minha pasta já resolveu o problema” (PASTORE, 1998).

De todos os entrevistados nas reportagens, apenas um, Wanderley Delgrante, gerente de vendas, 57 anos, mostrou-se insatisfeito com o uso do Viagra:

Para mim o Viagra não funcionou, não. Não tive uma ereção satisfatória nas duas vezes em que tomei a pílula. Prefiro as injeções que uso há vários anos. Com elas reconquistei minha auto-estima. Hoje consigo manter uma relação sem necessidade de usá-las. Só recorro à injeção quando sinto que alguma coisa pode dar errado (PASTORE, 1998).

O conteúdo das reportagens é permeado por uma série de denominações atribuídas ao medicamento, tais como “pílula do sexo”, “pílula dourada”, “pílula milagrosa”, “pílula da felicidade”, “salvação da lavoura” e “pílula do prazer”. Em um primeiro momento, acreditamos que estamos nos deparando com um discurso uniforme e coerente. No entanto, um olhar mais atento pode perceber as contradições que permeiam todo o discurso da mídia sobre o binômio Viagra/impotência.

A impotência é apresentada por vezes como um cataclismo – “um dos mais angustiantes, constrangedores e aterrorizantes problemas masculinos”; “Angústia. Terror. Vergonha. A auto-estima vai para o ralo”; e, por vezes, como algo comum a todos os homens: “Atire a primeira pedra o homem que nunca tenha sofrido de impotência. Ocasional, passageira, que seja. É normal” (PASTORE; FRANÇA, 1998).

Ao mesmo tempo em que a revista fala de uma “pílula milagrosa”, lembra que “o Viagra representa uma revolução no tratamento da disfunção erétil, mas está longe de ser a panacéia para todos os pacientes vítimas de qualquer tipo de impotência” (PASTORE, 1998).

Ao mesmo tempo em que os efeitos colaterais são considerados leves e inofensivos por um médico que diz: “O Viagra não faz mal. Meus pacientes ligam para pedir a receita e eu dou” (Paulo Rodrigues, urologista, presidente da Sociedade Brasileira de Urologia no Rio de Janeiro) (PASTORE, 1998) – o texto da reportagem alerta que é preciso ter cuidado por ser um medicamento oral que atinge o funcionamento de todo o organismo – “Embora as pesquisas atestem a relativa segurança do Viagra e o Ministério da Saúde tenha liberado a sua venda sem receita, ele não pode ser consumido de maneira indiscriminada” (LEME, 2000).

Ao passo em que se diz que o Viagra permitiu um debate sobre impotência sem constrangimentos – “Nunca se falou tanto e tão francamente sobre impotência” (PASTORE, 1999) – consultas são marcadas com 20 minutos de intervalo, para evitar que os pacientes se encontrem, situação potencialmente constrangedora.

Não se trata de acusar tais discursos de incoerentes. Na verdade, o espaço da revista se presta a esta apresentação não consensual de argumentos. Segundo Medrado (1998, p. 149), “[...] dentro da mensagem publicitária podemos encontrar não apenas a regularidade e o consenso, mas também a oposição, a contradição e a polissemia. Trata-se, portanto, de uma produção discursiva, de caráter argumentativo”. O autor direciona esse argumento à mensagem publicitária, mas acredita-

mos que essa mesma assertiva pode ser remetida ao discurso da revista *Vêja*.

Outro discurso freqüentemente citado pela revista diz respeito a uma possível responsabilização da liberação sexual da mulher pela ansiedade masculina frente ao sexo. Segundo o psiquiatra Luiz Cuschnir,

os homens se tornaram o sexo frágil. São eles que estão à beira de um ataque de nervos, atordoados com a revoada feminista, infelizes e vulneráveis. Nem no sexo estão à vontade, pois se sentem na obrigação de dar prioridade ao prazer da parceira (DE MARI, 2000).

A supervalorização da atividade sexual, que tem no orgasmo meta obrigatória, tem colocado muitos homens em situação de ansiedade (KALCKMANN, 1998).

Fala-se de uma “ditadura ao contrário: a do prazer feminino”. Diz o psiquiatra:

O homem hoje está obcecado pelo prazer feminino porque é daí que virá sua diplomação de masculinidade. [...] A liberação sexual trouxe junto a acusação de que o homem não dava a mínima para a mulher. Veio a cobrança pelo homem sensível na cama. Isso acabou virando uma ditadura ao contrário: a do prazer feminino. O sexo é, portanto, o distintivo que confirma a condição de macho, e é a mulher quem outorga a ele esse diploma. [...] Sexo para esse homem em crise pode estar virando uma coisa mecânica. Quase como se ele fosse ao banheiro uma vez por dia. Ele passa a “cumprir” o dever de fazer sexo (DE MARI, 2000).

Segundo Kalckmann (1998), “tal comportamento das mulheres tem gerado conflitos e contradições, pois se por um lado eles se sentem intimidados frente a esta ‘nova mulher’, por outro eles mantêm os mesmos valores esperados para o homem”. A autora aponta algumas falas de homens que participaram de grupos focais:⁷ “As mulheres estão tomando iniciativa, intimidam a gente”; “Às vezes, por não estar no comando, como era antes, a gente não consegue, brochal!”; “Se você não for, você é bicha”; “Eu acho que o homem que não dá prazer para uma mulher, pode ver que ele vai ganhar um par de chifre, porque ela vai procurar um que dê”.

Bajos e Bozon (1999) apontam que, nas três últimas décadas, uma transformação sexual aconteceu, conduzindo as mulheres a serem mais ativas nas relações sexuais e mais exigentes. No entanto, a corrente de

igualitarismo não exige a assimetria profunda do lugar de homens e mulheres dentro da atividade sexual. No momento do ato sexual, desejo e excitação física permanecem ainda frequentemente como domínio e responsabilidade dos homens. Essa obrigação de virilidade pode se revelar fonte de angústia.

MASCULINIDADE, VIAGRA E SAÚDE

Como vimos, a partir do lançamento do Viagra no Brasil, a temática da sexualidade masculina ficou em evidência nos meios de comunicação de massa. Mostramos acima de que forma esses discursos emergem, mediados pelo filtro da revista *Vêja*. Agora, vamos apresentar dados de um trabalho de campo no qual foram conduzidas entrevistas com usuários da pílula e médicos urologistas-andrologistas, com o objetivo de perceber quais significados estavam sendo atribuídos ao consumo de Viagra, em particular, e quais representações mais gerais sobre masculinidade estavam sendo veiculadas.⁸

É certo que a masculinidade não é tratada aqui como um dado biológico, mas sim como uma categoria da cultura. E quando se fala sobre masculinidade na cultura ocidental, em especial em áreas que sofrem influência da cultura mediterrânea, algumas questões centrais devem ser levadas em conta. A construção da masculinidade vai muito além do fato de se ter nascido homem ou não; o que conta é a “excelência de desempenho” (HERZFELD apud GUTMANN, 1999, p. 246). Essa excelência de desempenho esperada de todo “homem de verdade” possui ainda uma especificidade: não se trata apenas de atingir um padrão viril assumido como dominante, mas de parecer, transparecer, falar, demonstrar esta situação. Como disse Almeida (1995, p. 16), “apercebi-me rapidamente de que ser homem é algo, sobretudo, do nível discursivo e do discurso enquanto prática. Campo de disputa de valores morais, em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande...”.

Ora, uma pesquisa com usuários de Viagra deveria então lidar com dois pontos centrais no que se refere à construção de padrões de masculinidade: a importância da virilidade sexual e da expressão desta virilidade no campo discursivo. No discurso de usuários e médicos, emerge aquilo que Wacquant (1998, p. 79) chamou de uma “concepção radicalmente instrumentalista do corpo”. Muitas vezes, a referência que se faz ao próprio corpo é construída na terceira pessoa, tornando-o objeto; o corpo é um “ele” que não está oferecendo uma contrapartida

física à altura do desejo do indivíduo. O corpo aparece em vários momentos das entrevistas como o palco, o espaço de uma possível boa ou má performance. A expressão performance ou atuação é recorrente nas entrevistas, em especial quando se questionava o porquê da procura pela pílula. Ao falar sobre como se sentia depois de ter iniciado o consumo do Viagra, disse um informante:

a hora em que efetivamente tudo funciona, eu fico plenamente satisfeito com a minha atuação. Com o Viagra tu fazes a coisa de forma apoteótica, como a minha geração fazia na época de solteiro, aproveitando o máximo possível (Carlos, 44 anos).

Na mesma linha instrumentalista, e apontando para a possibilidade de pensarmos em diversos usos possíveis para a pílula, não somente para tratar estados considerados patológicos, um médico afirma que

no caso dos pacientes que gostariam de melhorar ainda mais a sua performance, eu indico o Viagra como se fosse uma gasolina azul. Um carro anda bem com gasolina comum, mas funciona ainda melhor com gasolina azul (Pedro, uroandrologista).

A fala do médico em destaque acima remete a um aspecto recorrente no discurso dos usuários. Entre os entrevistados, não havia alguém que se considerasse portador de uma doença. Muito pelo contrário, todos se consideram pessoas saudáveis, normais, que fazem uso da pílula como um “apoio”, uma “ferramenta” ou um “coadjuvante”. Nas entrelinhas de um discurso sobre o “homem normal”, parece viver uma noção da natureza masculina, um conjunto de práticas e características sem as quais um homem não é homem, ou, ao menos, não um “homem de verdade”. Entre estas características, a virilidade sexual ocupa um lugar central.

Mas por que um “homem normal”, não portador de uma doença, estaria tomando um medicamento como o Viagra? A resposta para esta pergunta está na forma como os usuários entendem o seu sintoma e que estatuto eles conferem à pílula. Sempre que a expressão “problema” surgia nas entrevistas, ela era pronunciada em frases negativas, como por exemplo, “eu não tenho problema sexual” ou “eu tenho ereção, tenho tudo, não tenho um problema”. A matemática parece simples: não há problemas para um indivíduo que atingiu um padrão identificado como sendo de normalidade. A noção de normalidade, assim como qualquer outra noção que surja do universo masculino, deve ser lida a partir da idéia de performance ou desempenho. A questão do

desempenho sexual idealizado como um desejo dos usuários e da “ansiedade de performance” como uma tensão que permanece no ar mesmo após o consumo da pílula aparece como questões centrais no discurso dos usuários. Para Fracher e Kimmel (1995), o fato de que os homens utilizam termos do trabalho como metáforas para a conduta sexual – *getting the job done, performing well, achieving orgasm* – ilustra um interesse em transformar tudo em uma performance que pode ser avaliada. A partir desta colocação, perguntam-se eles se seria “razão para surpresa o fato de a ‘ansiedade de performance’ ser uma experiência normativa para o comportamento sexual masculino”.

A “ansiedade de performance” perpassa a vivência sexual masculina; mas quando o corpo não corresponde a um ideal esperado, ela passa a ocupar um lugar central, irradiando uma crise de identidade cujos efeitos não serão circunscritos à esfera sexual (FRACHER; KIMMEL, 1995). Para os usuários de Viagra entrevistados, a situação caracteriza-se, literalmente, como um caso de “vida ou morte”, como aparece na fala a seguir:

Vamos supor, pinta um clima, vai com a mulher pra algum lugar. Começa a tirar a roupa, aí tu te preocupa em ter uma ereção; entrasse na preocupação aí é que a coisa vai por água abaixo. Te dá uma autoestima baixa, uma sensação de morte, tás liquidado (Carlos).

Mas o que existe entre a vida (a virilidade) e a morte (o “fracasso”)? No contexto das entrevistas realizadas, o que se percebe é que a falha não é incorporada ao discurso sobre a vida sexual do indivíduo. A palavra falha aqui corresponde à sensação de não estar à altura do que se pretende. Sendo assim, perde importância o “grau” de disfunção erétil que cada um apresenta em seu discurso, assim como as causas físicas alegadas. Essa não manifestação do “fracasso” aparece no discurso através da negação da palavra “problema”, como nas falas a seguir:

[...] o meu não é problema de ereção, então eu não posso dizer que o Viagra cura. Talvez tenha pessoas que têm problemas mais graves que o meu, o meu não é problema de ereção. Ele [o Viagra] pode ser um coadjuvante (João).

[..] eu não considero o Viagra como um remédio. Ele não me cura, porque eu não tenho um problema. Ele é um aliado (Renato).

Ou ainda:

Eu não considero um problema. Mas eu nunca tive esta superpotência que os outros homens dizem que têm (Arnaldo).

Enquanto um padrão de sexualidade normal vai sendo construído no discurso dos usuários (“eu sou normal, eu tenho ereção”), um padrão de sexualidade periférica é construído paralelamente (KIMMEL, 1998). No que tange à questão biomédica, este padrão de normalidade é construído pela negação de categorias como remédio, doença e cura. No que se refere à construção da masculinidade no campo discursivo, é recorrente o uso de comparações com outros homens. Existe um “outro” que aparece no discurso dos entrevistados, por vezes como uma referência positiva (“eu nunca tive esta superpotência que outros homens dizem que têm”), por vezes como uma referência negativa (“talvez tenha pessoas que têm problemas mais graves que o meu, o meu não é problema de ereção”). A sombra desse outro é sempre inatingível, tanto em sua versão negativa – visto que ninguém tem problemas – quanto em sua versão positiva – visto que ninguém atinge a superpotência. Lembrando Almeida (1995), “masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um modelo controlador”.

Apesar do efeito químico da pílula ser elogiado durante as entrevistas, o Viagra não parece tratar a “ansiedade de performance”; esta perfaz não só a esfera da sexualidade masculina, mas toda uma maneira masculina de ver o mundo. Pretendo mostrar aqui como a ansiedade de performance ganha uma nova configuração entre os usuários do Viagra, e como ela se manifesta no decorrer dos discursos coletados.

Em termos gerais, essa nova ansiedade parece mostrar-se com o seguinte perfil: em primeiro lugar, uma reprodução da autocobrança em termos de um encaixe num modelo esperado, com o agravante de haver um estimulante externo (a pílula); em segundo lugar, o medo de que a prática sexual passe a ser condicionada ao consumo da pílula. Em outras palavras, um receio de que o Viagra vicie e cause dependência.

Pedi a um usuário que me descrevesse sua primeira experiência com o Viagra. A utilização da pílula não parece amenizar a cobrança (ou a “torcida”) de que o próprio corpo “funcione”:

[...] primeiro lugar foi a sensação “vai funcionar, vai funcionar”, a curiosidade. De qualquer forma, *gera um tipo de ansiedade*, o que é pior, que prejudica, mas, sem problema nenhum, além da torcida, da coisa dar certo. Sem problema nenhum (João).

Em uma outra situação, perguntei a um usuário que se declarava homossexual como ele encarava o fato de seu parceiro também consumir o Viagra, pergunta a qual ele respondeu da seguinte maneira: “não vejo nenhum problema. O que eu não toleraria é se começasse a querer transar só se fosse tomando o Viagra. Ai não. Estamos juntos há sete anos e nunca precisamos disso” (Arnaldo).

Baseado nestas duas declarações, propomos uma reflexão. Será que é possível, após vivenciar um maior grau de virilidade, voltar a um estágio identificado como menos potente, a situação anterior ao consumo da pílula? Quais seriam as implicações desta experiência tendo o medicamento como catalisador? Na fala de um usuário, uma experiência sexual sem a utilização prévia do Viagra mostrou-se como “desastrosa”: “eu já tive a experiência de deixar de comprar e ter um ato semelhante aos que eu estava tendo ultimamente. Meio que desastroso, flacidez” (Carlos).

Pedi a um outro usuário que caracterizasse as diferenças entre as relações com a pílula e antes, sem a pílula:

Foi totalmente diferente. Foi um troço assim mais excitante, tu ejaculava e ao mesmo tempo tu tinha vontade, olhava pro teu membro e ele tava ereto, um troço assim com mais eficácia; durante o período que o comprimido estava fazendo efeito eu tive assim umas dez relações. Foi totalmente diferente da relação que eu tinha em casa, uma relação normal (Sérgio).

Segundo um dos médicos que entrevistei, aquilo a que posso chamar aqui de uma reconfiguração da insegurança masculina é recorrente no discurso dos seus pacientes. Tentando “reproduzir” queixas e observações comuns em seu consultório, disse-me ele que:

A maior parte está feliz com a medicação. A maior parte deles relata que a ereção espontânea melhorou, mas que todos eles gostam de ter o Viagra para uma necessidade; ou seja, as pessoas ficam com uma dependência psicológica relativa, eles gostam de ter o Viagra para uma festinha, para o momento em que eles queiram fazer alguma coisa fora do habitual, dentro ou fora do casamento. *Alguns querem uma outra medicação para não ficar dependentes do Viagra.* Muitos querem manter o tratamento. Em relação ao comprimido, a maior inquietação é eles ficarem dependentes do Viagra. *Eles têm muito medo de ficar impotentes se não usarem o Viagra* (Pedro, uroandrologista).

Entre os usuários entrevistados, a fonte da fragilidade, quando existe, é caracterizada como exterior a si; é o excesso de trabalho, o consumo de substâncias nocivas, uma medicação ou até mesmo o passar do tempo que trazem a impotência a um corpo que, no passado, vivenciava uma performance representada como sendo ideal.

Se, por um lado, “o excesso de trabalho atrapalha”, por outro ele parece ser usado no discurso masculino de forma estratégica, configurando uma queixa⁹ que apresenta uma esfera onde o indivíduo se destaca.

A idéia de que seja também do exterior a fonte da virilidade é motivo para insegurança. Se uma fragilidade deve ser algo que vem de fora e pode ser corrigido, por outro lado, a virilidade sexual deve ser um bem interior. A idéia de que ela esteja sendo causada por uma força exterior a si é um motivo para preocupações, que se manifestam na vontade de trocar de remédio, na preocupação de que o Viagra vicié ou na caracterização da pílula como um coadjuvante.

Se os usuários tendem a negar o estatuto de doença para a impotência, os médicos, por sua vez, tendem a reforçá-lo. Os médicos entrevistados sobre a questão da disfunção erétil, tendo como assunto central o uso do Viagra e similares, mostram ter consciência de que a pílula vem sendo utilizada não apenas no combate a uma patologia, mas também de forma recreativa. Mesmo assim, ao dissertar sobre o assunto, os médicos situam o sintoma dentro do espectro de atuação da biomedicina, como mostram as falas em destaque a seguir:

A disfunção erétil é *como uma cefaléia* [...] As duas têm *n* causas. Eu penso que ela tem que ser encarada *como uma doença qualquer*. Ela tem que ser estudada, investigada. O importante pro médico é não se adaptar ao paciente, mas adaptar o paciente a uma dinâmica, nós temos que ter uma história da doença (Mário, urologista).

Até dois anos atrás não se falava em disfunção erétil; é fundamental que se fale sobre isso. *Realmente a disfunção erétil deve ser encarada como uma outra patologia qualquer, que deve ser tratada* (Pedro, urologista e andrologista).

Nos dois casos, a comparação da disfunção erétil com uma “dor de cabeça” ou a sua caracterização como sendo uma patologia como outra qualquer parece manifestar a defesa de um campo de trabalho, atitude comum ao discurso dos médicos e ao material divulgado pelos laboratórios farmacêuticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do Viagra e o início da sua comercialização no Brasil provocaram um aumento exponencial no espaço cedido pelos meios de comunicação de massa ao tema da sexualidade masculina. Mas não se pode analisar este fato de forma ingênua. É importante refletir sobre o aspecto puramente informativo desses textos. Antes de tratar a sexualidade enquanto tema genérico, grande parte das reportagens versam especificamente sobre um remédio, funcionando como um veículo publicitário bastante efetivo.

Bastaria uma análise superficial para perceber que o sucesso do Viagra está longe de ser apenas comercial. A marca ganhou também grande poder semântico, visto que se tornou uma espécie de designação genérica de medicamentos para o tratamento do sintoma conhecido como disfunção erétil – mesmo depois do surgimento de outras marcas que prometiam um resultado ainda mais efetivo, atingido mais rapidamente e com menos efeitos colaterais.

Julgamos que o sucesso do Viagra vem responder a uma demanda ligada a valores de nossa cultura. A virilidade sexual, em nossa sociedade, ocupa um lugar central na construção de referências para a masculinidade. No imaginário masculino, ter ereção/potência é ter masculinidade, e ter masculinidade é ter tudo; sendo que a potência/impotência sexual é comumente ampliada para outras esferas da vida do homem.

A medicalização da impotência atinge em cheio o imaginário masculino no que se refere à questão da saúde sexual, já que ela está intimamente ligada à capacidade de manter uma ereção.

Sobre o binômio saúde/doença, é sintomática uma tensão discursiva que se estabelece entre um discurso erudito sobre a disfunção erétil – que fala sobre uma *doença* e delimita o sintoma dentro do campo de competência da biomedicina – e um discurso leigo – que justamente nega o estatuto de doença e de remédio para o sintoma e para a pílula. Assim, enquanto laboratório farmacêutico e médicos falam em uma patologia, os usuários expressam um discurso não-patologizado. Mas não podemos incorrer no erro de analisar tais discursos de forma maniqueísta. Esses atores estão em diálogo, o que coloca os seus discursos em constante intercâmbio, o que podemos perceber quando, por exemplo, um médico diz que receita o Viagra como se fosse uma “gasolina azul”, ou quando um usuário diz que até usaria o Viagra “como remédio”, caso ele tivesse uma disfunção.

O mesmo homem que se diz normal não poderia ser um homem doente. É incomum na fala dos usuários o recurso a categorias como “doença”, “remédio” e “cura”. Admitir-se doente, nesse caso, seria assumir uma ferida na sua identidade de gênero. Ora, se uma prática sexual considerada normal confirma o gênero, tratar de questões sexuais é tratar de questões ligadas ao gênero (FRACHER; KIMMEL, 1995). Assim, seria preciso explicitar uma complexidade que não é levada em conta quando se reforça uma leitura instrumental da sexualidade masculina. No caso de terapias relacionadas com a sexualidade masculina, a construção de um ideal de masculinidade deve ser contemplada, uma vez que tal ideal, com frequência, “gera a ordem imperativa [...] que resulta na ansiedade de desempenho que inicialmente cria o sintoma” (FRACHER; KIMMEL, 1995).

Bajos e Bozon (1999) afirmam que a atividade sexual é eminentemente relacional e as perturbações que a afetam também o são. Enquanto terapêutica isolada e pontual, o Viagra pode até responder a determinada demanda. Mas, pelo que vimos, as ansiedades masculinas vão além do ponto que a pílula pode atingir. Isso se percebe quando refletimos sobre a idéia de ansiedade de desempenho. É uma “masculinidade viril e ansiosa” que o significado atribuído ao consumo de pílulas como o Viagra, e outras equivalentes em efeito, parece estar confirmando e reconfigurando. Mostra disso é a maneira como, mesmo tendo a sua “virilidade” restituída, os homens revelam novas ansiedades ligadas ao seu desempenho sexual, o que pode ser lido como uma ressignificação da ansiedade. Estas novas ansiedades aparecem quando os homens demonstram receio de que o Viagra vicié, que eles não sejam mais capazes de ter uma ereção sem a pílula.

Ao que parece, o Viagra e as outras drogas contra a chamada disfunção erétil só vieram legitimar um modelo de sexualidade tradicional em que o homem é provedor, mas, dessa vez, um provedor na esfera sexual. Por outro lado, esse fenômeno nos mostra o caráter contingente da masculinidade, lembrando-nos que não existe uma única masculinidade, e sim, masculinidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

BAJOS, Nathalie; BOZON, Michel. La sexualité à l'épreuve de la Medicalisation: le Viagra. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 128, juin 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DE MARI, Juliana. A crise do macho. *Veja*, 12 abr. 2000. Disponível em: <<http://www.veja.com.br>> .

DEPPE, Lara Cristina Lourenço. *A (efi)ciência da beleza: análise da presença do discurso científico na revista Nova*. 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)–Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ESTUDOS Marplan. *Publiabril*. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br>> . Acesso em: 29 abr. 2002.

FRACHER, Jeffrey; KIMMEL, Michael S. Hard issues and soft spots: counseling men about sexuality. In: KIMMEL, Michael S.; MESSNER, Michael A. *Men's Lives*. New York: MacMillan, 1995.

FRANÇA, Valéria. Corrida ao prazer. *Veja*, 13 maio 1998. Disponível em: <<http://www.veja.com.br>> .

FRANÇA, Valéria. A pílula do sexo. *Veja*, São Paulo, n. 1513, p. 63, 17 set. 1997.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e representações violentas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, p. 163-175, mar. 1989.

GUTMANN, Matthew C. Traficando con hombres: la antropología de la masculinidad. *Horizontes antropológicos*, ano 5, n. 10, p. 245-286, 1999.

HEILBORN, M. L.; CARRARA, S. Em cena, os homens... *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 373, 1998.

KALCKMANN, Suzana. Incursões ao desconhecido: percepções de homens sobre saúde reprodutiva e sexual. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito (Org.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 79-99.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos*, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

KIMMEL, Michael S. The contemporary "crisis" of masculinity in historical perspective. In: BROD, Harry. *The making of masculinities: the new men's studies*. Boston: Allen & Unwin, 1987.

LEME, Álvaro. O fim da suspeita. *Veja*, 18 out. 2000. Disponível em: < <http://www.veja.com.br> > .

MAKSUD, Ivia. *Sexualidade e mídia: uma análise sócio-antropológica do discurso jornalístico*. 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)– Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 6.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: Imagens veiculadas pela mídia. In: Arilha, Margareth; Ridenti, Sandra G. Unbehau; MEDRADO, Benedito (Org.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 144-159.

O HOMEM sob pressão. *Veja*, São Paulo, n. 1310, p. 7-9, 20 out. 1993.

PASTORE, Karina. Rivais do Viagra. *Veja*, 28 abr. 1999. Disponível em: < <http://www.veja.com.br> > .

PASTORE, Karina. Ufa! Até que enfim... *Veja*, 03 jun. 1998. Disponível em: < <http://www.veja.com.br> > .

PASTORE, Karina; FRANÇA, Valéria. Satisfação garantida. *Veja*, São Paulo, n. 1540, p. 86-91, abr. 1998.

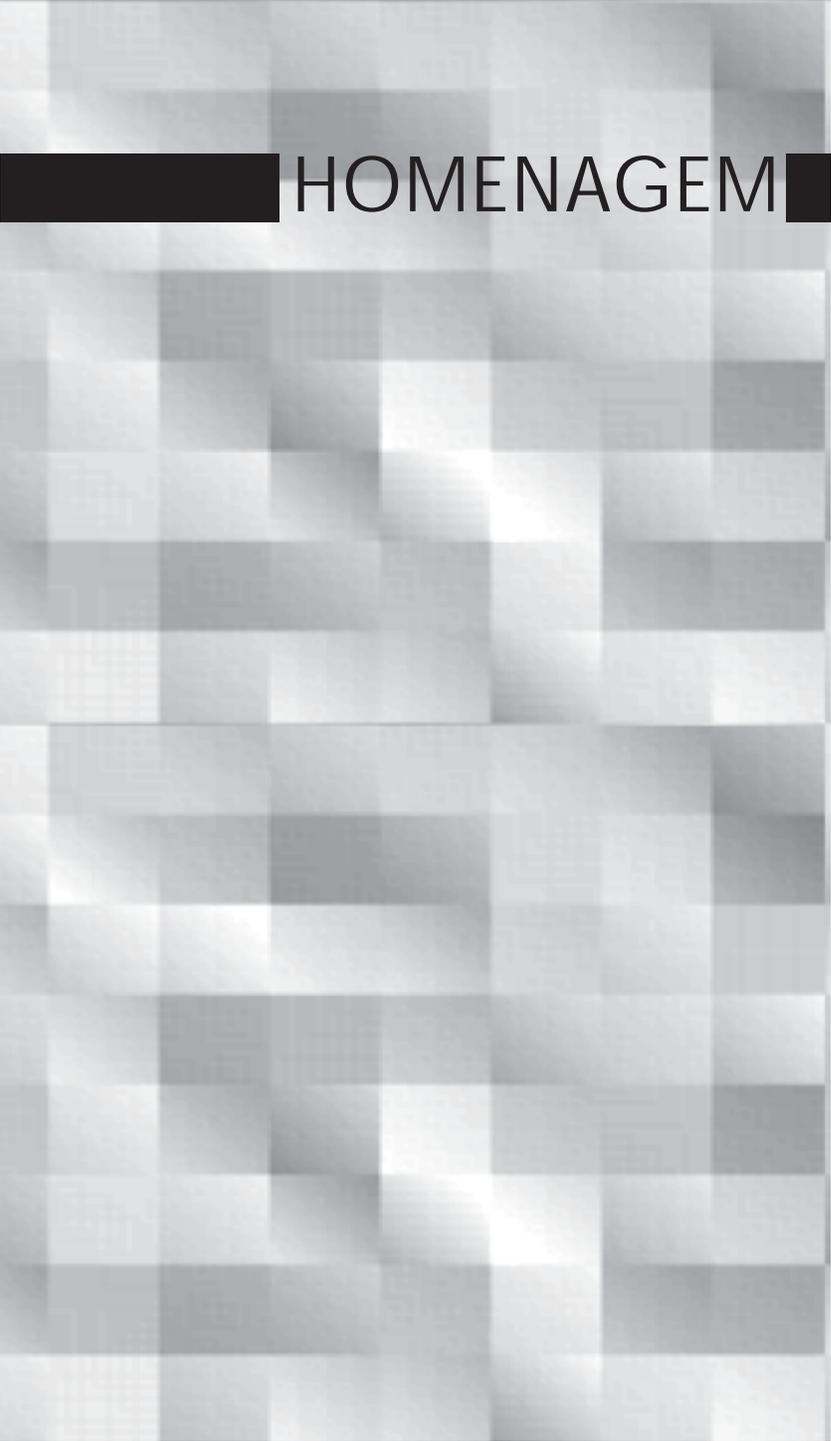
SOB suspeita. *Veja*, São Paulo, n. 1362, p. 69, out. 1994.

WACQUANT, Loïc. Os três corpos do lutador profissional. In: LINS, Daniel (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998.

NOTAS

- ¹ Revista *Época*, em reportagem intitulada “A turma do Viagra”, 06 set. 1999.
- ² O sucesso comercial da pilula é incontestável: após três anos de comercialização no Brasil, o Viagra passou a ocupar a posição de medicamento mais vendido no país, seguido pelo Cataflan, um conhecido e tradicional antiinflamatório. O faturamento com este medicamento no Brasil chegou a cinco milhões de dólares por ano, resultado que estaria “convencendo os produtores a começar a fabricá-lo no Brasil” (Fonte: *Jornal Diário Catarinense*, 18 maio 2001, a partir de uma pesquisa do Instituto IMSHealth).
- ³ A revista *Veja* é uma revista semanal e de variedades que está no mercado desde 1968. O leitor da revista *Veja*, segundo o Estudo Marplan, concentra o principal grupo de consumidores do país, com 68% das classes A e B e 24% da classe C. Tem um público dividido em 48% de homens e 52% de mulheres, e 62% têm idade entre 18 e 44 anos. A circulação líquida paga chega a 1.137,15 exemplares (Fonte: IVC – janeiro de 2002 – valores em milhares). Conclui-se com esses dados que a revista *Veja* é um importante veículo de comunicação e, portanto, um rico instrumento de pesquisa, com uma imensa tiragem que atinge um público com grande poder de consumo.
- ⁴ Com os seguintes assuntos: em entrevista à revista *Veja*, o andrologista Cristiano Santana diz que a cobrança sexual das mulheres aumentou e mostra como a medicina pode tratar distúrbios masculinos (O HOMEM..., 1993); em outra reportagem, intitulada “Sob suspeita”, um médico diz que vasectomia pode causar impotência (SOB suspeita, 1994).

- ⁵ Vale a pena ressaltar um dado que se repete em todas as reportagens e anúncios publicitários ligados ao Viagra e à impotência sexual masculina: o discurso está sempre direcionado a um público heterossexual, ignorando um possível uso da pílula pelo público homossexual.
- ⁶ Nessa direção, Heilborn e Carrara (1998, p. 373) comentam que “[...] uma das mais difíceis tarefas dos homens que envelhecem em nossas sociedades é a de refazer a sua identidade de gênero frente à perda de vários dos atributos que continuam a definir a masculinidade hegemônica (capacidade para o trabalho, força física, potência sexual)”.
- ⁷ Esse trabalho foi fruto de sete grupos focais: um grupo focal com nove homens, de nível socioeconômico médio/baixo, de diferentes etnias, com idade de 29 a 34 anos; um grupo focal com sete caminhoneiros, com idades de 19 a 48 anos; e cinco grupos focais totalizando 24 parceiros das participantes do estudo “O preservativo feminino – método controlado pela mulher”.
- ⁸ Não vamos neste espaço fazer um relato etnográfico da pesquisa, mas sim apresentar algumas conclusões. O material analisado consta de entrevistas semidirigidas com cinco usuários de Viagra e dois médicos urologistas-andrologistas (entre os anos de 1999 e 2001), além de material publicitário e jornalístico sobre a pílula e o sintoma que ela combate. Os médicos entrevistados possuem consultório próprio ou trabalham em grandes clínicas particulares em Florianópolis, e atendem pelo convênio Unimed. Os cinco usuários tinham entre 34 e 52 anos no momento da entrevista e fazem parte dos estratos médios: a faixa de renda declarada vai de R\$1.600 a R\$5.000.
- ⁹ GREGORI (1989) desenvolveu um trabalho em que as “queixas” são apresentadas como um discurso que reforça a construção de uma auto-identidade.



HOMENAGEM

RENÉ ARMAND DREIFUSS

René Dreifuss, um dos mais brilhantes cientistas sociais brasileiros de sua geração, faleceu no dia 4 de maio de 2003, em sua casa. Lutando durante quase três anos contra grave enfermidade, e tendo se submetido a duas operações no cérebro para extirpar um tumor que finalmente se mostrou invencível, jamais deixou de exercer suas atividades como professor e pesquisador até pouco antes de sua morte. Fez questão de continuar, em sua residência, sob penosas condições, dando aulas para os alunos de Relações Internacionais da Pós-Graduação em Ciência Política da UFF. Em dezembro último, já apresentando sérias dificuldades para se locomover e para falar, fez questão de comparecer ao seu local de trabalho para presidir banca de mestrado que julgava a tese de um querido estudante. Nessa oportunidade, sua mulher, Estrela Bohadana, lia em voz alta os comentários e indagações preparados por ele. Na intermitência da doença, René encontrou forças para viajar pelo país e para o exterior, satisfazendo apenas alguns dos inúmeros convites que sempre estavam sobre sua mesa de trabalho, feitos pelas mais prestigiadas instituições de ensino e pesquisa. Encontrando brechas no tempo que lhe era escasso, e vencendo o cansaço profundo – causado pela ingestão de, ou a exposição a, drogas poderosas – descobriu suficientes motivações para escrever, contando sempre com a ajuda inestimável de sua companheira, seu último livro. Com efeito, *Matrizes do século XXI* será a continuação dos seus penetrantes estudos e reflexões sobre o mundo contemporâneo, exposto às irrupções científicas e às explosões tecnológicas sob a égide da ordem globalizada e que, por isso mesmo, estão a requerer a elaboração de novos paradigmas perceptivos. Sua mulher, seus amigos e colegas da UFF e alhures por certo se encarregarão de publicá-lo.

René teve uma vasta e sólida formação intelectual. Nascido em 1945 em Montevidéu, Uruguai, formou-se em História e Ciência Política pela Universidade de Haifa, Israel. Obteve, na Grã-Bretanha, sempre na área da Ciência Política, o mestrado na Universidade de Leeds, Inglaterra, em 1974, e seu doutorado na Universidade de Glasgow, Escócia, em 1980. Seu currículo exhibe uma ampla e diversificada participação em palestras, seminários, conferências, simpósios etc., tanto no Brasil,

como no exterior. Poliglota (falava e escrevia em espanhol, português, inglês, francês, alemão e hebraico), publicou, em revistas brasileiras e internacionais, várias dezenas de artigos sobre assuntos políticos nacionais e latino-americanos, forças armadas e sociedade e, nos últimos tempos, cultivando a abordagem multidisciplinar, relações internacionais. Escreveu vários livros, sendo logo o primeiro um *best-seller*, que vem merecendo sucessivas edições, *1964: A conquista do Estado* (Vozes, 1981). Seguiram-se a *Internacional capitalista* (Espaço-Tempo, 1986), *O jogo da direita na Nova República* (Vozes, 1989), *Política, poder, Estado e força – uma leitura de Weber* (Vozes, 1993) e *A época da perplexidade* (Vozes, 1996).

Entre os diversos cargos por ele ocupados, destacam-se os de professor de Ciência Política da UFMG (1980/1984), o de membro-fundador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, o de pesquisador-visitante na área interdisciplinar de energia da COPPE/UFRJ (1984/1986), o de assessor-técnico da Fundação Escola de Serviço Público (FESP) do Rio de Janeiro e, até há pouco tempo, o de conselheiro *ad hoc* do Ministério de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. A partir de 2000, foi coordenador do módulo “Mudanças de Paradigmas de Ciência & Tecnologia”, no Instituto Virtual Internacional de Estudos das Mudanças Globais da COPPE/UFRJ. Desde 1986 até o seu falecimento, foi professor do Departamento de Ciência Política da UFF, lecionando na graduação e na pós-graduação, em que, nos últimos anos, recebia da FAPERJ bolsa de apoio para suas pesquisas. Na UFF ainda, com o apoio do reitor José Raimundo Romeo, tive a oportunidade de com ele ser o fundador do NEST (Núcleo de Estudos Estratégicos), tendo René exercido por muito anos o cargo de coordenador-chefe.

O autor dessas breves anotações foi colega e amigo pessoal de René Armand Dreifuss por 27 anos. Foi, assim, testemunha viva do acidentado périplo cumprido pelo profissional exemplar, cultor de notável disciplina de trabalho, mas que, antes de mais nada, foi dotado de raro talento para o entendimento dos intrincados e tumultuosos processos que caracterizam a existência social da vida humana. Como homem, René viveu como veio a morrer: valorizando a dignidade como valor central de sua conduta, democrata convicto, cientista interessado em investigar e buscar soluções para os problemas da pobreza e da miséria, tanto no plano nacional, como no plano da sociedade mundial. Naturalizado brasileiro, tendo com o Brasil um caso de paixão que o fazia sofrer mas também se alegrar, aqui se casou por três vezes. De seu primeiro matrimônio com Áurea Fuks nasceu seu único e muito querido filho, Daniel. Passou os últimos dez anos de sua vida com Estrela

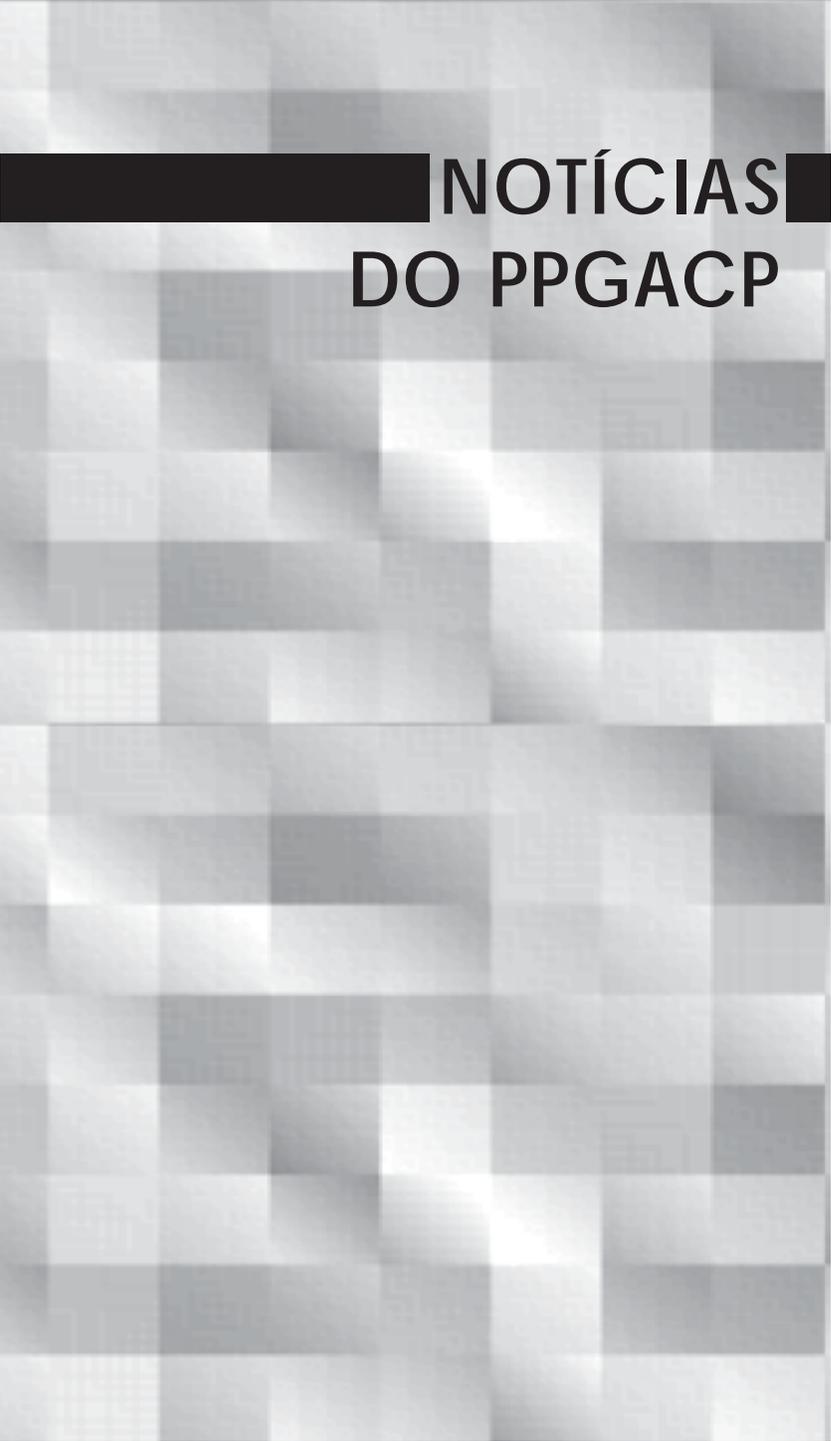
Bohadana, companheira que, até o instante derradeiro, esteve sempre ao seu lado, velando-o, confortando-o, amando-o.

Pouco depois de seu sepultamento, Bernardo Sorj, companheiro de René de todas as horas, abraçando-me com tristeza, disse-me entre lágrimas que estávamos os dois mais pobres. Sem conforto, vejo-me obrigado a reconhecer a justeza de suas palavras, sem sequer poder remediar a minha dor. Estamos todos nessa situação, seus parentes, seus amigos mais próximos e, em geral, as Ciências Sociais no Brasil e em toda a parte.

Cuidaremos, portanto, para que sua memória permaneça entre nós, providenciando a realização de solenidades que façam com que, na nossa querida UFF e fora dela, seu espírito sirva e permaneça como exemplo e guia das novas gerações.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2003.

Eurico de Lima Figueiredo
Chefe do Departamento de Ciência Política
Universidade Federal Fluminense



**NOTÍCIAS
DO PPGACP**

CONVÊNIO CAPES/COFECUB (PROJETO 240/98-I)
JANEIRO DE 1998 A FEVEREIRO DE 2002

COORDENADORES

BRASIL: ROBERTO KANT DE LIMA
(NUFEP/PPGACP/UFF)

FRANÇA: ISAAC JOSEPH
(DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA/UNIVERSIDADE DE
PARIS X –NANTERRE)

Apresentamos, através da *Antropolítica*, as atividades e resultados do Convênio Capes-Cofecub, inaugurando o novo formato das Notícias do PPGACP, seção na qual buscaremos divulgar as propostas e atividades dos grupos de pesquisa do programa.

MISSÕES DE TRABALHO

Foram realizadas algumas missões de trabalho, iniciando-se com a vinda do professor Isaac Joseph à UFF/Niterói, em abril/98. Nessa ocasião, além de ministrar palestras no IUPERJ – também parceiro no projeto – e na UFF, reuniu-se por diversas vezes com a equipe do PPGACP/NUFEP para determinar o desenvolvimento das atividades para os próximos anos. No IUPERJ, o convênio foi representado pela professora Licia do Prado Valladares, entre 1998-2000, quando a professora transferiu-se para a França, sendo substituída pelo professor Renato Boschi.

Em outubro de 1998, o coordenador no Brasil, professor Roberto Kant de Lima, foi a Paris, tendo apresentado trabalho em seminário internacional e participado de dois colóquios. Na oportunidade, também foram realizados contatos institucionais com pesquisadores franceses, interessados em visitar nossos programas e/ou em publicações conjuntas. São eles: M. René Lévy, diretor do CESDIP – Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales, Ministère de la Justice/CNRS; a professora Martine Segalen, da Universidade de Paris

X, Nanterre; M. Dominique Monjardet (CNRS) e Mme. Antoine Chauvenet; Mme. Anne Quérien – editora dos *Annales de la recherche urbaine – Plan Urbain, La Défense*; M. Antoine Garapon, do Institut des Hautes Études sur la Justice, também um dos editores de *Droit et Cultures*, revista da Universidade de Nanterre. Nesta missão de trabalho também foram definidos, em conjunto com o professor Isaac Joseph e M. Daniel Céfai, os termos para o Colloque International Cultures Civiques et Démocraties Urbaines, que se realizou em Cérisy-la-Salle, França, de 12 a 19 de junho de 1999.

Em missão de trabalho, em 1999, estive, ainda, na França, o Dr. Ari de Abreu Silva, então coordenador do PPGACP, providenciando, dentre outras atividades, a vinda da professora Martine Segalen ao Brasil.

O coordenador brasileiro do convênio esteve ainda na França em duas missões de trabalho. Em 2000, foi acertada a publicação de artigo na revista *Droit et Cultures*; também foi combinada a vinda ao Brasil, em 2001, de M. René Lévy, diretor do CESDIP (Centro de Estudos sobre o Direito e as Instituições Penais), vinculado ao Ministério da Justiça e ao CNRS, que realiza pesquisas sobre direito penal e aplicação da pena. Em 2001, foram ultimados os preparativos da vinda de M. René Lévy.

Em 1999, M. Daniel Céfai veio ao Brasil e realizou seminários no PPGACP, IFCS/UFRJ e IUPERJ.

No ano de 2000, tivemos as visitas do professor Isaac Joseph e da professora Martine Segalen. Ambos ministraram conferências no IFCS da UFRJ, no IUPERJ e dirigiram seminários de curta duração no NUFEP/PPGACP. Além disso, o professor Isaac Joseph concedeu entrevista à professora Licia Valladares e ao coordenador do convênio, publicada na revista do BIB/ANPOCS; participou de mesa-redonda na ANPOCS sobre a escola de Chicago; contratou a tradução de seu livro *Microssociologia*, pela editora da FGV/RJ. A professora Martine Segalen contratou a tradução de seu livro sobre rituais com a editora da FGV/RJ.

Em 2001, foram realizadas duas missões de trabalho pelo Professor Isaac Joseph, quando ministrou conferências no IUPERJ, IFCS/UFRJ e NUFEP/PPGACP, e por M. René Lévy, que proferiu conferência no IFCS/UFRJ, IUPERJ e PPGACP, além de ministrar aulas no curso de especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública da UFF.

MISSÕES DE ESTUDOS

Três professores do PPGCP/UFF realizaram atividades de pós-doutoramento em Paris X- Nanterre. São eles: Dr^a Delma Pessanha Neves, com o projeto “A rua: fronteira econômica e política”, no período de dezembro/99 a maio/2000; Dr^a Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes, com o projeto “Cultura e consumo em uma perspectiva comparada: sistemas de consumo de bens culturais em segmentos de camadas médias urbanas”, no período de junho/novembro de 2000; e Dr. Marco Antonio da Silva Mello, com o projeto “Belleville: um exercício etnográfico sobre a vida associativa em meio urbano, numa perspectiva comparada”, no período de agosto de 2000 a julho de 2001.

Conforme os termos do Convênio, cinco doutorandos do IUPERJ foram a Paris X, para a realização de doutorado-sanduíche: Vicente Riccio, com o projeto “A judicialização das relações sociais e cultura política no Brasil: sua manifestação nos juizados especiais e na mídia”, de setembro de 1999 a março de 2000; Vânia Morales Sierra, com o projeto “Infância, juventude e justiça”, de setembro de 2000 a março de 2001; Renata Luzia Feiral de Oliveira, “Um estudo das relações familiares entre grupos de baixa renda no Rio de Janeiro”, de setembro de 2000 a março de 2001; João Roberto Lopes Pinto, com o projeto “Qual cultura cívica?”, de janeiro a julho de 2002; Maria Guiomar da Cunha Frota, com o projeto “A capacidade deliberativa dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente a partir de três eixos analíticos: participação, judicialização e democratização”, de janeiro a julho de 2002.

Publicações

Artigos:

Neste item, foi de extrema relevância o empenho dos editores da revista *Antropolítica*, do PPGACP, para publicar quatro artigos de nossos parceiros do convênio. Em contrapartida, frise-se o empenho dos parceiros franceses em organizar um colóquio internacional em Cérisy-la-Salle e em publicar parte dos trabalhos apresentados na coletânea *D'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*, que já está disponível desde o mês de maio de 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. Police, justice et société au Brésil: une approche comparative des conflits dans l'espace public. *Annales de la recherche urbaine* 83/84, Paris, p. 72-80, sept. 1999.

Note-se que esta publicação ocorreu em número da revista que reúne, além deste, artigos de M. Monjardet e M. Ocqueteau, autores mencionados em nossos relatórios desde 1998 e tem introdução da editora, Mme. Anne Quérrien, também organizadora do número;

KANT DE LIMA, Roberto; VALLADARES, Licia do Prado. A Escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 3-13, 1. sem. 2000.

KANT DE LIMA, Roberto; AMORIM, Maria Stella; BURGOS, Marcelo. L'administration de la violence quotidienne au Brésil: l'expérience des tribunaux criminels spécialisés. *Droit et Cultures*. Paris, p. 200-227, 2001. Numéro hors série.

GÓMEZ, Jairo Montoya. Palimpsestos estéticos y espacios urbanos: de la razón práctica a la razón sensible. *Antropolítica*, Niterói, n. 6, p. 7-22, 1. sem. 1999.

BREVIGLIERI, Marc; STAVO-DEBAUGE, Joan. Le geste pragmatique de la sociologie française: autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. *Antropolítica*, Niterói, n. 07, p. 7-22, 2. sem. 1999.

JOSEPH, Isaac. Gabriel Tarde: le monde comme feerie. *Antropolítica*, Niterói, n. 8, p. 23-40, 1. sem. 2000.

CEFĂI, Daniel. The field training project: a pioneer experiment in fieldwork methods. Everett C. Hugges, Buford H. Junker and Raymond Gold's re-invention of Chicago field studies in the 1950's. *Antropolítica*, Niterói, n. 9, p. 25-76, 2. sem. 2000.

GOMES, Laura Graziela. Le réseau d'échanges des savoirs de Belleville et menilmontant: uma discussão sobre associativismo e reciprocidade no mundo contemporâneo. *Revista Sociedade Estado*, v. 16, n. 1-2, p. 276-306, jan./dez. 2001.

Livros (tradução):

JOSEPH, Isaac. Erving Goffman e a microsociologia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SEGALEN, Martine. Ritos e rituais contemporâneos. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

Capítulos de Livros

CEFÄI, Daniel; LAFAYE, Claudette. Le cadrage d'un conflit urbain: les répertoires d'argumentation et de motivation dans l'action collective. In: JOSEPH, Isaac; CEFÄI, Daniel (Coord.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Le Moulin du Chateau: Editions de l'Aube, 2002. p. 371-394.

JOSEPH, Isaac; CEFÄI, Daniel (Coord.). Introduction. In: _____. *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Le Moulin du Chateau: Editions de l'Aube, 2002. p. 5-14.

MELLO, Marco Antonio da Silva. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian. *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 205-230.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Vingt ans après: des espaces publics aux territoires clos de la Selva de Pedra, Rio de Janeiro. In: JOSEPH, Isaac; CEFÄI, Daniel (Coord.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Le Moulin du Chateau: Editions de l'Aube, 2002. p. 237-248.

KANT DE LIMA, Roberto. Police, justice et société au Brésil: comparer des modes d'administration des conflits dans l'espace public, In: JOSEPH, Isaac; CEFÄI, Daniel (Coord.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Le Moulin du Chateau: Editions de l'Aube, 2002. p. 193-210.

VALLADARES, Licia. Le langage de la coopération internationale: Peace Corps et ONGs dans les favelas à Rio de Janeiro. In: JOSEPH, Isaac; CEFÄI, Daniel (Coord.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Le Moulin du Chateau: Editions de l'Aube, 2002. p. 175-192.

Outras atividades:

Seminário de integração com os pesquisadores do IUPERJ em 22/4/99:

Para melhor integrar e definir futuros passos do convênio, promovemos seminário no NUFEP/UFF, em Niterói, com as professoras Licia do Prado Valladares e Maria Alice Rezende de Carvalho, ambas da pós-graduação em Sociologia do IUPERJ. A este encontro compareceu a maioria dos pesquisadores envolvidos no projeto, juntamente com seus orientandos.

Colloque International Cultures Civiques et démocraties Urbaines, realizado em Cérisy-la-Salle, França, de 12 a 19 de junho de 1999.

Pesquisadores do NUFEP e um de seus ex-orientandos participaram integralmente do Colóquio e nele apresentaram os seguintes trabalhos: Dr. Ari de Abreu Silva – “Moralité Publique et Résolution Politico-Juridique: L’Impeachment Présidentiel”; Dra. Delma Pessanha Neves – “Les Misérables et l’appropriation des espaces publics: conflits et médiations”; Dr. Marco Antonio da Silva Mello – “25 ans après: les appropriations et réappropriations des espaces publics d’usage collectif à la *Selva de Pedra*, Rio de Janeiro, Brésil”; Professor Roberto Kant de Lima – “Espaces publics et administration des conflits dans une perspective comparative: une approche anthropologique”; Dra. Simoni Lahud Guedes – “Réseaux de sociabilité masculine et réappropriation de l’espace urbain dans les quartiers des travailleurs du Grand Rio – Brésil”; Ms. Jorge da Silva, ex-aluno do PPGACP, atual doutorando da pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ – “New York and Rio: violence and racism in a comparative perspective”.

Além da apresentação de trabalhos e participação nas discussões, o Colóquio foi importante para estabelecer contatos com outros pesquisadores brasileiros (Sociologia da USP, Sociologia da UFBA, IPPUR/UFRJ) e franceses, colombianos, venezuelanos e mexicanos, tendo em vista a possível realização futura de encontros sobre temas de comum interesse e permuta de publicações, além de publicações de artigos na *Antropolítica*.

Outros Seminários e Colóquios:

1998:

21/10: Professor Roberto Kant de Lima: Seminário “Cities in the XXIst. Century. Cities and Metropolises: breaking or bridging?”, no At lier 2, “Social Links, collective perceptions and public space, em La Rochelle”. Apresenta o de trabalho intitulado “Public Space in Comparative Perspective”, na sessão do dia 19/10;

22/10: Professor Roberto Kant de Lima: Seminário no Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions P nales - CESDIP, do CNRS, em Guyancourt, ministrado por M. Jean Marie Renoir sobre diagnóstico local de segurança em La Rochelle;

23/10: Professor Roberto Kant de Lima: Seminaire sur Ecologie Urbaine, em Paris; convidado pelo professor Isaac Joseph, que compõe a equipe do Plan Urbain, do qual o sistema de transportes (RATP)   integrante;

27/10: Professor Roberto Kant de Lima: Palestra no seminário do professor Isaac Joseph, em Paris X – Nanterre, intitulado “Urbanité, Civilit , Mobilité”.

1999:

22/6: Professor Roberto Kant de Lima e Ms. Jorge da Silva: Les Entretiens de Saint Denis, sobre o tema “La violence urbaine: formes et enjeux”, em Saint Denis; convidados por Mme. Anne Quérrien, editora da revista *Annales de la recherche urbaine*;

24/10: Professor Isaac Joseph: participa o em mesa da ANPOCS coordenada pela professora Licia Valladares sobre a Escola de Chicago

2001:

setembro: Dra. Laura Graziela – X Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia em Fortaleza, mesa-redonda “Dádiva e sociedade: o ciclo de reciprocidade”, trabalho “Le réseau d’ changes des savoirs: o conhecimento como dádiva”.

novembro: Dra. Laura Graziela – IV RAM, em Curitiba, Fórum de Antropologia Urbana com a comunica o “A cidade e o comércio”.

junho: Dra. Laura Graziela – XXIII Reunião da ABA, Fórum de Antropologia Urbana, comunicação “‘Memória’ e ‘patrimônio’, duas categorias em disputa: formas divergentes de representação da cultura urbana parisiense contemporânea. Les beaux quartiers versus les quartiers ouvriers”.

outubro: Dra. Laura Graziela – GT “Dádiva, reciprocidade e vínculo social” da ANPOCS.

2002:

20 a 24/5/02: Dr. Marco Antonio da Silva Mello – Colloque International Tziganes et Méditerranée; les institutions comme espaces de rencontre. Maison Méditerranéenne des Sciences de l’Homme, Aix-en-Provence, com a apresentação do trabalho “Les Tziganes du Catumbi: figures de l’urbain dans un quartier cosmopolite de la ville de Rio de Janeiro”.

2002/2003:

Dra. Laura Graziela – participação em evento em Paris, promovido pelo GEODE/CNRS/Universidade de Paris X, CRIDA/LSCI/CNRS, CIRAD.

Dra. Laura Graziela – participação em evento promovido pela UnB, UFPe, UFBA e UFF.

Banca de Defesa de Dissertação

Em 7/7/99 foi defendida e aprovada dissertação de mestrado em Antropologia, no PPGACP, de Angela Fernandes Moreira Leite, denominada “Em tempo de conciliação”, perante banca formada pelo professor Roberto Kant de Lima (orientador), Maria Celina Soares d’Araújo (PPGACP) e Maria Alice Rezende de Carvalho (Sociologia/IUPERJ).

Co-orientações

Dr. Marco Antonio da Silva Mello e professor Isaac Joseph: tese de doutorado de M. P. Garcia Sánchez, “Les Conflits d’Urbanité à Caracas”; em fase de redação final na Universidade de Paris X - Nanterre

Dr. Marco Antonio da Silva Mello e professora Martine Segalen: Marilene Corrêa Maia, Escola de Belas Artes da UFMG, sobre arte

popular e o artesanato na coleção do Museu do Folclore Edison Carneiro, projeto em preparação para a Universidade de Paris X - Nanterre

Cursos de pós-graduação:

Ari de Abreu Silva

“Políticas Públicas e Processos Decisórios Governamentais: resolução de conflitos políticos e processos judiciais numa perspectiva comparada”, em que abordou questões relacionadas a seu projeto de pesquisa no CNPq, enriquecidas pelo contato com a bibliografia e as discussões sobre o tema na França, visualizadas a partir de nossa participação recente no Colóquio de Cérisy e dos contatos mantidos com os pesquisadores convidados para visitar o PPGACP (2º semestre 1999).

Licia Valladares

Antropologia Social do Brasil: “Cem Anos Pensando a Favela Carioca: A Construção Social de um Objeto”, período: 1º/4/02 a 17/7/02;

Sistemas de Pensamento: “Escola de Chicago: A Tradição Americana na França e no Brasil”, período: 5/4/02 a 21/7/02;

René Levy

“An Introduction to the French Criminal Justice System”, período: 6, 8 e 9/11/01; curso de especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública.

Resumo e quantificação dos resultados:

O Convênio Capes-Cofecub certamente colaborou de modo significativo para a implantação do doutorado em Antropologia do PPGACP, em dezembro de 2001, sendo esta uma meta a que se propunha desde o início, como um convênio do Tipo I.

Além disso, outros resultados relevantes podem ser apontados:

- 5 doutorados-sanduiche, IUPERJ,
- 3 pós-doutorados
- 1 Colóquio Internacional de organização e participação conjunta;
- 2 artigos publicados em revistas francesas;

- 4 artigos publicados em revistas brasileiras;
- 2 traduções de livros de participantes franceses para o português;
- 5 capítulos de um livro em francês;
- 1 capítulo de livro em português;
- 1 coletânea com trabalhos apresentados no Colóquio de Cérisy-la - Salle, em francês;
- 7 trabalhos apresentados em colóquio internacional pelos pesquisadores brasileiros, na França;
- 2 trabalhos apresentados em seminários na França;
- 2 seminários entre os parceiros brasileiros (PPGACP/IUPERJ), no Brasil;
- 6 seminários entre pesquisadores brasileiros e franceses (professor Isaac Joseph, professora Martine Segalen, M. Daniel Cefäi e M. René Lévy, no Brasil);
- 3 cursos na pós-graduação do PPGACP;
- 8 assinaturas de revistas francesas;
- 16,000 ff em livros para a biblioteca do PPGACP da UFF.

Avaliação dos resultados:

Após um período inicial, em que nem o coordenador francês, nem o brasileiro estavam informados ou familiarizados com a rotina do acordo CAPES/COFECUB – e por isso deixaram fazer intercâmbio entre pesquisadores em Missões de Estudo em 1998 – emprestou-se dinâmica satisfatória às atividades do convênio, envolvendo a parte brasileira – a Sociologia do IUPERJ – e expandindo a participação dos pesquisadores brasileiros e franceses.

A realização do Colóquio foi fundamental para prover um convívio prolongado – o Colóquio deu-se em um castelo, no qual os participantes ficaram hospedados por uma semana inteira – e conseqüente socialização intensiva dos pesquisadores brasileiros nos procedimentos e práticas da academia francesa, com os quais todos estavam pouco ou nada familiarizados.

A participação de pesquisadores e alunos de mestrado do PPGACP e de doutorado do IUPERJ em seminários e colóquios na França demonstrou o potencial que o projeto possui.

O tratamento extremamente respeitoso dispensado durante a primeira Missão de Trabalho não só ao coordenador, mas a todo o grupo, por ocasião da viagem motivada pelo Colóquio de Cérisy, permitiu o estreitamento de nossas relações com pesquisadores franceses, além dos nossos conhecidos professores Isaac Joseph e Daniel Cefäi. Assim, mantivemos aprazíveis e frutíferos encontros de trabalho não só com Mme. Anne Quérrien e M. Ocqueteau, mas também com a professora Segalen, M. Monjardet e M. René Lévy, os quais nos visitaram e ainda nos visitarão, para participar de seminários, ministrar palestras e minicursos, assim proporcionando aos alunos do PPGACP e do IUPERJ acesso à informação qualificada de que dispõem.

Estes pesquisadores – dois dos quais já havíamos conhecido no Brasil em congresso realizado em São Paulo, que resultou em publicação conjunta na *Revista Tempo Social*, como já mencionado –, não é demais frisar, são referências sociológicas importantes, com liderança indiscutível no campo intelectual francês e internacional. Neste sentido, estamos claramente abrindo caminho para uma cooperação acadêmica mais efetiva em termos de pesquisa e ensino conjuntos, que nos proporcione, em futuro próximo, a sua presença mais demorada ou, mesmo, a de alguns de seus associados. A publicação conjunta de artigos nos *Annales de la recherche urbaine*, na *Antropolítica* e no *BIB* é o primeiro passo para que isto ocorra. Estamos também nos associando a outras instituições interessadas em ouvi-los, como o IFCS, da UFRJ, através do Núcleo de Estudos da Cidadania e Violência Urbana (NECVU), coordenado pelo Dr. Michel Misse, para que sua presença aqui seja a mais proveitosa possível não só para nossos programas, mas também para a comunidade acadêmica interessada.

Esta estratégia tem-se revelado eficaz uma vez que, desde já, além deles – e atrás deles – outros pesquisadores têm-se interessado em vir ao nosso Programa, o que consideramos de alta importância, uma vez que ampliarão nossos laços internacionais, os quais têm-se fixado nos EUA e no Canadá, por razões históricas de nossa formação. Por outro lado, a ampliação do campo comparativo de nossos trabalhos – sobre práticas de construção da verdade, de administração de conflitos, de apropriação de espaços públicos, em uma perspectiva comparada – terá efeitos significativos em nossa produção, tanto do ponto de vista do ensino, como das publicações relacionadas à pesquisa, agora dialogan-

do com autores como Garapon, Monjardet, Sallas, e enriquecida pela leitura de artigos publicados nas revistas francesas que passamos a assinar.

Como benefício inesperado desta relação, estamos estreitando ainda mais nossas relações com a Sociologia do IUPERJ e com outros centros de sociologia e urbanismo do país, como o Urbandata, o que permite maior circulação de informação e discussão dos resultados de nossas pesquisas com um público acadêmico mais amplo.

Através da efetivação de contatos institucionais sistemáticos, estamos também aumentando a permuta de publicações e a possível participação em eventos científicos de várias instituições brasileiras e francesas, o que se tornou possível mediante do projeto de cooperação.

Finalmente, os recursos financeiros alocados ao projeto, embora modestos, ao contemplarem as solicitações referentes às Missões de Trabalho dos pesquisadores franceses, foram fundamentais para apoiar um período de adaptação deles à vida acadêmica do Brasil. Os resultados desta adaptação poderão revelar-se muito frutíferos, uma vez que há real interesse em promover intercâmbio científico em pesquisa, de ambas as partes. Tais recursos também têm permitido assinar algumas revistas francesas e fazer frente a despesas de pagamento de serviços indispensáveis a nossos trabalhos de pesquisa e ensino, de forma relevante para o bom desempenho de nossas atividades acadêmicas.

Sem dúvida, entretanto, como já fizemos notar, o resultado mais relevante deste convênio foi sua contribuição para a recomendação do doutorado de Antropologia do PPGACP pela CAPES.

Niterói, 30 de abril de 2002.

Roberto Kant de Lima

Coordenador do Projeto 240/98-I

RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

CURSO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

1 TÍTULO: **UM ABRAÇO PARA TODOS OS AMIGOS**

Autor: Antonio Carlos Rafael Barbosa
Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues
Data da defesa: 16/1/1997

2 TÍTULO: **A PRODUÇÃO SOCIAL DA MORTE E MORTE
SIMBÓLICA EM PACIENTES HANSENIANOS**

Autor: Cristina Reis Maia
Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues
Data da defesa: 2/4/1997

3 TÍTULO: **PRÁTICAS ACADÊMICAS E O ENSINO
UNIVERSITÁRIO: UMA ETNOGRAFIA DAS FORMAS
DE CONSAGRAÇÃO E TRANSMISSÃO DO SABER
NA UNIVERSIDADE.**

Autor: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 16/6/1997

4 TÍTULO: **“DOM”, “ILUMINADOS” E “FIGURÕES”**: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA ORATÓRIA NO TRIBUNAL DO JÚRI DO RIO DE JANEIRO.

Autor: Alessandra de Andrade Rinaldi
Orientador: Prof. Dr. Luiz de Castro Faria
Data da defesa: 3/1/1997

5 TÍTULO: **MUDANÇA IDEOLÓGICA PARA A QUALIDADE**

Autor: Miguel Pedro Alves Cardoso
Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa
Data da defesa: 7/10/1997

6 TÍTULO: **CULTO ROCK A RAUL SEIXAS** : SOCIEDADE ALTERNATIVA ENTRE REBELDIA E NEGOCIAÇÃO

Autor: Monica Buarque
Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues
Data da defesa: 19/12/1997

7 TÍTULO: **A CAVALGADA DO SANTO GUERREIRO**: DUAS FESTAS DE SÃO JORGE EM SÃO GONÇALO/ RIO DE JANEIRO

Autor: Ricardo Maciel da Costa
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 23/12/1997

8 TÍTULO: **A LOUCURA NO MANICÔMIO JUDICIÁRIO**: A PRISÃO COMO TERAPIA, O CRIME COMO SINTOMA, O PERIGO COMO VERDADE

Autor: Rosane Oliveira Carreteiro
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 6/2/1998

**9 TÍTULO: ARTICULAÇÃO CASA E TRABALHO: MIGRANTES
“NORDESTINOS” NAS OCUPAÇÕES DE
EMPREGADA DOMÉSTICA E EMPREGADOS DE
EDIFÍCIO**

Autor: Fernando Cordeiro Barbosa
Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves
Data da defesa: 4/3/1998

**10 TÍTULO: ENTRE “MODERNIDADE” E “TRADIÇÃO”:
A COMUNIDADE ISLÂMICA DE MAPUTO**

Autor: Fátima Nordine Mussa
Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello
Data da defesa: 11/3/1998

**11 TÍTULO: OS INTERESSES SOCIAIS E A SECTARIZAÇÃO DA
DOENÇA MENTAL**

Autor: Cláudio Lyra Bastos
Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello
Data da defesa: 21/5/1998

**12 TÍTULO: PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA: MEDIAÇÃO E
RECIPROCIDADE**

Autor: Gláucia Maria Pontes Mouzinho
Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes
Data da defesa: 24/5/1999

**13 TÍTULO: O IMPÉRIO E A ROSA: ESTUDO SOBRE A
DEVOÇÃO DO ESPÍRITO SANTO**

Autor: Margareth da Luz Coelho
Orientador: Prof. Dr. Arno Vogel
Data da defesa: 13/7/1998

14 TÍTULO: DO MALANDRO AO MARGINAL:

REPRESENTAÇÕES DOS PERSONAGENS HERÓIS
NO CINEMA BRASILEIRO

Autor: Marcos Roberto Mazaro

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa

Data da defesa: 30/10/1998

15 TÍTULO: PROMETER CUMPRIR: PRINCÍPIOS MORAIS DA

POLÍTICA: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES
SOBRE A POLÍTICA CONSTRUÍDAS POR ELEITORES
E POLÍTICOS

Autor: Andréa Bayerl Mongim

Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 21/1/1999

16 TÍTULO: O SIMBÓLICO E O IRRACIONAL: ESTUDO SOBRE

SISTEMAS DE PENSAMENTO E SEPARAÇÃO
JUDICIAL

Autor: César Ramos Barreto

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da defesa: 10/5/1999

17 TÍTULO: EM TEMPO DE CONCILIAÇÃO

Autor: Angela Maria Fernandes Moreira Leite

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 15/7/1999

18 TÍTULO: NEGROS, PARENTES E HERDEIROS: UM ESTUDO

DA REELABORAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NA
COMUNIDADE DE RETIRO, SANTA LEOPOLDINA
– ES

Autor: Osvaldo Marins de Oliveira

Orientador: Prof^a Dr^a Eliane Cantarino O'Dwyer

Data da defesa: 13/8/1999

**19 TÍTULO: SISTEMA DA SUCESSÃO E HERANÇA DA POSSE
HABITACIONAL EM FAVELA**

Autor: Alexandre de Vasconcellos Weber
Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves
Data da defesa: 25/10/1999

**20 TÍTULO: E NO SAMBA FEZ ESCOLA: UM ESTUDO DE
CONSTRUÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES EM
ESCOLA DE SAMBA**

Autor: Cristina Chatel Vasconcellos
Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes
Data da defesa: 5/11/1999

**21 TÍTULO: CIDADÃOS E FAVELADOS: OS PARADOXOS DOS
PROJETOS DE (RE)INTEGRAÇÃO SOCIAL**

Autor: André Luiz Videira de Figueiredo
Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves
Data da defesa: 19/11/1999

**22 TÍTULO: DA ANCHOVA AO SALÁRIO MÍNIMO: UMA
ETNOGRAFIA SOBRE INJUNÇÕES DE MUDANÇA
SOCIAL EM ARRAIAL DO CABO/RJ**

Autor: Simone Moutinho Prado
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 25/2/2000

**23 TÍTULO: PESCADORES E SURFISTAS: UMA DISPUTA PELO
USO DO ESPAÇO DA PRAIA GRANDE**

Autor: Delgado Goulart da Cunha
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 28/2/2000

24 TÍTULO: **PRODUÇÃO CORPORAL DA MULHER QUE
DANÇA**

Autor: Sigrid Hoppe

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 27/4/2000

25 TÍTULO: **A PRODUÇÃO DA VERDADE NAS PRÁTICAS
JUDICIÁRIAS CRIMINAIS BRASILEIRAS: UMA
PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA DE UM
PROCESSO CRIMINAL**

Autor: Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 21/9/2000

26 TÍTULO: **CAMPO DE FORÇA: SOCIABILIDADE NUMA
TORCIDA ORGANIZADA DE FUTEBOL**

Autor: Fernando Manuel Bessa Fernandes

Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 22/9/2000

27 TÍTULO: **RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS: UMA
REFORMA AGRÁRIA NO MAR? UMA DISCUSSÃO
SOBRE O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO
CABO/RJ**

Autor: Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 29/11/2000

**28 TÍTULO: PATRULHANDO A CIDADE: O VALOR DO
TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS
EM UM PROGRAMA RADIOFÔNICO**

Autor: : Edilson Marcio Almeida da Silva
Orientador: Profª Drª Simoni Lahud Guedes
Data da defesa: 8/12/2000

**29 TÍTULO: LOUCOS DE RUA: INSTITUCIONALIZAÇÃO X
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO**

Autor: Ernesto Aranha Andrade
Orientador: Profª Drª Delma Pessanha Neves
Data da defesa: 8/3/2001

**30 TÍTULO: FESTA DO ROSÁRIO: ICONOGRAFIA E POÉTICA
DE UM RITO**

Autor: Patrícia de Araújo Brandão Couto
Orientador: Profª Drª Tania Stolze Lima
Data da defesa: 8/5/2001

**31 TÍTULO: OS CAMINHOS DO LEÃO: UMA ETNOGRAFIA
DO PROCESSO DE COBRANÇA DO IMPOSTO DE
RENDA**

Autor: Gabriela Maria Hilu da Rocha Pinto
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 7/8/2001

**32 TÍTULO: REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS: ALTERNATIVAS E
CONTRADIÇÕES – DAS MÚLTIPLAS
POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO**

Autor: Delaine Martins Costa
Orientador: Profª Drª Delma Pessanha Neves
Data da defesa: 27/9/2001

33 TÍTULO: **CAPOEIRAS E MESTRES: UM ESTUDO DE**
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Autor: Mariana Costa Aderaldo
Orientador: Profª Drª Simoni Lahud Guedes
Data da defesa: 29/10/2001

34 TÍTULO: **ÍNDIOS MISTURADOS: IDENTIDADES E**
DESTERRITORIALIZAÇÃO NO SÉCULO XIX

Autor: Márcia Fernanda Malheiros
Orientador: Profª Drª Tania Stolze Lima
Data da defesa: 17/12/2001

35 TÍTULO: **TRABALHO E EXPOSIÇÃO: UM ESTUDO DA**
PERCEÇÃO AMBIENTAL NAS INDÚSTRIAS
CIMENTEIRAS DE CANTAGALO/ RJ – BRASIL

Autor: Maria Luiza Erthal Melo
Orientador: Profª Drª Gláucia Oliveira da Silva, Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas (co-orientador)
Data da defesa: 04/5/2001

36 TÍTULO: **REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS: ALTERNATIVAS E**
CONTRADIÇÕES – DAS MÚLTIPLAS
POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Autor: Delaine Martins Costa
Orientador: Profª Drª Delma Pessanha Neves
Data da Defesa: 27/9/01

37 TÍTULO: SAMBA, JOGO DO BICHO E NARCOTRÁFICO:
A REDE DE RELAÇÕES QUE SE FORMA NA
QUADRA DE UMA ESCOLA DE SAMBA EM UMA
FAVELA DO RIO DE JANEIRO

Autor: Alcyr Mesquita Cavalcanti
Orientador: Profª Drª Simoni Lahud Guedes
Data da Defesa: 20/12/01

38 TÍTULO: MÃOS DE ARTE E O SABER-FAZER DOS
ARTESÃOS DE ITACOARECI: UM ESTUDO
ANTROPOLÓGICO SOBRE SOCIALIDADE,
IDENTIDADES E IDENTIFICAÇÕES LOCAIS

Autor: Marzane Pinto de Souza
Orientador: Profª Drª Gláucia Oliveira da Silva
Data da Defesa: 6/2/02

39 TÍTULO: DO ALTO DO RIO EREPECURU À CIDADE DE
ORIXIMINÁ: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO
SOCIAL EM UM NÚCLEO URBANO DA AMAZÔNIA

Autor: Andréia Franco Luz
Orientador: Profª Drª Eliane Cantarino O'Dwyer
Data da Defesa: 27/3/02

40 TÍTULO: O FIO DO DESENCANTO: TRAJETÓRIA ESPACIAL
E SOCIAL DE ÍNDIOS URBANOS EM BOA VISTA
(RR)

Autor: Lana Araújo Rodrigues
Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues
Data da Defesa: 27/3/02

41 TÍTULO: **DEUS É PAI: PROSPERIDADE OU SACRIFÍCIO?
CONVERSÃO, RELIGIOSIDADE E CONSUMO NA
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS.**

Autor: Maria José Soares

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa

Data da Defesa: 1^o/4/02

42 TÍTULO: **NEGROS EM ASCENSÃO SOCIAL: PODER DE
CONSUMO E VISIBILIDADE**

Autor: Lidia Celestino Meireles

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa

Data da Defesa: 1^o/4/02

43 TÍTULO: **A CULTURA MATERIAL DA NOVA ERA E O SEU
PROCESSO DE COTIDIANIZAÇÃO**

Autor: Juliana Alves Magaldi

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa

Data da Defesa: 20/7/02

44 TÍTULO: **A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM
PIRENÓPOLIS, GOIÁS: POLARIDADES
SIMBÓLICAS EM TORNO DE UM RITO**

Autor: Felipe Berocan Veiga

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da Defesa: 1^o/7/02

45 TÍTULO: **PRIVATIZAÇÃO E RECIPROCIDADE PARA
TRABALHADORES DA CERJ EM ALBERTO
TORRES/RJ**

Autor: Cátia Inês Salgado de Oliveira

Orientador: Prof^a Dr^a Gláucia Oliveira da Silva

Data da Defesa: 4/7/02

46 TÍTULO: **CADA LOUCO COM A SUA MANIA, CADA
MANIA DE CURA COM A SUA LOUCURA**

Autor: Patricia Pereira Pavesi

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa

Data da Defesa: 7/1/2003

47 TÍTULO: **VILA MIMOSA II: A CONSTRUÇÃO DO NOVO
CONCEITO DA ZONA**

Autor: Soraya Silveira Simões

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da Defesa: 20/1/2003

48 TÍTULO: **TÃO PERTO, TÃO LONGE: ETNOGRAFIA SOBRE
RELAÇÕES DE AMIZADE NA FAVELA DA
MANGUEIRA NO RIO DE JANEIRO**

Autor: Geovana Tabachi Silva

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa

Data da Defesa: 20/1/2003

49 TÍTULO: **O MERCADO DOS ORIXÁS: UMA ETNOGRAFIA
DO MERCADÃO DE MADUREIRA NO RIO DE
JANEIRO**

Autor: Carlos Eduardo Martins Costa Medawar

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da Defesa: 20/1/2003

50 TÍTULO: **PARA ALÉM DA “PORTA DE ENTRADA”:
USOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O CONSUMO DA
CANABIS ENTRE UNIVERSITÁRIOS**

Autor: Jóvirson José Milagres

Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes

Data da Defesa: 10/6/2003

**51 TÍTULO: E O VERBO (RE)FEZ O HOMEM: ESTUDO DO
PROCESSO DE CONVERSÃO DO ALCOÓLICO
ATIVO EM ALCOÓLICO PASSIVO**

Autor: Angela Maria Garcia
Orientador: Profª Drª Delma Pessanha Neves
Data da Defesa: 12/6/2003

**52 TÍTULO: LE SOUFFLE AU COEUR & DAMAGE: QUANDO
O MESMO TOCA O MESMO EM 24 QUADROS
POR SEGUNDO (LOUIS MALLE E A TEMÁTICA DO
INCESTO)**

Autor: Débora Breder Barreto
Orientador: Profª Drª Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto
Data da Defesa: 24/6/2003

**53 TÍTULO: O FACCIONALISMO XAVANTE NA TERRA
INDÍGENA SÃO MARCOS E A CIDADE DE
BARRA DAS GARÇAS**

Autor: Paulo Sérgio Delgado
Orientador: Profª Drª Eliane Cantarino O'Dwyer
Data da Defesa: 24/6/2003

**54 TÍTULO: CARTOGRAFIA NATIVA: A REPRESENTAÇÃO DO
TERRITÓRIO, PELOS GUARANI KAIOWÁ, PARA O
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE
VERIFICAÇÃO DA FUNAI**

Autor: Ruth Henrique da Silva
Orientador: Profª Drª Eliane Cantarino O'Dwyer
Data da Defesa: 27/6/2003

55 TÍTULO: **NEM MUITO MAR, NEM MUITA TERRA. NEM TANTO NEGRO, NEM TANTO BRANCO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS NA ILHA DA MARAMBAIA/RJ**

Autor: Fábio Reis Mota

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 27/6/2003

56 TÍTULO: **PENDURA ESSA: A COMPLEXA ETIQUETA DE RECIPROCIDADE EM UM BOTEQUIM DO RIO DE JANEIRO**

Autor: Pedro Paulo Thiago de Mello

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da Defesa: 30/6/2003

57 TÍTULO: **JUSTIÇA DESPORTIVA: UMA COEXISTÊNCIA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

Autor: Wanderson Antonio Jardim

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima, Prof^a Dr^a Simoni

Lahud Guedes (co-orientadora)

Data da Defesa: 30/6/2003

**1 TÍTULO: GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL:
A ADMINISTRAÇÃO DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE
ANGRA DOS REIS**

Autor: Claudio Batista

Orientador: Prof. Dr. José Ribas Vieira

Data da defesa: 17/10/1997

**2 TÍTULO: UTOPIA REVOLUCIONÁRIA *VERSUS* REALISMO
POLÍTICO: O DILEMA DOS PARTIDOS SOCIALISTAS
NA ÓTICA DOS DIRIGENTES DO PT FLUMINENSE**

Autor: Gisele dos Reis Cruz

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Celina Soares D'Araujo

Data da defesa: 7/11/1997

3 TÍTULO: RELAÇÃO ONG – ESTADO: O CASO ABIA

Autor: Jacob Augusto Santos Portela

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Celina Soares D'Araujo

Data da defesa: 18/11/1997

**4 TÍTULO: REFORMA DO ESTADO E POLÍTICA DE
TELECOMUNICAÇÕES: O IMPACTO DAS
MUDANÇAS RECENTES SOBRE A EMBRATEL**

Autor: José Eduardo Pereira Filho

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa

Data da defesa: 18/12/1997

5 TÍTULO: ENTRE A DISCIPLINA E A POLÍTICA: CLUBE MILITAR (1890 – 1897)

Autor: Claudia Torres de Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Celso Castro

Data da defesa: 19/12/1997

6 TÍTULO: ASSOCIATIVISMO MILITAR NO BRASIL: 1890/1940

Autor: Tito Henrique Silva Queiroz

Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva

Data da defesa: 22/12/1997

7 TÍTULO: ESCOLA DE GUERRA NAVAL NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS SUPERIORES DA MARINHA DE GUERRA DO BRASIL

Autor: Sylvio dos Santos Val

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Data da defesa: 6/2/1998

8 TÍTULO: O PODER LEGISLATIVO REAGE: A IMPORTÂNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES NO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Autor: Ygor Cervásio Gouvea da Silva

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes dos Santos

Data da defesa: 13/8/1998

9 TÍTULO: A EXPERIÊNCIA DO ITAMARATY DE 84 A 96: ENTRE A TRADIÇÃO E A MUDANÇA

Autor: Joana D'Arc Fernandes Ferraz

Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva

Data da defesa: 15/9/1998

10 TÍTULO: CENTRAIS SINDICAIS E SINDICATOS

Autor: Fernando Cesar Coelho da Costa

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Celina Soares D'Araujo

Data da defesa: 16/11/1998

**11 TÍTULO: A DIMENSÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA NA
SOCIEDADE BRASILEIRA: O CONFLITO DE
REPRESENTAÇÕES**

Autor: Guiomar de Lemos Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho

Data da defesa: 15/12/1998

**12 TÍTULO: A OMS, O ESTADO E A LEGISLAÇÃO
CONTRÁRIA AO TABAGISMO: OS PARADOXOS
DE UMA AÇÃO**

Autor: Mauro Alves de Almeida

Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva

Data da defesa: 21/12/1998

13 TÍTULO: VIOLÊNCIA E RACISMO NO RIO DE JANEIRO

Autor: Jorge da Silva

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 23/12/1998

**14 TÍTULO: NOVAS DEMOCRACIAS: AS VISÕES DE ROBERT
DAHL GUILLERMO O'DONNELL E ADAM
PRZEWORSKI**

Autor: Jaime Baron

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Data da defesa: 16/7/1999

**15 TÍTULO: CONSELHO TUTELAR: A PARTICIPAÇÃO POPULAR
NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE EM NITERÓI – RJ**

Autor: Maria das Graças Silva Raphael
Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva
Data da defesa: 13/12/1999

**16 TÍTULO: O LEGISLATIVO MUNICIPAL NO CONTEXTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE
A DINÂMICA LEGISLATIVA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**

Autor: Otair Fernandes de Oliveira
Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva
Data da defesa: 20/12/1999

17 TÍTULO: A GERÊNCIA DO PENSAMENTO

Autor: Cláudio Roberto Marques Gurgel
Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho
Data da defesa: 8/2/2000

**18 TÍTULO: VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO: A
PRODUÇÃO RACIONAL DO MAL – A PRODUÇÃO
LEGAL SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO**

Autor: Fabiano Costa Souza
Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho
Data da defesa: 9/2/2000

**19 TÍTULO: AS IDÉIAS DE DIREITO NO BRASIL SEISCENTISTA
E SUAS REPERCUSSÕES NO EXERCÍCIO E NA
JUSTIFICATIVA DO PODER POLÍTICO**

Autor: Ana Patrícia Thedin Corrêa
Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho
Data da defesa: 8/6/2000

**20 TÍTULO: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA:
GÊNESE E ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

Autor: Priscila Carlos Brandão Antunes

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Celina Soares D'Araújo

Data da defesa: 25/8/2000

**21 TÍTULO: DILEMAS DA REFORMA DA SAÚDE NO BRASIL
FRENTE À GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA:
IMPLEMENTANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DO
SISTEMA PÚBLICO E A REGULAÇÃO DO SISTEMA
PRIVADO DE SAÚDE**

Autor: Ricardo Cesar Rocha da Costa

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Data da defesa: 22/9/2000

**22 TÍTULO: ENTRE O BEM-ESTAR E O LUCRO: HISTÓRICO E
ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS
EMPRESAS ATRAVÉS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS
SELECIONADAS DE BALANÇO SOCIAL**

Autor: Ciro Valério Torres da Silva

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Gomes

Data da defesa: 23/10/2000

**23 TÍTULO: OS EMPRESÁRIOS DA EDUCAÇÃO E O
SINDICALISMO PATRONAL: OS SINDICATOS DOS
ESTABELECIMENTOS PRIVADOS DE ENSINO NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Autor: Marcos Marques de Oliveira

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Celina Soares D'Araújo

Data da defesa: 14/12/2000

24 TÍTULO: **C**OMPORTAMENTO ELEITORAL: ABERTURA E
MUDANÇA POLÍTICA EM CABO VERDE

Autor: João Silvestre Tavares Alvarenga Varela

Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho

Data da defesa: 16/2/2001

25 TÍTULO: **A** POLÍTICA COMO BOATO: UMA ANÁLISE DO
PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE
GUANABARA

Autor: Paulo Rogério dos Santos Baía

Orientador: Prof. Dr. Luis Manuel Rebelo Fernandes, Prof. Dr.
Gisálio Cerqueira Filho (co-orientador)

Data da defesa: 26/3/2001

26 TÍTULO: **D**A POLÍTICA DE BASTIDORES À FESTA DAS
DIRETAS: RAZÃO, EMOÇÃO E TRANSAÇÃO NA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Autor: Alessandro Câmara de Souza

Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho

Data da defesa: 20/6/2001

27 TÍTULO: **E**NTRE A NATUREZA E A CONVENÇÃO – A
CRÍTICA DA **C**IÊNCIA POLÍTICA E DA MORAL
MODERNA E SUA REORIENTAÇÃO NA
PERSPECTIVA DE **M**ORELLY

Autor: William de Andrade Pujol Pastor

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Data da defesa: 20/12/2001

28 TÍTULO: **SAMBA E SOLIDARIEDADE: CAPITAL SOCIAL E PARCERIAS COORDENANDO AS POLÍTICAS SOCIAIS DA MANGUEIRA, RJ**

Autor: Maria Alice Chaves Nunes Costa

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Data da Defesa: 14/3/02

29 TÍTULO: **CAPITAL SOCIAL OU FAMILISMO AMORAL? UM BALANÇO DO CAPITAL SOCIAL ACUMULADO EM COMUNIDADES DA BAÍA DE GUANABARA**

Autor: Carlos Artur Felipe

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Drummond

Data da Defesa: 26/3/02

30 TÍTULO: **O BANCO MUNDIAL E O CAPITAL SOCIAL: NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

Autor: Débora Cardoso Pulcina

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Data da Defesa: 14/6/02

31 TÍTULO **A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL: REESTRUTURAÇÃO BUROCRÁTICA, DEMOCRACIA E GOVERNABILIDADE**

Autor: Ledilson Lopes Santos Junior

Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva

Data da Defesa: 30/9/02

**32 TÍTULO: A ESCOLHA DO MAGNÍFICO: UMA ANÁLISE DO
SISTEMA DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS**

Autor: Reinaldo Carlos de Oliveira
Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva
Data da defesa: 17/12/2002

**33 TÍTULO: GLOBALIZAÇÃO E PODER: FÓRUM
ECONÔMICO MUNDIAL E A
SUPRANACIONALIDADE POLÍTICA.**

Autor: Alessandro Carvalho Silva
Orientador: Prof. Dr. René Armand Dreifuss
Data da defesa: 18/12/2002

**34 TÍTULO: O AGUDO ACORDE DO VIOLINO:
GOVERNABILIDADE E ESTABILIDADE NA GESTÃO
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.**

Autor: Eliane Almeida Martins
Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho
Data da Defesa: 18/12/2002

**35 TÍTULO: O PENSAMENTO POLÍTICO DE ALBERTO
TORRES EM OLIVEIRA VIANA**

Autor: Anderson da Silva Nogueira
Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho
Data da Defesa: 19/12/2002

**36 TÍTULO: RELIGIÃO DE ELITE?: A DOCTRINAÇÃO LIBERAL
POR MEIO DO PROTESTANTISMO MISSIONÁRIO
(OS REFLEXOS NAS DÉCADAS DE 1950 E
1960)**

Autor: Plínio Moreira Alves
Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva
Data da Defesa: 14/1/2003

**37 TÍTULO: A ESCALADA EM BUSCA DO PAU-DE-SEBO DO
OPERÁRIO EM BUSCA DO PRÊMIO BURGUESES.
ANTONIO EVARISTO DE MORAES E A
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.**

Autor: Célia Regina do Nascimento de Paula
Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho
Data da Defesa: 26/2/2003

**38 TÍTULO: IDEOLOGIA *VERSUS* ESTÉTICA: AS CRÍTICAS À
I BIENAL DE ARTES DE SÃO PAULO**

Autor: Ana Paula Conde Gomes
Orientador: Prof^a Dr^a Maria Celina Soares D'Araújo
Data da Defesa: 26/6/2003

**39 TÍTULO: AINDA SOMOS PROTECIONISTAS? As
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE PROTEÇÃO E
LIBERAÇÃO DO MERCADO NO ÂMBITO DA
INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA**

Autor: Jean Pierre Machado Santiago
Orientador: Prof^a Dr^a Maria Antonieta Parahyba Leopoldi
Data da Defesa: 27/6/2003

Revista Antropolítica

ARTIGOS PUBLICADOS

REVISTA Nº 1 – 2º SEMESTRE DE 1996

Artigos

Brasil: nações imaginadas

José Murilo de Carvalho

Brasileiros e argentinos em *Kibbutz*: a diferença continua

Sonia Bloomfield Ramagem

Mudança social: exorcizando fantasmas

Delma Pessanha Neves

Ostras e pastas de papel: meio ambiente e a mão invisível do mercado

José Drummond

Conferências

Algumas considerações sobre o estado atual da antropologia no Brasil

Otávio Velho

That deadly pyhrronic poison a tradição cética e seu legado para a teoria política moderna

Renato Lessa

Resenha

Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas. Marisa G. Peirano

Laura Graziela F. F. Gomes

REVISTA Nº 2 – 1º SEMESTRE DE 1997

Artigos

Entre a escravidão e o trabalho livre: um estudo comparado de Brasil e Cuba no século XIX

Maria Lúcia Lamounier

O arco do universo moral

Joshua Cohen

A posse de Coullart: emergência da esquerda e solução de compromisso

Alberto Carlos de Almeida

In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil

Celso Castro

Neoliberalismo, racionalidade e subjetividade coletiva

José Maurício Domingues

Do “retorno do sagrado” às “religiões de resultado”: para uma caracterização das seitas neopentecostais

Muniz Gonçalves Ferreira

Resenhas

As noites das grandes fogueiras – uma história da coluna Prestes, Domingos Meireles

José Augusto Drummond

Os sertões: da campanha de Canudos, Euclides da Cunha; o sertão prometido: massacre de Canudos no nordeste brasileiro, Robert M. Levine

Terezinha Maria Scher Pereira

REVISTA N^o 3 – 2^o SEMESTRE DE 1997

Artigos

Cultura, educação popular e escola pública

Alba Zaluar e Maria Cristina Leal

A política estratégica de integração econômica nas Américas

Gamaliel Perruci

O direito do trabalho e a proteção dos fracos

Miguel Pedro Cardoso

Elites profissionais: produzindo a escassez no mercado

Marli Diniz

A “Casa do Islã”: igualitarismo e holismo nas sociedades muçulmanas

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Quando o amor vira ficção

Wilson Poliero

Resenha

Nós, cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia, de Maria Conceição D’Incao e Gerard Roy, a narrativa de uma experiência de pesquisa

Angela Maria Fernandes Moreira Leite

REVISTA Nº 4 – 1º SEMESTRE DE 1998

Artigos

Comunicação de massa, cultura e poder

José Carlos Rodrigues

A sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da sociologia da empresa

Ana Maria Kirschner

Tempo e conflito: um esboço das relações entre as cronosofias de Maquiavel e Aristóteles

Raul Francisco Magalhães

O embate das interpretações: o conflito de 1858 e a lei de terras

Márcia Maria Menendes Motta

Os terapeutas alternativos nos anos 90: uma nova profissão?

Fátima Regina Gomes Tavares

Resenha

Auto-subversão

Gisálio Cerqueira Filho

REVISTA Nº 5 – 2º SEMESTRE DE 1998

Artigos

Jornalistas: de românticos a profissionais

Alzira Alves de Abreu

Mudanças recentes no campo religioso brasileiro

Cecília Loreto Mariz e Maria das Dores Campos Machado

Pesquisa antropológica e comunicação intercultural: novas discussões sobre antigos problemas.

José Sávio Leopoldi

Três pressupostos da facticidade dos problemas públicos ambientais

Marcelo Pereira de Mello

Duas visões acerca da obediência política: racionalidade e conservadorismo

Maria Celina D'Araújo

REVISTA Nº 6 – 1º SEMESTRE DE 1999

Artigos

Palimpsestos estéticos y espacios urbanos: de la razón práctica a la razón sensible

Jairo Montoya Gómez

Trajetórias e vulnerabilidade masculina

Ceres Vítora e Daniela Riva Knauth

O sujeito da “psiquiatria biológica” e a concepção moderna de pessoa

Jane Araújo Russo, Marta F. Henning

Os guardiães da história: a utilização da história na construção de uma identidade batista brasileira

Fernando Costa

A escritura das relações sociais: o valor cultural dos “documentos” para os trabalhadores

Simoni Lahud Guedes

A Interdisciplinaridade e suas (im)pertinências

Marcos Marques de Oliveira

REVISTA Nº 7 – 2º SEMESTRE DE 1999

Artigos

Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot

Marc Breviglieri e Joan Stavo-Debauge

Economia e política na historiografia brasileira

Sonia Regina de Mendonça

Os paradoxos das políticas de sustentabilidade

Luciana F. Florit

Risco tecnológico e tradição: notas para uma antropologia do sofrimento

Gláucia Oliveira da Silva

Trabalho agrícola: gênero e saúde

Delma Pessanha Neves

REVISTA Nº 8 – 1º SEMESTRE DE 2000

Artigos

Prolegômenos sobre a violência, a polícia e o Estado na era da globalização
Daniel dos Santos dação das organizações de agricultores no nordeste semi-árido
Eric Sabourin

Cartórios: onde a tradição tem registro público
Ana Paula Mendes de Miranda

Do pequi à soja: expansão da agricultura e incorporação do Brasil central
Antônio José Escobar Brussi

Resenha

Terra sob água – sociedade e natureza nas várzeas amazônicas
José Augusto Drummond

REVISTA Nº 9 – 2º SEMESTRE DE 2000

Artigos

Desenvolvimento económico, cultural e complexidade
Adelino Torres

The field training project: a pioneer experiment in field work methods: Everett C. Hughes, Buford H. Junker and Raymond Gold's re-invention of Chicago field studies in the 1950's
Daniel Cefai

Cristianismos amazônicos e liberdade religiosa: uma abordagem histórico-antropológica
Raymundo Heraldo Maués

Poder de polícia, costumes locales y derechos humanos en Buenos Aires de los 90
Sofia Tiscomi

A visão da mulher no imaginário pentecostal
Marion Aubrey

Resenha

Reflexões antropológicas em tópicos filosóficos

Eliane Cantarino O'Dwyer

REVISTA N° 10/11 – 1º/2º SEMESTRE DE 2001

Artigos

Profissionalismo e mediação da ação policial

Dominique Monjardet

The plaintiff – a sense of injustice

Laura Nader

Religião e política: evangélicos na disputa eleitoral do Rio de Janeiro

Maria das Dores Campos Machado

Um modelo para morrer: última etapa na construção social contemporânea da pessoa?

Rachel Aisengart Menezes

Torcidas jovens: entre a festa e a briga

Rosana da Câmara Teixeira

O debate sobre desenvolvimento entre o Brasil e os EUA na década de cinquenta

W. Michael Weis

El individuo fragmentado y su experiencia del tiempo

Carlos Rafael Rea Rodríguez

Igreja do Rosário: espaço de negros no Rio Colonial

*Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros**In nomine pater*: a ciência política e o teatro intimista de A. Strindberg*Gisálio Cerqueira Filho*

Terra: dádiva divina e herança dos ancestrais

*Oswaldo Martins de Oliveira**Resenha*

Estado e reestruturação produtiva

Maria Alice Nunes Costa

Artigos

Transição democrática e forças armadas na América Latina

Maria Celina D'Araújo

Mercado, coesão social e cidadania

Flávio Saliba Cunha

Cultura local y la globalización del beber. De las taberneras en Juchitan, Oaxaca (México)

Sergio Lerin Piñón

Romaria e missão: movimentos socioreligiosos no sul do Pará

Maria Antonieta da Costa Vieira

“O estrangeiro” em “campo”: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico

Patrice Schuch

A transmissão patrimonial em favelas

Alexandre de Vasconcelos Weber

A sociabilidade dos trabalhadores da fruticultura irrigada do platô de Neópolis/SE

Dalva Maria da Mota

A beleza traída: percepção da usina nuclear pela população de Angra dos Reis

Rosane M. Prado

Povos indígenas e ambientalismo – as demandas ecológicas de índios do rio Solimões

Deborah de Magalhães Lima

Raízes antropológicas da filosofia de Montesquieu

José Sávio Leopoldi

Resenhas

A invenção de uma qualidade da Os índios que se inventa(ra)m

Mercia Rejan Rangel Batista

China's peasants: the anthropology of a revolution

João Roberto Correia e José Gabriel Silveira Corrêa

COLEÇÃO ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

- 1 Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista
DeLma Pessanha Neves
- 2 Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro
José Augusto Drummond
- 3 A predação do social
Ari de Abreu Silva
- 4 Assentamento rural: reforma agrária em migalhas
DeLma Pessanha Neves
- 5 A antropologia da academia: quando os índios somos nós
Roberto Kant de Lima
- 6 Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores
Simoni Lahud Guedes
- 7 A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro
Alberto Carlos Almeida
- 8 Pescadores de Itaipu (*Série Pesca no estado do Rio de Janeiro*)
Roberto Kant de Lima
- 9 Sendas da transição
Sylvia França Schiavo
10. O pastor peregrino
Arno Vogel
11. Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil
Alberto Carlos Almeida
12. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro
Antônio Carlos Rafael Barbosa
13. Antropologia - escritos exumados - 1: espaços circunscritos - tempos soltos
L. de Castro Faria
14. Violência e racismo no Rio de Janeiro
Jorge da Silva
15. Novela e sociedade no Brasil
Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes
16. O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro
Simoni Lahud Guedes

17. **Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)**
(Série Pesca no estado do Rio de Janeiro)
Rosyan Campos de Caldas Britto
18. **As redes do suor - a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba** *(Série Pesca no estado do Rio de Janeiro)*
Luiz Fernando Dias Duarte
19. **Escritos exumados - 2: dimensões do conhecimento antropológico**
L. de Castro Faria
20. **Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico** *(Série Amazônia)*
Eliane Cantarino O'Dwyer
21. **Práticas acadêmicas e o ensino universitário**
Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto
22. **"Dom", "Iluminados" e "Figurões": um estudo sobre a representação da oratória no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro**
Alessandra de Andrade Rinaldi
23. **Angra I e a melancolia de uma era**
Gláucia Oliveira da Silva
24. **Mudança ideológica para a qualidade**
Miguel Pedro Alves Cardoso
25. **Trabalho e residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes "nordestinos"**
Fernando Cordeiro Barbosa
26. **Um percurso da pintura: a produção de identidades de artista**
Lígia Dabul
27. **A sociologia de Talcott Parsons**
José Maurício Domingues
28. **Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ**
(Série Pesca no estado do Rio de Janeiro)
Simone Moutinho Prado
29. **Centrais sindicais e sindicatos no Brasil dos anos 90: o caso Niterói.**
Fernando Costa

30. **Antropologia e direitos humanos** (*Série Direitos Humanos*)
Regina Reyes Novaes e Roberto Kant de Lima
31. **Os companheiros - trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu/RJ** (*Série Pesca no estado do Rio de Janeiro*)
Elina Gonçalves da Fonte Pessanha
32. **Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito**
Patrícia de Araújo Brandão Couto
33. **Antropologia e direitos humanos 2** (*Série Direitos Humanos*)
Roberto Kant de Lima

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1. A Revista *Antropolítica*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF, aceita originais de artigos e resenhas de interesse das Ciências Sociais e de Antropologia e Ciência Política em particular.
2. Os textos serão submetidos aos membros do Conselho Editorial e/ou a pareceristas externos, que poderão sugerir ao autor modificações de estrutura ou conteúdo.
3. Os textos não deverão exceder 25 páginas, no caso dos artigos, e oito páginas, no caso das resenhas. Eles devem ser apresentados em duas cópias impressas em papel A4 (210 x 297mm), espaço duplo, em uma só face do papel, bem como em disquete no programa Word for Windows 6.0, em fontes Times New Roman (corpo 12), sem qualquer tipo de formatação, a não ser:
 - indicação de caracteres (negrito e itálico);
 - margens de 3cm;
 - recuo de 1cm no início do parágrafo;
 - recuo de 2cm nas citações; e
 - uso de *itálico* para termos estrangeiros e títulos de livros e periódicos.
4. As citações bibliográficas serão indicadas no corpo do texto, entre parênteses, com as seguintes informações: sobrenome do autor em caixa alta; vírgula; data da publicação; vírgula; abreviatura de página (p.) e o número desta.
(Ex.: PEREIRA, 1996, p. 12-26).
5. As notas explicativas, restritas ao mínimo indispensável, deverão ser apresentadas no final do texto.
6. As referências bibliográficas deverão ser apresentadas no final do texto, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023).

Livro:

- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 208 p. (Os pensadores, 6).
- LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação : abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

Desejo adquirir a Revista Antropolítica nº

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

, ao preço de R\$ 13,00 cada*.

Nome: _____

Profissão: _____

Especialidade: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ - _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: (_____) _____

Deposite o valor da(s) obra(s) em nome da Universidade Federal Fluminense/Editora (Banco do Brasil S.A., agência 3602-1, conta 170500-8), depósito identificado nº 15305615227047-5.

Envie-nos o comprovante de depósito, através de carta ou fax, juntamente com este cupom, e receba, sem qualquer despesa adicional, a encomenda em sua residência ou local de trabalho.

* Comprando oito números,
pague somente R\$ 80,00